



**Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental**

Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas.

Thiara Fernandes

“É sempre bom ter o nosso dinheirinho”:
Sobre a mulher e o extrativismo da mangaba.

**Belém
2011**

Thiara Fernandes

“É sempre bom ter o nosso dinheirinho”:
Sobre a Mulher e o Extrativismo da Mangaba

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientadora Professora Dra. Dalva Maria da Mota
– Embrapa Amazônia Oriental.

Belém
2011

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca Central da UFPA**

Fernandes, Thiara.

“É sempre bom ter o nosso dinheirinho”: sobre a mulher e o extrativismo da mangaba. / Thiara Fernandes; orientadora, Dalva Maria da Mota. _2011

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Belém, PA, 2011.

1. Frutas tropicais – cultivo. 2. Agricultura Familiar - Maracanã (PA). 3. Mulheres no Desenvolvimento - Maracanã (PA). 4. Divisão Sexual do Trabalho - Maracanã (PA). 5. Trabalho Feminino - Maracanã (PA). 6. Autonomia. I. Mota, Dalva Maria, orient. II. Título.

CDD: 22. ed. 634.4098115

Thiara Fernandes

“É sempre bom ter o nosso dinheirinho”:
Sobre a Mulher e o Extrativismo da Mangba.

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador Professora Dra. Dalva Maria da Mota – Embrapa Amazônia Oriental.

Data da aprovação. Belém, Pará _____/_____/_____

Banca examinadora

Orientadora: Prof^a Dr^a Dalva Maria da Mota
Embrapa Amazônia Oriental

Examinador (a) 1: Prof^a Dr^a Maria Angélica Motta-Maués
Universidade Federal do Pará – Instituto de Filosofia e
Ciência Humana.

Examinador (a) 2: Prof^a Dr^a Noemi Miyasaka Porro
Universidade Federal do Pará – Núcleo de Estudos da
Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável.

AGRADECIMENTOS

A minha estimada orientadora Dalva Maria da Mota, pelo conhecimento compartilhado, paciência, responsabilidade e dedicação. Para mim uma referência de mulher e de profissional.

As famílias da comunidade Espírito Santo e Arauai, sobretudo as crianças de Arauai e as mulheres apanhadoras de mangaba de Espírito Santo, especialmente Dona Mundica, Maria, Bete e Luci. Pelo acolhimento e compartilhamento.

A minha mãe Leonila Negrão Fernandes, exemplo de perseverança e determinação e que trabalhou duro para que eu chegasse até aqui.

A meu pai Raimundo Inácio Silva, por colaborar para que minha vida seja muito curiosa.

As minhas irmãs pelo valor da verdadeira amizade, amor, carinho e compreensão, mulheres incrivelmente criativas e determinadas.

As pequenas criaturas, Otto, Clara e Martina que me mostram o mundo em perspectivas improváveis, exemplos de curiosidade científica do ser humano.

Ao meu amado companheiro de vida, Luis Ravagnani, pelo carinho, amor e dedicação, além dos bons conselhos e de sua fundamental participação na construção desse trabalho.

Ao João Simões Cardoso Filho que compartilhou essa criação a quem tenho muito carinho.

Ao Josué Silva Junior por todas as contribuições feitas e pela revisão final, muito obrigada.

A meus queridos amigos Sâmia Bacelar, Ronei Pizate, Cassia Rosa e Carol Vieira pelos velhos e novos tempos, e pela contribuição a este trabalho.

As meninas super poderosas: Lia, Maria, Margarete, Bianca, Keitiane, Luisa, Ellen, Dulce e Dani pelas contribuições.

Aos meus colegas de turma, principalmente Nicolle, Acácio, Rosa Helena, Adenauer e Simone.

Aos professores da Pós-Graduação, sobretudo à Heribert Schmitz, Noemy Porro, Laura Angélica, Delma Pessanha e Gutemberg Guerra.

As representantes da CPT do local de pesquisa, Natércia e Iraci.

Aos representantes da Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã.

Aos profissionais do IAGUA que atuam em Maracanã, principalmente a Marcos Vinícius.

Aos profissionais do IBAMA responsáveis pela Reserva Extrativista Marinha de Maracanã.

“É de se apostar que toda convenção aceita seja uma tolice, pois se tornou conveniente à maioria.”

(Edgar Allan Poe)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1:	Estado do Pará com destaque para a Microrregião do Salgado Paraense	43
Mapa 2:	Estado do Pará com destaque para o Município de Maracanã	43
Mapa 3	Localização da área da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã ..	46
Mapa 4	Localização do Campo da Mangaba e da comunidade Espírito Santo	46
Foto 1:	Placa na entrada de um sítio cercado	51
Foto 2:	Campo da mangaba	55
Foto 3:	Centro da Comunidade Espírito Santo (“rua” principal)	55
Foto 4:	Poço artesiano e igreja católica em construção	55
Foto 5:	Sede do Clube de Futebol Verdão	57
Foto 6:	Campo de Futebol Mangueirão	57
Foto 7:	Bar no centro da Comunidade Espírito Santo	58
Foto 8:	Escola municipal	58
Foto 9:	Casa de alvenaria coberta com telha de barro	60
Foto 10:	Modelo de casa financiada pelo INCRA	60
Foto 11:	Casa de pau a pique coberta com telha de barro	60
Foto 12:	Casa de pau a pique coberta com palha	60
Gráfico 1:	Tipos de materiais usados pra a fabricação das casas	61
Foto 13:	Barraco no quintal com fogão de barro	63
Foto 14:	Curral de porcos no quintal	63
Foto 15:	Patos e galo, criados soltos no quintal	63
Foto 16:	Cachorro acompanhando homem no roçado	64
Foto 17:	Cachorro acompanhando mulheres a caminho do Campo da Mangaba	64
Foto 18:	Cachorro acompanhando produtora a caminho do roçado	64
Foto 19:	Criança ajudando os adultos no trabalho	67
Foto 20:	Menina ajuda mãe na preparação do fogo	67
Gráfico 2:	População da Comunidade Espírito Santo de acordo com a idade	68
Gráfico 3:	Representatividade das religiões no local de acordo com a porcentagem de famílias	69
Gráfico 4:	Atividades mias importantes realizadas pelos moradores da	

	comunidade Espírito Santo, Maracanã, PA.	71
Gráfico 5:	Segunda atividade mais importante desenvolvida pelos moradores da Comunidade espírito Santo, Maracanã, PA.	71
Quadro 1:	Tipologia das famílias da Comunidade Espírito Santo, Maracanã, PA, segundo critério de importância das atividades	72
Gráfico 6:	Representação por tipo de família	72
Gráfico 7:	Calendário produtivo, agricultura e extrativismo (vegetal e animal).....	76
Foto 21:	Plantio de milho e mandioca	78
Foto 22:	Mulher colhendo milho seco e fazendo o desbaste das plantas	80
Foto 23:	Mulher cortando lenha para preparação de caieira	83
Quadro 2:	Calendário de oferta dos produtos extrativistas	84
Foto 24:	Mulheres no Campo da Mangaba extraindo os frutos da mangaba	86
Fotos 25:	Mãe e filhos despolpando o fruto do taperebá	86
Foto 26:	Curral, com maré seca	88
Foto 27:	Homem preparando a arma para a caça	89
Foto 28:	Espingarda cartucheira, pólvora e chumbo	89
Foto 29:	Animal sendo tratado pela mulher depois de capturado	90
Organograma 1:	Rede de coleta de apostas para o jogo do bicho	93
Foto 30:	Homem retornando da coleta de mangaba	102
Foto 31:	Apanhadora de mangaba voltando para casa após a coleta	102
Foto 32:	Casal voltando para casa depois de uma coleta de mangaba	103
Foto 33:	Paneirinho de guarumã	105
Foto 34:	Lavando os frutos	107
Foto 35:	“empalhando” os frutos (1)	107
Foto 36:	“empalhando” os frutos (2)	107
Foto 37:	Processo de despolpa	108
Foto 38:	Casal armazenando a polpa	108
Foto 39:	Polpa embalada para transporte	109
Foto 40:	Paneirinhos embalados para transporte	109
Foto 41:	Transporte	110
Foto 42:	Mulher a caminho da feira	110
Foto 43:	Chegada na feira de Maracanã	110

Tabela 1:	Tipologia da divisão de trabalho relacionada às atividades do extrativismo da mangaba na comunidade Espírito Santo, Maracanã, PA	114
-----------	--	-----

LISTA DE SIGLAS

APEAGA	Associação de Pescadores e Agricultores de Aricuru
AUREMAR	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
IAGUA	Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REM	Reserva Extrativista Marinha
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SEPOF	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação

RESUMO

Analisa-se nesta pesquisa a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba em regime de trabalho familiar, através do estudo de suas atividades no cotidiano do trabalho extrativista e do uso dos recursos daí advindos. Para tanto, realizei um estudo de caso no Litoral Norte do Brasil, Microrregião do Salgado Paraense no município de Maracanã, comunidade Espírito Santo. As pesquisas acadêmicas apontam que na agricultura familiar o trabalho da mulher é, muitas vezes, subordinado ao do homem, e entendido como “ajuda” mesmo quando elas investem igual ou maior dedicação e obtêm os mesmos resultados no trabalho. Diferentemente, as pesquisas sobre o trabalho da mulher no extrativismo sugerem que elas desenvolvem este trabalho com autonomia, principalmente as catadoras de mangaba, as quebradeiras de coco babaçu e as seringueiras. O estudo de caso foi realizado na comunidade com 15 famílias através de observação direta, entrevista estruturada e semi estruturada. Dois aspectos foram analisados: i) A organização do trabalho produtivo e doméstico da mulher e ii) O acesso e usufruto da renda gerada pelo seu trabalho. As principais conclusões mostraram que em relação ao trabalho, os diferentes arranjos familiares sempre estão associados à manutenção do funcionamento da estrutura doméstica. Sobre os recursos gerados, a safra da mangaba é o único período do ano em que as mulheres extrativistas conseguem reservar uma pequena “poupança” que é usada regradamente no decorrer do ano, para possíveis eventualidades como doença na família e aquisição de bens de consumo. Além disso, usam o recurso na compra de insumo para a criação de animais. Nesse sentido, o extrativismo da mangaba que é uma atividade sazonal subsidia a existência de atividades contínuas. Em se tratando da autonomia, 66% das mulheres que praticam o extrativismo da mangaba, afirmam ter autonomia tanto no trabalho como no uso da renda. Em 33% dos casos, elas se dizem subordinadas ao homem.

Palavras- chave: Autonomia. Trabalho de mulher. Extrativismo vegetal. Mangaba.

ABSTRACT

In this research is analyzed the woman autonomy in the Mangaba fruit (*Hancornia speciosa*) extraction in a farm work family regime, through the study of their everyday extraction activities and the use of their resources. Aiming that, I carried out a case study in a coastline in the north of Brazil, Pará's Salgado micro region in the municipality of Maracanã, Espírito Santo community. Academic researches point that in the farm work the woman activity is constantly subordinate to the man's, and it is understood as just a "helping hand" even when they dedicate the same or more and obtain the same work results. Differently, researches about women work in the extraction activity suggest that they develop this work with autonomy, mainly the mangaba fruit pickers, the babaçu fruit breakers and the rubber tree tappers. The case study was held in the community with 15 families following direct observation, structured and semi structured interviews. Two aspects were analyzed: i) the woman productive and domestic work and ii) the income access and enjoyment conceived by her work. The main conclusions showed that, concerning to the farm work, different family arrangements are always associated to the domestic structure operation maintenance. About the resources conceived, the mangaba fruit harvest is the only season of the year that the farm work women can save a little "savings" that is spent reasonably during the year, to possible eventualities, such as family diseases and **acquisition of consumer goods. Besides, they use the resources to buy input to the animal husbandry. That way, mangaba fruit extraction, that is a seasonal activity, subsidizes the existence of further activities.** Concerning to autonomy, 66% of women who are involved in the mangaba fruit extraction state their own autonomy in the work and in the income as well. In 33% of cases, they state themselves as subordinated to men.

Keywords: Autonomy. Work the woman. Vegetable extraction. Mangaba fruit.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E METODOLOGIA DA PESQUISA ...	15
2.1	MULHER E TRABALHO NO ESPAÇO RURAL	15
2.1.1	Mulheres Extrativistas e a Autonomia Possível	22
2.2	METODOLOGIA DE PESQUISA	32
2.2.1	Tecendo Uma Rede de Contatos	32
2.2.2	Metodologia de Pesquisa Utilizada em Campo	33
3	LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO ...	42
3.1	O MUNICÍPIO DE MARACANÃ	42
3.2	A COMUNIDADE ESPÍRITO SANTO E O CAMPO DA MANGABA: CARACTERIZAÇÃO GERAL	45
3.2.1	Conflitos do Passado e do Presente	47
3.2.2	As Pessoas e o Lugar	54
4	O CONJUNTO DE ATIVIDADES E A DIVISÃO DO TRABALHO ...	70
4.1	A ROÇA	75
4.1.1	A produção de farinha	81
4.1.2	“Caieira”: a produção de carvão	82
4.2	O EXTRATIVISMO VEGETAL	84
4.3	EXTRATIVISMO MARINHO: PESCA E CATAÇÃO	87
4.4	EXTRATIVISMO ANIMAL: “A ESPERA DA CAÇA”	89
4.5	O TRABALHO DOMÉSTICO	90
4.6	COMÉRCIO E JOGO DO BICHO	93
5	O EXTRATIVISMO DA MANGABA E A AUTONOMIA DA MULHER NO TRABALHO	95
5.1	O TRABALHO ENTRE CAMPO E CASA “APANHAR A MANGABA”	96
5.2	AS ATIVIDADES DE BENEFICIAMENTO DA FRUTA A ARTE DE “EMPALHAR”	104
5.3	COMERCIALIZAÇÃO DA MANGABA “MARRETAR”	109
6	CONCLUSÕES	122
	REFERENCIAS	128

1 INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre trabalho e gênero no espaço rural, principalmente em regime de trabalho familiar, apontam para a subordinação da força de trabalho da mulher em relação ao homem (MOTTA-MAUÉS, 1993; COTTA JÚNIOR, 2001; PAULILO, 2004; SILVA e PORTELA, 2006; D'INCAO; CORDEIRO, 2006). O trabalho da mulher geralmente aparece como “ajuda”, mesmo quando elas executam as mesmas atividades que os homens (BRUMER, 2004).

Além disso, a maioria dos autores indica que as mulheres não participam do planejamento do trabalho e não têm acesso aos recursos gerados com a sua força de trabalho.

O controle do dinheiro pelo homem reduz e, em muitos casos, impede a autonomia das mulheres (SILVA; PORTELLA, 2006, p. 133). De acordo com as autoras, ao estudarem as relações sociais no espaço rural na região Nordeste do Brasil identificaram que as mulheres estão ausentes da comercialização dos produtos da agricultura, os mais rentáveis, tanto quanto os homens estão ausentes das atividades domésticas, que não produzem renda alguma.

Interpretando os autores Silva e Portella (2006), assim como Paulilo (2004), Deere e León (2002) e Zelizer (1989) entendo que não é possível discutir sobre autonomia da mulher sem analisar o acesso desta a algum suporte financeiro.

Diferentemente, em algumas atividades extrativistas o trabalho da mulher se destaca, proporcionando a ela maior acesso a diferentes espaços e a recursos financeiros próprios. Simonian (2001) comprova a existência de mulheres desenvolvendo o extrativismo da borracha na Amazônia brasileira, e sugere que elas o fazem com total autonomia de seu trabalho e renda.

Em outro exemplo, Figueiredo (2005) em seu estudo sobre mulheres quebradeiras de coco babaçu do Médio Mearim, Estado do Maranhão, relata a atividade de extrativismo do coco babaçu como predominantemente feminina. Além disso, a autora evidencia que onde houve mobilizações e as lutas pelo reconhecimento da condição de quebradeiras de coco babaçu, se construiu uma auto-estima com base na positividade de uma identidade coletiva, que é social e política.

Sobre o extrativismo da mangaba¹, Mota et al. (2007b) ao estudarem grupos rurais no estado de Sergipe, mostram que o trabalho tanto de extração e beneficiamento como de comercialização é desenvolvido principalmente por mulheres.

No passado o extrativismo da mangaba não era uma atividade importante economicamente, apenas para o consumo, e por isso considerada atividade destinada a mulheres. No entanto, a partir dos anos 80 os mercados para a fruta cresceram principalmente no Nordeste do Brasil (MOTA et al., 2007b) e a mulher continuou sendo a principal protagonista nessa atividade.

Analisando os estudos sobre trabalho da mulher na agricultura e no extrativismo observo que existe uma diferença significativa na inserção da força de trabalho da mulher nas diferentes atividades. A partir dessa observação questionei-me se o extrativismo pode possibilitar à mulher trabalhadora rural desenvolver sua forma criativa de trabalho, organizar a atividade e, além disso, usufruir da renda gerada. Ou seja, desenvolver o trabalho com autonomia.

Com base na literatura pertinente e a partir da observação da experiência de mulheres extrativistas do município de Maracanã, Microrregião do Salgado Paraense, este trabalho teve como objetivo analisar a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba em regime de trabalho familiar, através do estudo de suas atividades no cotidiano do trabalho extrativista e do uso dos recursos daí advindos.

A dissertação está estruturada da seguinte maneira: o capítulo 1 apresenta um panorama geral do assunto, os objetivos e a estrutura do trabalho

O segundo capítulo, consta da revisão bibliográfica onde descrevo meu primeiro olhar sobre o tema, baseado principalmente em análises bibliográficas além da metodologia da pesquisa.

No capítulo três faço uma descrição do lugar e das famílias que o compõe, as relações familiares e entre as famílias da comunidade.

No quarto capítulo analiso o trabalho produtivo e doméstico, as relações e divisão do trabalho além da descrição de cada atividade praticada: agricultura, extrativismo vegetal, pesca, caça e a criação de animais de pequeno, médio e grande porte.

O capítulo cinco descreve a divisão de trabalho no extrativismo da mangaba as “crenças” em torno da atividade e as perspectivas de autonomia da mulher através do

¹ A mangaba é abundante nos tabuleiros e nas baixadas litorâneas da região Nordeste, onde se obtém, de forma extrativista, a quase totalidade dos frutos colhidos. Há ocorrências da espécie também nos cerrados do Centro-Oeste, no Norte de Minas e em parte da Amazônia.

extrativismo, analisando as possibilidades de autonomia da mulher no trabalho extrativista quando comparado ao trabalho na roça.

Finalizo o trabalho com as conclusões e considerações finais e perspectivas de novos estudos sobre o tema.

Assim, espero com essa pesquisa contribuir para diminuir a lacuna que existe na literatura acadêmica a cerca das análises sobre a autonomia da mulher no trabalho do extrativismo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1 MULHER, TRABALHO E AUTONOMIA NO ESPAÇO RURAL

Os estudos sobre mulher e trabalho foram impulsionados pelo movimento feminista, que teve sua maior expressão no Brasil durante a década de 1970, auge da ditadura militar no país. O perfil das feministas daquela época eram mulheres urbanas de esquerda, profissionais ou em vias de se tornarem profissionais (CORRÊA, 2001).

Na esfera acadêmica foi a sociologia e principalmente a sociologia do trabalho que abrigou as discussões feministas. Neste sentido, Paulilo (2004) afirma que:

A influência do marxismo na sociologia do trabalho e no feminismo foi e ainda é muito grande, o que trouxe uma ênfase nos estudos sobre o operariado. Com isso o campesinato² tornou-se um tema de difícil articulação dentro do marxismo. Havia uma crença generalizada de que a liberação da mulher passaria necessariamente por sua independência financeira, fruto da inserção no mercado de trabalho. Como encaixar aí as mulheres em regime de trabalho familiar? (PAULILO, 2004, p. 229).

De acordo com a autora essas mulheres ainda não foram bem “encaixadas”, afirmando que há um “viés urbano” perpassando as análises sobre o estudo da mulher no campo.

Apesar desta constatação, Paulilo (2004), citando Deere e León (2002), faz uma crítica sobre as prioridades dos movimentos feministas na América Latina. Estas autoras atestam que, nos últimos anos, os movimentos têm dado mais importância às questões de identidade e reconhecimento, com ênfase nos direitos reprodutivos e fim da violência contra a mulher, em

² De acordo com Paulilo (2004), O uso ou não do termo “campesinato” para designar agricultores familiares brasileiros sempre foi polêmico. Muitos estudiosos crêem que essa categoria só se aplica a países que tiveram um passado feudal. Outros a reservam para agricultores pouco ligados ao mercado. Em seu trabalho, a autora considera camponeses os agricultores que trabalham principalmente com a mão de obra familiar e são considerados pequenos e médios proprietários e produtores, segundo os critérios do INCRA e a FAO para a região em que vivem. Admitindo que com isso estão trabalhando com um falso grau de homogeneização desse grupo, que o conceito de “agricultor familiar” também não elimina. Para a autora o termo “campesinato” é mais adequado porque, primeiro, permite comparar melhor estudos feitos na Europa e no Brasil. Segundo, tem uma conotação política de criação de identidade em momentos de luta (haja vista as ligas camponesas). A autora não considera o termo “agricultor familiar” mais neutro politicamente que o de “camponeses”, apenas que ele cria uma identidade menos moldada pelo confronto. Como diz Weber, 1977 a, p. 22 (apud PAULILO, 2004), “Porque a ‘linha de centro’ não é, de modo algum, uma verdade mais científica que os ideais dos partidos mais extremos da direita ou da esquerda” (PAULILO, 2004, p. 230). Uso o termo camponês ou campesinato neste trabalho apenas quando cito a autora, e outros autores que o usam.

detrimento das questões relativas a direitos de propriedade e de redistribuição da renda. A autora conclui que é difícil falar de reconhecimento sem estabelecer uma ligação com qualquer forma de suporte financeiro (ZELIZER, 1989, apud PAULILO, 2004).

Nesse sentido, apesar de Paulilo (2004) criticar a influência do Marxismo sobre as análises da mulher e do trabalho da mulher em regime familiar, ela concorda com Zelizer (1989) em relação à importância que um “suporte financeiro” tem sobre o “reconhecimento” da mulher. Considero este aspecto relevante para analisar a autonomia da mulher em regime de trabalho familiar no meio rural.

No que concerne ao debate sobre o “trabalho de mulher”, existe uma variável singularmente importante que deve ser analisada: o trabalho não remunerado ou trabalho doméstico. A reflexão dos pesquisadores da economia feminista sobre o trabalho produtivo e doméstico lança luz a essas questões.

A economia clássica, que tem como momento fundador a publicação do livro de Adam Smith, *A riqueza das nações* (1776), tinha uma perspectiva histórica, preocupava-se com o trabalho que era visto como fonte do valor das mercadorias. A partir de 1870 perdeu sua força e foi substituído por duas outras correntes: de um lado o neoclássico (chamado também de marginalista) e, de outro, a abordagem marxista. Em todas essas correntes a perspectiva feminista e, em especial, a análise do trabalho doméstico teve pouca atenção. A única exceção foi a do economista clássico John Stuart Mill, que, a partir da colaboração de Harriet Taylor, reconheceu o trabalho doméstico, mas não chegou a integrá-lo no conjunto da análise econômica. (FARIA, 2009 p. 15).

Mesmo Marx, que tem a visão histórica como uma de suas principais diferenças com autores neoclássicos, considera que o valor econômico é determinado pelo trabalho humano (FARIA, 2009), não enfatizou, entretanto, o trabalho doméstico. A partir do capitalismo o único esforço físico e mental que passou a merecer o nome de trabalho produtivo e a ser remunerado foi o despendido nas atividades consideradas econômicas ou economicamente produtivas (PAULILO, 2004).

Segundo Paulilo (2004) e Faria (2009) foi no capitalismo que se consolidou a separação entre a esfera pública e privada, sendo a primeira associada à produção e a segunda à reprodução. No entanto, enquanto a família existiu como unidade de produção, as mulheres participavam diretamente das atividades consideradas econômicas (PAULILO, 2004). Com a “separação” entre unidade de produção e de consumo, há uma “crença” que a mulher é mais destinada à esfera privada, como parte de um destino biológico vinculado à maternidade (FARIA, 2009).

A ênfase dada ao econômico foi tão forte que o movimento feminista, na tentativa de mostrar a importância do trabalho doméstico, procurou vê-lo do ponto de vista de quanto ele contribui para o capital, na medida em que a esposa desdobrava o baixo salário do marido através de longas jornadas de trabalho não pagas em casa. Com isso, propunha-se que ele fosse considerado como uma atividade econômica e, portanto, trabalho produtivo (PAULILO, 2004. p. 244).

Além disso, outra incorporação que deve ser feita, é a esfera da reprodução. As crianças que nascem não são apenas garantia de sustento para seus pais, mas para a sociedade como um todo (FOLBRE, 2001, apud PAULILO, 2004). Quando adultos são elas que vão produzir, pagar impostos, gerar filhos e produzir o excedente para sustentar as novas crianças e os idosos (PAULILO, 2004). Portanto, filhos bem cuidados são um bem para toda a sociedade, mas uma responsabilidade quase exclusiva das mães.

Por ter que arcar com maior parte do ônus da reprodução, as mulheres têm menores possibilidades de conseguir bons empregos ou ascender na carreira profissional que seus maridos. Não é difícil entender porque, entre os pobres do mundo, as mais pobres são as mulheres. Dado oficial apresentados na segunda conferência da ONU (1980) sobre a mulher, mostrou as mulheres como cerca da metade da população mundial, um terço da força de trabalho oficial e responsável por dois terços do trabalho realizado, mas sendo beneficiários de apenas um décimo da renda produtiva e de 1% da propriedade mundial. No Brasil, segundo o instituto de economia do Rio de Janeiro, no ano de 2000, do total de pessoas sem acesso à renda 80% eram mulheres trabalhadoras rurais (PAULILO, 2004 p. 246).

Paulilo (2004) e Faria (2009) sugerem que: “Se a divisão entre esfera doméstica e produtiva fosse rompida e todos os trabalhos fossem igualmente valorizados, ficaria mais fácil deixar que cada casal fizesse suas próprias negociações, levando em conta vontades e aptidões”.

O reconhecimento que esses âmbitos se determinam mutuamente é que fará ver que a reprodução também é parte da economia (LEÓN, 2003 apud FARIA, 2009), ou seja, na sociedade capitalista as esferas mercantil e salarial dependem do trabalho doméstico e dos bens e serviços que aí produzem. A produção mercantil não é autônoma e depende do trabalho não remunerado nos lares. Nesse sentido há uma falsa autonomia dos homens que utilizam os bens e serviços realizados pelas mulheres (FARIA, 2009, p. 17).

Entendo que para os dois âmbitos serem reconhecidos, com suas devidas importância para a sociedade, seria também necessário que a divisão de trabalho, doméstico e público, não fosse concebida como uma pré-determinação do sexo.

Concordando com os autores (ZELIZER, 1989, apud PAULILO, 2004) quando afirmam que é difícil falar de reconhecimento sem um suporte financeiro. Em contrapartida entendo que, o trabalho doméstico não necessariamente deve ser contabilizado como uma atividade produtiva, mas deve ser compartilhado e desenvolvido por ambos os sexos e não como uma predeterminação “biológica”. Assim, não seria uma tarefa destinada apenas às mulheres, mas uma necessidade para a vida de todos os indivíduos.

Atualmente, principalmente no meio urbano, essas já são características da sociedade – homem e mulher desenvolverem trabalho doméstico e produtivo mutuamente, apesar de persistir em muitos indivíduos as noções de papéis sociais determinados pelo sexo. No entanto, no espaço rural a compreensão sobre a pré-determinação dos papéis sociais de acordo com o sexo é mais forte e presente.

Em se tratando do espaço rural, a relação entre família, trabalho e economia é tão suficientemente explícita que dificilmente não se constituiria um problema (SARACENO, 1997). O trabalho está organizado mediante laços de parentesco amparados nas noções de gênero, de idade e de geração (MOTA et al, 2008a).

Na agricultura familiar, apesar da separação entre trabalho produtivo e doméstico/reprodutivo existir mais no discurso e nas análises acadêmicas do que na prática, o trabalho doméstico é subordinado ao produtivo e a força de trabalho da mulher menos valorizada que a do homem, de algum modo reforçando a análise das autoras.

Mesmo quando a mulher realiza trabalho de produção (criação de pequenos animais, manutenção de hortas, pomar, etc.), este é entendido como trabalho doméstico, não produtor de valor. Além disso, o investimento da força de trabalho de uma mulher ou de crianças em atividades produtivas, como na agricultura, é percebido como “ajuda” em muitas situações. Diversos estudos que examinam a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como “ajuda”, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles (BRUMER, 2004).

A noção de “ajuda” significa, mais fortemente, hierarquia entre quem organiza e quem se deixa organizar, do que propriamente a falta de domínio

das diferentes etapas de um processo pelos demais membros da família (com exceção das crianças que estão sendo socializadas) (MOTA et al., 2010, p. 236).

Motta-Maués (1993), ao descrever a divisão do trabalho familiar em uma comunidade rural do município de Vigia, estado do Pará, no que seja doméstico, destinado à mulher, e produtivo, destinado ao homem, afirma que é “simples” – o que a mulher faz é doméstico e o que o homem faz é produtivo. Concluindo que não é a natureza do trabalho que o torna produtivo ou doméstico e sim o sexo do indivíduo que o desenvolve.

D’Incao e Cotta Júnior (2001) ao pesquisarem grupos rurais no Nordeste Paraense fazem uma análise na mesma perspectiva identificando que a divisão sexual do trabalho situa-se mais no plano cultural das mentalidades do que no plano da força físico-biológica. Mota e Silva Júnior (2003), ao pesquisarem grupos de catadoras de mangaba, identificam que trabalho pesado e trabalho leve são, segundo o imaginário corrente, mais inclinado a homem ou a mulher, entretanto a divisão do trabalho não se restringe a esse aspecto.

Paulilo (2004) chama atenção para o fato de o trabalho produtivo ser contabilizado, em regime de trabalho familiar, como parte de um esforço de todos os membros da família:

As atividades executadas no âmbito da esfera produtiva só são contabilizadas como parte de um esforço coletivo, que na maioria das vezes aparece como ajuda, o trabalho da mulher na esfera produtiva permanece praticamente invisível, tendo em vista que é praticado no interior do estabelecimento, sendo os homens praticamente os únicos responsáveis pelos contatos com o exterior. Além do que, as mulheres não detêm o conhecimento tecnológico necessário para administrar o estabelecimento agropecuário (PAULILO, 2004).

Silva e Portella (2006) ao estudar grupos rurais no Nordeste brasileiro interpretam que a divisão de trabalho na agricultura familiar expressa as desigualdades de gênero:

As atividades realizadas pelas mulheres na agricultura familiar são partes de um sistema mais amplo de valores e representações sociais que expressam as desigualdades de gênero. Com base na complementaridade e na reciprocidade entre os indivíduos, esse sistema aloca claramente o que é atributo de mulheres e de homens marcando distintamente os mundos masculino e feminino. O trabalho agrícola das mulheres é concebido como “ajuda” porque é considerado fora de suas atribuições próprias que são as atividades domésticas, mas, por se realizar com frequências diárias, associa-se e quase se confunde com estas. Na direção oposta, as atividades domésticas realizadas pelos homens são igualmente consideradas “ajuda” por se afastarem de suas atribuições próprias, que são as atividades produtivas. Diferentemente das mulheres, no entanto, os homens só

excepcionalmente realizam atividades domésticas, até porque, nas escalas locais de valores, o trabalho feminino vale menos, e é o trabalho masculino que ocupa o lugar de maior importância (SILVA; PORTELLA, 2006, p. 134).

Os estudos mostram que há uma expressiva desigualdade de valorização do trabalho entre os sexos, o que colabora para reduzir as possibilidades de autonomia para as mulheres, pois apesar da força de trabalho da mulher ser inserida nas atividades produtivas, esta não é reconhecida. Além disso, ela não tem acesso aos recursos financeiros gerados com o seu trabalho e nem ao planejamento sobre a melhor maneira de usá-lo.

Silva e Portella (2006) em sua análise sobre o tema identificaram que:

Os homens, nos papéis de marido e pai, dominam o trabalho das mulheres e dos filhos e filhas, concentram as decisões sobre a produção, não havendo planejamento coletivo que envolva toda a família, o que incluiria as decisões sobre o plantio, criação, colheita, comercialização e usufruto da renda. O controle do dinheiro pelo homem reduz, e, em muitos casos, impede a autonomia das mulheres (SILVA; PORTELLA, 2006, p. 133).

De acordo com essas autoras as mulheres estão ausentes da comercialização dos produtos da agricultura e pecuária, os mais rentáveis, tanto quanto os homens estão ausentes das atividades domésticas, que não produzem renda alguma.

O controle sobre a renda da propriedade, exercido pelo homem em todos os casos em que ele chefia o domicílio, é um dos pilares que sustenta a dominação masculina sobre as mulheres, seja por lhes tirar o direito de rendimento sobre o seu trabalho e, com isso, afetar diretamente a sua possibilidade de autonomia (SILVA; PORTELLA, 2006, p.140).

Interpretando Silva e Portella (2006), assim como Zelizer (1989), Deere e León (2002) e Paulilo (2004), entendo que não é possível discutir sobre autonomia da mulher sem entender o acesso desta a algum suporte financeiro. Acrescento que o acesso ao recurso gerado a partir do investimento da força de trabalho proporciona autonomia e valoriza o trabalho e o indivíduo que o realiza. Tanto na perspectiva de quem realiza (a mulher) como na perspectiva da família em relação a este membro.

As agricultoras conjugam a labuta diária nos sítios, os serviços domésticos, os cuidados com a família e o trabalho agrícola. Elas assinalam que, diferentemente do homem, cujo tempo é dedicado inteiramente ao trabalho agrícola, as mulheres se desdobram entre os roçados, os terreiros e a casa para conciliar as diferentes demandas do grupo familiar. Além disso, é de

responsabilidade delas e das crianças a coleta de lenha e de água para todo o grupo familiar. Elas se desdobram em grandes distâncias uma ou duas vezes por dia para coletar água e lenha. As mulheres, do estudo de caso, reconhecem que trabalham muito e mais que o homem; pois ele trabalha só na roça. No entanto, o trabalho do homem é mais valorizado dentro da família. Além disso, a contribuição econômica efetiva das mulheres para a unidade de produção familiar é pouco contabilizada. Bruschini (2000) registra, que 82% das mulheres ocupadas no setor agrícola declararam que não recebem qualquer rendimento pelo seu trabalho, enquanto os homens na mesma situação equivaliam a 27%. Além disso, as mulheres têm enfrentado barreiras culturais que limitam o acesso à terra, à tecnologia, aos créditos e à capacitação (CORDEIRO, 2006, p. 148).

Paulilo (2004); Silva e Portela (2006) e Cordeiro (2006) identificam que a mulher em regime de trabalho na agricultura familiar tem pouco ou nenhum acesso aos recursos financeiros gerados a partir de sua força de trabalho e que este fato dificulta as possibilidades de sua autonomia. Melo (2003) concorda que o acesso a um recurso financeiro proporciona maior possibilidade de autonomia para a mulher.

Nesse sentido, entendo que a principal perspectiva de autonomia na nossa sociedade é o trabalho economicamente produtivo e, portanto, o acesso e a livre decisão do indivíduo em relação ao uso dos recursos gerados com sua força de trabalho.

Os estudos sobre a autonomia da mulher na agricultura familiar geralmente mostram uma análise desse trabalho entre a casa e a roça (MELO, 2003; CORDEIRO, 2006; SILVA; PORTELLA, 2006). No entanto, na Amazônia o trabalho da mulher no extrativismo vegetal permite que ela ultrapasse os espaços casa e roça, sendo uma atividade presente e muito importante para as populações rurais e ainda pouca analisada pela pesquisa acadêmica.

Analisando os estudos existentes sobre o trabalho da mulher tanto na agricultura como no extrativismo identifiquei que em ambos os casos há uma sentida de desvalorização da força de trabalho feminina, recebendo o caráter de “ajuda” à masculina, no entanto, em algumas atividades extrativistas o trabalho da mulher se destaca, proporcionando a ela maior acesso a diferentes espaços e a recursos financeiros próprios.

Contudo, existem poucas pesquisas sobre a noção de autonomia da mulher no âmbito econômico e social nos estudos sobre o seu papel nas atividades do extrativismo. Embora o extrativismo tenha se extinguido em algumas áreas, conforme previsto, agonize em outras, mas também persiste (castanha-do-pará, mangaba, bacuri, coco babaçu, etc.) como uma das possibilidades de reprodução social de populações rurais que desenvolvem sistemas produtivos (caça, coleta, agricultura e pesca) com técnicas de baixo impacto ambiental (EMPERAIRE, PINTON, 2000).

2.1.1 Mulheres Extrativistas e a Autonomia Possível

Se nos estudos sobre as mulheres na agricultura é identificada principalmente a invisibilidade do seu trabalho e a pouca autonomia sobre sua força de trabalho e os recursos gerados. No extrativismo a mulher foi identificada em perspectivas diferentes, da invisibilidade de seu trabalho (seringueiras) à conquista do espaço público e midiático por conta de suas lutas (quebradeiras de coco babaçu).

Comparando o extrativismo com a roça, percebo primeiro que a roça é uma atividade desenvolvida tanto por homens quanto por mulheres, no entanto, à mulher cabe o papel de “ajuda” mesmo trabalhando mais ou o mesmo que o homem, e a renda do trabalho é administrada pelo homem, pai ou marido, além disso, muito raramente o planejamento da atividade é compartilhado entre homens e mulheres, cabendo apenas ao homem tal planejamento.

Paulilo (2000) em pesquisa realizada em um município de estado de São Paulo identificou que a posse da terra é masculina, a mulher tem acesso a ela por intermédio do pai ou do marido, portanto o seu trabalho na agricultura sempre vai estar subordinado ao trabalho de seu “provedor” no sentido de não ser ela a dona dos meios de produção.

No município de maracanã, Microrregião do Salgado paraense, onde desenvolvi minha pesquisa, as relações de posse da terra não são muito diferentes. Além disso, em todo o país, os fundos federais para desenvolvimento da agricultura familiar só podiam ser acessados por homens, apenas há poucos anos foi criado o crédito especial para mulher. No estado do Pará, o primeiro crédito (PRONAF Mulher³) foi liberado no ano de 2006.

Em comparação a agricultura, entendo que o extrativismo possibilita à mulher maiores condições de desenvolver a atividade a partir de sua força de trabalho, além disso, usufruir da renda gerada.

Sobre o trabalho da mulher no extrativismo, Simonian (1995) descreve as atividades nos seringais e castanhais da Amazônia brasileira, discutindo em seu trabalho a categoria “mulheres da floresta” que remete a uma compreensão de que, além dessas mulheres situarem-se em contextos de floresta, elas integram, produzem e recriam a cultura local, marcada pela presença da floresta, porém, com dimensões sociais, ideológicas e simbólicas igualmente importantes. Caracterizam-se por seu envolvimento com as atividades de

³ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.

extrativismo vegetal, caça e pesca voltada para a subsistência familiar e ainda mantêm relação mítico-espiritual com os ecossistemas florestais, ribeirinhos e lacustres onde vivem. Essas mulheres conhecem, exploram e utilizam os recursos naturais no seu cotidiano, comercializam-nos e empenham-se em sua preservação (SIMONIAN, 2001).

Sobre o extrativismo da borracha na Amazônia Simonian (2001), identificou que apesar da extensa produção acadêmica, a discussão sobre o trabalho das mulheres nos seringais é escassa. As poucas evidências focalizavam a crueldade com que as mulheres vinham sendo tratadas:

A maciça migração interna no Brasil, de homens para trabalhar na produção da borracha pode explicar a desatenção para com a participação da mulher nesse processo produtivo, além disso, a idéia de que o trabalho é pesado e perigoso, parece ter desempenhado um papel importante na persistência do silêncio sobre a existência de mulheres seringueiras (CABRAL apud SIMONIAN, 2001 p. 71).

Sobre o extrativismo da castanha do Brasil, também são poucos os registros na literatura que relatam o trabalho da mulher. Simonian (2001) descreve a “cultura da castanha”, relacionando a atividade extrativista com os modos de vida locais e os diversos usos e conhecimentos sobre a planta e sua transformação tanto para a culinária como para a medicina popular, afirmando que a mulher tem papel fundamental na manutenção desta cultura.

A participação das mulheres nos trabalhos dos castanhais⁴ faz parte das culturas indígenas e caboclas da Amazônia. Embora no passado os homens tenham-se envolvido com a produção dos castanhais, a sua maior participação ocorreu com a inserção desta produção nos circuitos mercantis de exportação (SIMONIAN, 2001. p, 107).

A despeito dos poucos registros Simonian (2001) alega que a mulher desenvolveu e ainda desenvolve estas atividades.

No caso da castanha, com a desestabilização do sistema de aviamento, a partir de 1980, muitas famílias permaneceram nos castanhais, ou continuaram a deles depender. No entanto, a maioria delas passou a viver na foz dos rios ou em suas proximidades, atuando principalmente no beneficiamento do produto (SIMONIAN, 2001). Além disso, a criação de áreas de reserva, que tem sido feita a partir da intervenção dos poderes público Federal e

⁴ Área de floresta tropical onde domina a castanheira.

Estadual, vem engendrando experiências associativas, cooperativas e mesmo partidárias entre a população local (SIMONIAN, 2001).

Os impactos desses empreendimentos sobre a vida das extrativistas têm sido rápidos, abrangentes e no mais das vezes negativos. Dissensões internas, pressões para cooptação e falta de confiança mútua têm debilitado o potencial organizativo dessas mulheres (SIMONIAN, 2001, p, 143).

Sobre o extrativismo da borracha, alguns autores (WAGLEY, 1976; ARAUJO e ARAUJO, 1987; SIMONIAN, 1998) também identificaram a presença da mulher no trabalho, incluídas nas atividades de beneficiamento e comercialização:

No fim da década de 80, Araújo e Araújo (1987) revelaram que no rio Aripuã (Amazonas) a maioria das mulheres trabalhavam como seringueiras, posteriormente identificou também ocorrência no Acre (SIMONIAN, 2001, p. 72).

Existem diferenças significativas do papel da mulher nas atividades extrativistas da castanha e da seringueira no que se refere à autonomia. No primeiro caso, a atividade é desenvolvida em regime familiar, no qual geralmente a família se deslocava para o castanhal durante a safra e retornava para casa no fim da safra. Apesar de a mulher participar do trabalho de coleta, transporte e beneficiamento, o homem era o principal responsável pela comercialização. No caso da seringueira, as mulheres extrativistas além de fazerem parte de todo o processo produtivo e serem as principais responsáveis pela atividade também atuam na comercialização de sua produção (SIMONIAN, 2001).

No vale do rio Madeira e em seringais do Acre, as mulheres continuavam – e em muitos casos ainda continuam – a produzir borracha (SIMONIAN, 1988; 1999-1998, n.c.). Então, nesse rio, não foram encontradas apenas mulheres extraíndo o látex das seringueiras, mas também outras vendendo as pranchas de borracha de melhor qualidade, e até uma seringueira grávida, entregando a melhor borracha da safra (SIMONIAN, 2001, p. 87)

Nesse caso, a mulher extrativista de castanha, apesar de sua importância na atividade não tem autonomia sobre a sua força de trabalho e não conhece o valor monetário de seu trabalho, pois não tem acesso direto a ele. Contudo, a autora atesta que essas mulheres vêm se unindo em projetos de associações e cooperativas com fins de beneficiamento do produto para atender ao mercado, afirmando que há uma persistência dessas mulheres em manter a cultura da castanha e a sua sobrevivência.

Simonian (2001) identifica que há uma relutância em referirem-se às mulheres seringueiras como tal, pois elas internalizam a ideologia que trata a atividade seringueira como masculina.

Poucas mulheres dos seringais pesquisados demonstram orgulho ao referir-se a suas atividades como seringueiras. Excepcionalmente, um marido se mostrou orgulhoso quanto ao fato de sua mulher ter sido, por longos anos, seringueira no Acre (SIMONIAN, 1988).

A extrativista seringueira não cumpre o papel social determinado à mulher e, portanto, sofre as medidas repressivas da sociedade, o não reconhecimento como trabalhadora extrativista é uma delas.

Apesar destas características sobre o papel da mulher no extrativismo da seringa e da castanha, em alguns casos, as tentativas de silêncio e negação não se colocam como problemas para as mulheres. A condição das mulheres que trabalham na extração do coco babaçu na Amazônia Oriental, conhecidas como quebradeiras de coco babaçu, é uma dessas instâncias. A importância de seu trabalho é fundamental no contexto da reprodução social local, principalmente a partir do momento em que as relações capitalistas foram intensificadas no campo (SIMONIAN, 1986). Foi também a partir desse momento que os homens passaram a participar deste tipo de atividade, mas dificilmente são identificados como quebradores de coco, o que ratifica ser a quebra do coco de babaçu uma atividade concebida como tipicamente feminina.

Apesar de alguns autores, como Simonian (2001), constatarem que o aumento do valor de produtos extrativistas nos mercados parece expulsar as mulheres de seu domínio (o caso da castanha), no extrativismo do coco babaçu e da mangaba este fato não é confirmado. Os produtos ocupam hoje, em relação ao passado, maior valor econômico no mercado e seu extrativismo continua sendo atividade de mulher segundo Figueiredo (2005), Santos (2007), Mota et al (2008^a) e outros.

Figueiredo (2005) relata que a atividade de coleta e quebra do coco babaçu, na região do Médio Mearim no Maranhão, até a década de 1960, não era uma atividade de expressão comercial. Depois do algodão, que também teve seu período de auge na região, o arroz foi a cultura dominante, sendo estes os produtos que movimentavam o mercado. Embora outros trabalhos registrem o comércio do babaçu muito antes de 1955, os depoimentos coletados por Figueiredo (2005) revelaram que na região pesquisada pela autora, o babaçu tinha pouco valor de mercado. Entretanto, mesmo com valor inexpressivo, as mulheres quebravam coco e com o

pouco que recebiam realizavam despesas não visíveis no cálculo econômico da família e nem do pensamento dominante do grupo social da época (FIGUEIREDO, 2005).

A partir da década de 1970 o comércio de amêndoas de babaçu se ampliou, contudo, os babaçuais não estavam mais livres, e o mercado era dominado por redes de atravessadores, que impediam que o preço pago pelas indústrias de óleos vegetais chegasse até as quebradeiras de coco. É ainda neste período, com a falta de terras para os plantios, a atividade com o babaçu ganha nova dimensão na economia familiar.

A partir da década de 90, como resultado da organização e da luta dos grupos locais para acessar a terra para o plantio e as áreas de babaçuais, as *quebradeiras de coco babaçu* ocuparam espaço na mídia: as revistas, os canais de televisão, os jornais, os rádios passaram a veicular matérias sobre as *quebradeiras de coco*. Na maioria das vezes, retratando alguns aspectos de experiências que para a sociedade geral poderiam ser consideradas bem sucedidas, noticiando sobre a organização da produção, a inserção no mercado, a preservação ambiental e ressaltando o papel da mulher na atividade extrativa do babaçu. Na luta é que se descobre o comércio do babaçu, que estava escondido na rede de atravessadores. E é na luta que mulheres e homens reconstruem o valor de ser *quebradeira de coco babaçu* (FIGUEIREDO, 2005, p. 134).

Centrada em uma atividade predominantemente feminina, essa mobilização em defesa dos recursos básicos, embora envolva homens, mulheres e crianças, faz emergir a identidade coletiva e política de quebradeiras de coco babaçu, fazendo com que essas mulheres rompam com o confinamento do espaço doméstico, até então lugar principal de atuação.

Não apenas a mulher alçou uma posição antes desconhecida, passando a ocupar lugar de destaque nas mobilizações internas e na representação política externa ao grupo, como o próprio recurso – o babaçu – passou a assumir uma centralidade antes não observada na economia do grupo (FIGUEIREDO, 2005).

No atual contexto, a autora identifica que onde se verificou a mobilização e as lutas pelo reconhecimento da condição de quebradeiras de coco babaçu, se constrói uma auto-estima com base na positivação de uma identidade coletiva, que é social e política.

Diferentemente de muitos que analisam a atividade do extrativismo do babaçu como uma atividade atrasada e que apenas traz sacrifício à mulher a forma pela qual essa atividade é realizada por muitas, em grupos de amizade, em parcerias por laços de compadrio e de vizinhança, em grupos de famílias, em rodas de conversa, em mutirões, vai se constituindo numa força política que rompe com o isolamento da casa, criando formas de solidariedade que as tornam não apenas figuras do lar e sim *quebradeiras de coco*, como sujeito coletivo (ALMEIDA, 2008). Agindo em conjunto, transformam seu dia-a-dia em luta por direitos específicos como cidadãs de uma sociedade local e

global. Surge um sujeito coletivo e irrompe uma nova mulher camponesa (FIGUEIREDO, 2005. p. 137).

No extrativismo da mangaba, a experiência das mulheres está mais próxima das quebradeiras de coco babaçu, no sentido que a coleta da mangaba no passado não era uma atividade importante economicamente, apenas para o consumo, e por isso considerada atividade destinada a mulheres. No entanto, a partir dos anos 1980, os mercados para a fruta vêm aumentando, principalmente no Nordeste do Brasil (MOTA et al., 2007b).

A valorização da mangaba nos mercados e a permanência das mulheres no extrativismo têm possibilitado maior participação das mesmas na constituição do patrimônio e da renda familiar (MOTA, 2007a; SANTOS, 2007).

Em se tratando da divisão social do trabalho, no caso do extrativismo da mangaba e do coco babaçu, os homens são encarregados de cuidar da agricultura, praticam o extrativismo apenas quando estão disponíveis, também não há uma participação constante no beneficiamento e na comercialização porque essas tarefas ficam designadas às mulheres (FIGUEIREDO, 2005; SANTOS, 2007). O homem passa a representar o seu papel no extrativismo da mangaba e do coco babaçu como de ajuda ao da mulher. Ou seja, mesmo tendo havido uma mudança na intensidade da inserção da cultura no mercado, padrões culturais foram preservados (D'INCAO e COTTA JÚNIOR, 2001) e as mulheres rompem a barreira do privado (SANTOS, 2007, p.18).

No caso da mangaba, as crianças (meninos e meninas), em geral, acompanham suas mães quando não estão na escola. Está embutido nessa prática tanto a usual “ajuda” quanto o controle para que não fiquem “aprontando por aí” (MOTA et al., 2008a). Além disso, é esse o momento da socialização para o trabalho, onde as mães ensinam na prática para os filhos, e estes se alternam entre as brincadeiras e a iniciação para o trabalho. Mais frequentemente, na coleta da mangaba no Norte do Brasil, há ocasiões em que toda a família: pai, mãe e filhos vão juntos (MOTA et al., 2008b).

Existem diversos arranjos para a realização da coleta da fruta, sendo majoritariamente compostos por grupos de mulheres (vizinhas, parentes, colegas, etc.).

Os arranjos postos em prática pelas famílias para garantir seu provisão dependem de seu ciclo de reprodução (consequentemente, do acordo ou não de seus membros em realizar dadas tarefas), da sazonalidade peculiar a atividade extrativista, do acesso aos recursos e da reprodução social e cultural do grupo (MOTA et al., 2010. p. 136).

Em relação às atividades de pós-colheita o trabalho é estritamente familiar, uma divisão de trabalho muito sutil é posta em prática, sob o comando dos adultos (normalmente as mulheres, mães), os jovens e as crianças cooperam nas tarefas (MOTA, 2010).

O beneficiamento dos frutos pode ser feito nos quintais ou dentro das casas, não demandando força física. Pode ser feito à sombra e ser interrompido a qualquer momento. De acordo com Mota e Silva Júnior (2003), em pesquisa realizada no estado de Sergipe, os arranjos permitem que a atividade seja considerada leve e assim atribuída à mulher.

As mulheres também são as principais responsáveis pela comercialização, na maioria dos casos. Nesse sentido, a atividade (extrativismo da mangaba) quebra com um padrão comum do trabalho familiar na agricultura de que às mulheres caberia o trabalho privado e não o público, remunerado.

Destaca-se quase a exclusividade das mulheres, da propagação das plantas a comercialização dos frutos. Nessa última atividade, isso é uma particularidade, considerando-se que, normalmente, as ações que envolvem transações comerciais estão sob a responsabilidade dos homens no espaço rural (SANTOS, 2007, p. 68).

Para Luz et al. (2003 apud SANTOS, 2007) é comum encontrar experiências da presença de mulheres em processos de produção, mas no que concerne à comercialização, os homens tomam a frente das atividades. Logo, a participação efetiva não apenas no processo produtivo, mas também na comercialização representa um rompimento dos padrões tradicionais.

No geral, as mulheres se diferenciam dos homens quanto à habilidade para o trabalho. Santos (2007) identificou que no discurso as mulheres “catadoras de mangaba” supervalorizam as suas atribuições em detrimento da dos homens, que, segundo elas, não têm agilidade nem destreza para as atividades de colheita e pós-colheita – o fruto quando madura é muito delicada e se estraga facilmente com o manuseio inadequado (SANTOS, 2007). Mota et al. (2008a) também identificaram essa diferenciação de habilidade entre homens e mulheres destacado pelas catadoras de mangaba:

Outro argumento usual é que apenas as mulheres têm habilidade e delicadeza com frutas sensíveis, espécie de atributo natural (SILVA, 1997), escamoteando capacidades adquiridas socialmente pela repetição dos movimentos (MOTA et al., 2008a).

Outras explicações para essa associação são a sazonalidade da safra, a leveza do trabalho e a inadequação dos movimentos de levanta e baixa para o homem (MOTA et al., 2008a). Essas noções sobre o trabalho sugerem a inadequação dos homens para desenvolver a tarefa, mantendo a predominância feminina na atividade. Mota et al. (2008b) identificaram minoritariamente o trabalho de homens na coleta, atuando principalmente em áreas distantes (Rio Grande do Norte, Bahia, Pará).

Nesta situação, não há discriminação dos mesmos que utilizam bicicletas e burros para transportar os frutos. Provavelmente, as distâncias e o imaginado perigo às mulheres qualifica essa atividade como adequada aos homens (MOTA et al., 2008b, p. 62).

No caso das quebradeiras de coco, elas se fizeram reconhecer publicamente, através da organização e das lutas, já no caso as catadoras de mangaba, o crescente aumento no valor do produto nos mercados influencia positivamente o reconhecimento do grupo e a autonomia das mulheres no espaço familiar.

Nos processos de luta em que se tornaram públicas, as quebradeiras de coco babaçu conseguiram valorizar sua atividade produtiva e construíram uma identidade política. As catadoras de mangaba o fazem ainda timidamente. Em 2007, foi realizado o primeiro encontro das catadoras de mangaba e, em 2009, o segundo, ambos em Aracaju-SE. Nesses eventos as mulheres construíram e fortaleceram uma identidade de luta por direitos enquanto catadora de mangaba, se aproximaram de aliados em instituições públicas de pesquisa e extensão, bem como dos órgãos gestores municipais e estaduais. Deve-se ressaltar que atualmente tramita pelos órgãos competentes (ICMBio) uma proposta de institucionalização de uma reserva extrativista no litoral de Sergipe.

Uma questão a ser observada sobre a atividade de mulheres no extrativismo é a invisibilidade, principalmente no que concerne às atividades realizadas nas florestas (castanheiras e seringueiras). Diferentemente das realizadas em campos e restingas (quebradeiras de coco babaçu e catadoras de mangaba), a dureza do trabalho nas florestas seria uma das questões que impede o reconhecimento do trabalho da mulher? No caso das seringueiras principalmente?

Ao contrário das seringueiras, as quebradeiras de coco e as catadoras de mangaba, são reconhecidas localmente e as literaturas pertinentes atestam serem elas responsáveis por todo o processo produtivo, da extração à comercialização.

Em todos os casos, é o não reconhecimento público através de políticas que beneficiem estes seguimentos sociais, bem como o pouco subsídio acadêmico por meio de pesquisas que façam referências a mulheres extrativistas que colaboram para a sua invisibilidade.

Uma questão pertinente ao trabalho da mulher no extrativismo diz respeito ao valor de sua atividade para a família, que no mais das vezes não se restringe ao valor econômico. Apesar de essas mulheres, terem alcançado maiores possibilidades de contribuir com o patrimônio e renda familiar, Figueiredo (2005), estudando as quebradeiras de coco babaçu, questionou-se sobre a importância das relações de gênero que pesavam sobre o reconhecimento das atividades produtivas:

Porque a *roça* é tida como atividade principal do homem e a quebra do coco babaçu como atividade principal da mulher, é que economicamente situa a atividade com o babaçu como complementar à *roça* (FIGUEIREDO, 2005, p. 73).

A autora identificou que, para as famílias analisadas, o extrativismo do coco babaçu e as atividades agrícolas se complementam, embora muitas vezes no discurso de uns, a agricultura aparece como atividade econômica principal e de outros, é o extrativismo. De acordo com a autora, na percepção do grupo pesquisado, a *roça* assume caráter essencial. Porém, ao assumirem essa hierarquia de valores para as atividades, transferem este valor aqueles que a exercem. Entretanto, segundo a autora, concretamente, há momentos na economia agro-extrativista em que a atividade com o babaçu é a atividade principal, particularmente nas situações de falta de terra para as roças ou de crise na produtividade agrícola.

Santos (2007) identifica que a renda derivada do extrativismo da mangaba é fundamental no sustento das famílias, observando que o extrativismo da mangaba ganhou proporções econômicas fundamentais na manutenção da família e interferiu não só no ponto de vista econômico, mas também mudando valores culturais relacionados à atividade e a quem a exerce.

Ainda de acordo com Santos (2007) o extrativismo representa 63% da renda das famílias agroextrativistas do povoado Olhos d'Água, Capoã e Jatobá, no município de Barra dos Coqueiros, em Sergipe. No entanto, apesar da predominância das mulheres na atividade, a maioria destas não se caracteriza como chefe de família, sendo essa condição designada aos homens, que apesar de algumas vezes terem renda relativamente inferior a da mulher, figura o papel, a partir de construções sociais, de chefe da família.

E quando questionadas as próprias catadoras de mangaba declaram que a renda do extrativismo é complementar, esta noção possivelmente está atrelada à baixa valorização que as mesmas têm de si próprias. E tal situação baseia-se, segundo Figueiredo (2005), ao posto assumido pelo homem de “chefe da família” que desenvolve atividades cuja produção é considerada como primordial e viável à sustentação da família, enquanto à mulher só caberia atividades na esfera reprodutiva.

Está em jogo a noção de que aos homens caberia prover o sustento da família e às mulheres complementá-la, mesmo que, muitas vezes elas aportem igual ou até mais que eles. [...] códigos de conduta indicam que produção e reprodução estão associados a homens e mulheres, respectivamente, com valores diferenciados e com repercussão nas relações de gênero. [...] Uma das possibilidades de análise para essa contradição (baixo valor social, mas alto valor econômico) reside na supervalorização das atividades realizadas pelo homem, em detrimento daquelas realizadas pelas mulheres. Assim, a maior importância social daquelas, minimiza a importância econômica dos recursos advindos do extrativismo, via trabalho das mulheres. Por outro lado, leveza e força física também se opõem retomando a noção primeira de trabalho enquanto labor (MOTA et al., 2008b, p 59).

Os estudos sobre a divisão social do trabalho no extrativismo têm destacado grupos cuja visibilidade política se fez nas duas últimas décadas, a exemplo das quebradeiras de coco babaçu (PORRO, 2004; LAGO, 2002; FIGUEIREDO, 2005) e das mulheres nos seringais e castanhais (SIMONIAN, 2001). Mesmo assim, há consenso de que persiste certa invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres, agravada nos estudos que tratam de atividades extrativistas na floresta.

As explicações para esta invisibilidade são frequentemente atribuídas à inadequação daquela atividade às mulheres, à desvalorização do extrativismo, assim como das representações quanto a floresta como um espaço inóspito pronto a surpresas e perigos (SIMONIAN, 2001; MOTA et al., 2010).

Apesar de Santos (2007) ter identificado e questionado que, mesmo as mulheres com trabalhos mais produtivos economicamente que homens, não se dizem chefes de família, o que poderia indicar o menor valor do trabalho delas. No entanto, a mesma autora e MOTA, SCHMITZ; SILVA JÚNIOR, 2007a, demonstram como essas mulheres valorizam e permanecem em suas atividades de extrativismo, mantendo a predominância em relação aos homens.

Neste estudo investiguei o que o trabalho de catar/apanhar e vender mangaba representa para autonomia das mulheres.

Entendo por autonomia a autodeterminação para organizar e desenvolver o seu trabalho, definindo as próprias metas e agindo em consequência delas, a capacidade de gerar renda e de decidir a forma que essa renda será utilizada, seja para gastos próprios ou com a família.

2.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

2.2.1 Tecendo uma Rede de Contatos

O processo de articulação para a realização da visita a campo foi feito entre os meses de abril e maio de 2009, em Belém do Pará, com a minha visita ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para coletar informações sobre a região. Na ocasião, constatei que o Campo da Mangaba situa-se na área de influência da Reserva Extrativista Marinha⁵ de Maracanã (REM Maracanã).

Com a visita entrei em contato com o responsável pela REM Maracanã e o fiscal da reserva. Descobri então que tanto o Campo da Mangaba como as comunidades que dele se utilizam, não fazem parte da REM Maracanã, desfazendo a minha idéia primeira de que o Campo da Mangaba estava dentro da reserva.

A REM Maracanã é uma reserva marinha que em sua área geográfica somente estão incluídas áreas de manguezal e o mar. As comunidades e o Campo da Mangaba estão na área de entorno e/ou amortecimento da Reserva, o que é uma contradição já que a Reserva Extrativista é a única modalidade de conservação da legislação ambiental brasileira que prevê, simultaneamente, o uso sustentável dos recursos naturais e a regularização fundiária das terras tradicionalmente ocupadas⁶. As Reservas Extrativistas também têm política de

⁵ As Reservas Extrativistas Marinhas, geograficamente, incluem somente o mangue e o mar, elas foram propostas pelo Ibama, discutidas e implantadas primeiro em comunidades pesqueiras de Florianópolis e do Rio de Janeiro, depois estendidas para outras regiões do Brasil, incluindo o estado do Pará. De acordo com o Ibama políticas que só contemplam os aspectos preservacionistas tornando alguns ambientes livres da ação humana como, por exemplo, o Código Florestal de 1965 que protege os ambientes do ponto de vista da cobertura vegetal, tornando esta área de preservação permanente – quando aplicados ao ecossistema manguezal desconsidera que este é usado de modo intenso e que historicamente representa algumas vezes, a única fonte de renda para as populações circunvizinhas.

⁶ Definição de Alfredo Wagner Berno de Almeida, Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas. 2º Ed, Manaus: PGSC – UFAM, 2008.

beneficiamento e manejo para as áreas de entorno, mas até o final desta pesquisa⁷ o documento oficial com a sistematização das regras de uso ainda não havia sido elaborado.

No Ibama, além de acessar documentos interessantes para a pesquisa, como o projeto para o plano institucional de manejo da reserva, laudo biológico, entre outros, foram repassados importantes contatos de campo (Maracanã) e de pesquisadores e instituições atuantes, que no momento desenvolviam trabalhos nas comunidades do entorno da REM Maracanã e no Campo da Mangaba.

Ainda em Belém, participei de uma reunião com representantes do Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental (IAGUA) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituição também presente no local. A partir de então, a primeira ida a campo foi agendada para o dia 24 de abril de 2009.

Durante a visita a campo, as representantes da CPT me apresentaram para algumas famílias na comunidade de Aricuru além de me indicaram o local possível para minha hospedagem na comunidade Espírito Santo.

Nesta primeira inserção estive presente em duas reuniões organizadas por instituições locais (Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã - AUREMAR e Colônia de Pescadores de Maracanã) e externas (CPT, Ibama e IAGUA,) juntamente com representantes das comunidades. Além disso, convidei apenas os membros da comunidade Espírito Santo para uma terceira reunião. Usei tal estratégia no intuito de adquirir informações preliminares sobre as comunidades que habitam o Campo da Mangaba, principalmente acerca das atividades produtivas, estratégias econômicas por eles desenvolvidas: a inserção do extrativismo da mangaba, suas representações econômicas e sociais, assim como informações relacionadas às instituições de influência no local. Em todos os aspectos procurei, desde o primeiro momento, levantar informações sobre o papel das mulheres nessa teia social.

2.2.2 Metodologia de Pesquisa Utilizada em Campo

Parto da hipótese de que o extrativismo da mangaba assegura autonomia à mulher extrativista tanto relacionada ao desempenho da atividade quanto ao uso dos recursos gerados.

⁷ Outubro de 2010.

Portanto, investigo se a mulher realmente tem acesso e utiliza com autonomia os recursos gerados com sua força de trabalho, já que ela pratica não só a extração, mas também a comercialização dos frutos da mangabeira. Além disso, analiso o planejamento do trabalho extrativista e a relação com o trabalho doméstico em períodos de safra. Assim pergunto: a mulher se desdobra para garantir trabalho produtivo e doméstico ou as tarefas são redistribuídas entre os membros da família?

Neste sentido, o objetivo geral da pesquisa foi analisar a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba em regime de trabalho familiar, através do estudo de suas atividades no cotidiano do trabalho extrativista e do uso dos recursos daí advindos. Para tanto, realizei um estudo de caso no município de Maracanã, na Microrregião do Salgado Paraense localizada no Litoral Norte do Brasil. O local específico da pesquisa foi a Comunidade Espírito Santo localizada na área denominada “Campo da Mangaba”.

Os objetivos específicos foram:

- Diagnosticar o local de estudo, as áreas de oferta da fruta e os possíveis conflitos relacionados ao acesso às plantas;
- Identificar as famílias quanto à demografia, com vistas a entender como se constituem os arranjos familiares no local da pesquisa;
- Caracterizar o trabalho das famílias (tipo, atividade, sazonalidade e divisão social do trabalho) e sua importância para as mesmas;
- Analisar a autonomia da mulher nas atividades de coleta, beneficiamento, venda e usufruto da renda gerada com o fruto da mangabeira;

Dois aspectos foram prioritariamente importantes para a análise principal. Primeiro, a verificação de como se estabelece a organização do trabalho produtivo e doméstico da mulher. A literatura atesta que o trabalho da mulher no espaço rural geralmente é tutelado pelo homem, marido ou pai, o investimento de sua força de trabalho nas atividades é entendido como “ajuda”, principalmente nas tarefas da agricultura. No entanto, nas atividades de extrativismo alguns autores identificam que a mulher administra e planeja o investimento de sua força de trabalho. Nesse sentido, de acordo com a literatura sobre as catadoras de mangaba, pressuponho que são as mulheres que planejam e gerem sua força de trabalho, acredito que este é um fator que dá à mulher catadora maior autonomia sobre o seu trabalho. Então, analiso como estas mulheres desenvolvem suas atividades de trabalho no extrativismo da mangaba e como as relacionam e planejam seu tempo para garantir o desenvolvimento desta e das outras atividades pelas quais é responsável.

O segundo aspecto analisado é o acesso e usufruto pela mulher catadora de mangaba da renda gerada pelo seu trabalho. Na agricultura familiar a divisão dos recursos financeiros gerados pelo trabalho muitas vezes é parcial, destinado tão somente ao homem, chefe da família. No caso do extrativismo da mangaba a literatura atesta que também a mulher, além de desenvolver a atividade produtiva, comercializa o fruto. Nesse sentido, pressuponho que ela é a primeira a ter acesso aos recursos financeiros. Então analiso como esses recursos são utilizados, se são utilizados pela catadora de mangaba ou por outros membros da família, e como se estabelece a tomada de decisão para o uso.

Entendo que autonomia remete a uma vasta gama de valores e de experiências sociais que têm como centro o princípio da livre determinação do indivíduo, ou o indivíduo é direcionado “naturalmente” para decisões mais livremente determinadas, a partir de suas experiências sociais e de seus valores. Além disso, o termo subentende também, responsabilidade e oportunidades iguais para se atingirem os fins comuns, divisão de tarefas e sentido do trabalho livremente estabelecido.

Nesta pesquisa realizei um estudo de caso que, segundo Becker (1994), tornou-se uma das principais modalidades de análise das Ciências Sociais. Escolhi esta modalidade, pois o estudo de caso supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno, adequadamente, a partir da exploração intensa de um único caso, não de um indivíduo, mas de um organismo ou comunidade. Estudar a “localidade” é, então, estudar o universo das práticas sociais localizadas (VEIGA; ALBALADEJO, 2001).

As idas a campo ocorreram nos dias 24 a 30 de abril, 26 a 29 de maio e de 19 a 28 de novembro do ano de 2009 e entre os dias 26 a 28 de outubro de 2010. A terceira expedição coincidiu com o período de pico da safra e atividades de extração da mangaba, a última expedição coincidiu com o início da safra de 2010.

A pesquisa foi realizada a partir de abordagens qualitativas e quantitativas em três grandes etapas entrelaçadas: revisão bibliográfica, levantamento de dados secundários e pesquisa de campo (observação direta, entrevistas semi-estruturadas e estruturadas).

Para uma pesquisa qualitativa, o número de pessoas interrogadas é, geralmente, menor, quando comparado a uma pesquisa quantitativa. São escolhidas em função de critérios que nada têm de probabilistas e não constituem, de modo algum, uma amostra representativa no sentido estatístico. De acordo com Mechelat (1982), o indivíduo é quem é considerado como representativo, pelo fato de ser ele quem detém uma imagem particular e verdadeira da cultura a qual pertence.

Tenta-se apreender o sistema, utilizando as particularidades das experiências dos indivíduos como reveladores da cultura tal como é vivida.

Considerei como universo da pesquisa as 15 famílias que vivem na comunidade Espírito Santo. O critério de seleção das famílias investigadas na pesquisa esteve relacionado à importância da atividade de extrativismo da mangaba para as mesmas.

A revisão de bibliográfica foi utilizada por ser essencialmente importante para a elaboração, definição e delimitação do problema de pesquisa, além da análise dos dados primários e secundários. Acredito que a criatividade do pesquisador é lapidada a partir deste levantamento.

Desenvolvi a pesquisa na interface entre os estudos sobre o extrativismo, a mulher e as relações familiares de trabalho no espaço rural. Para consolidar o meu objeto, autonomia da mulher no extrativismo da mangaba, recorri a autores da sociologia rural que tratavam do tema, descobrindo que os trabalhos especificamente relacionados são relativamente recentes. Busquei, principalmente, nos autores Mota (2007), Mota et al (2008^a), Mota et al (2008b), Silva Junior (2008), Schmitz, Mota e Silva Júnior (2006), Schmitz, Mota e Prado (2007), Simonian (1995, 2001), Shanley e Gaia (2004), Porro (2004), Figueiredo (2005), Santos (2007) o papel da mulher na família rural, o extrativismo, a atividade extrativista na dinâmica produtiva familiar, valor do trabalho e autonomia. Silva e Portella (2006), Álvares (1995), Paulilo (2004), Brumer (2004), Faria (2009) foram às autoras que me familiarizaram com as questões políticas e econômicas que envolvem a mulher no contexto social rural e urbano, colaborando também para a construção do conceito de autonomia neste estudo. Autores de fundamental importância, para entender o trabalho da mulher na família, foram D'Incao; Cotta Júnior (2001), Herédia (1979), Maneschy; Alencar e Nascimento (1995), Melo (2003), Maruani e Hirata (2003), Cordeiro (2006), entre outras; além de Saraceno (1997), no debate sobre as relações de trabalho.

Os dados secundários e técnicos sobre o município de Maracanã, o Campo da Mangaba e a REM Maracanã obtive através de diagnósticos do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ibama, Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais (CNPT, 2000), o Parecer Técnico da Secretaria de Estado e Meio Ambiente (SEMA, 2007) e da Estatística Municipal de Maracanã no sítio virtual da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além da revisão bibliográfica, a observação direta (BECKER, 1994) também foi um dos procedimentos metodológicos dessa pesquisa, escolhida por permitir ao pesquisador

acessar uma ampla gama de informações, inclusive os tipos de dados com existência não prevista, dados que afloraram no exercício de olhar e ouvir (OLIVEIRA, 1998).

A observação direta foi realizada durante as quatro idas a campo, tanto nas casas, no roçado, no Campo da Mangaba e nas feiras de comercialização do produto final. Na terceira estadia a observação direta foi o principal procedimento metodológico utilizado, porque o período coincidiu com a atividade extrativista. Assim, durante dez dias acompanhei as mulheres em suas atividades diárias entre a casa e o campo, incluindo as atividades que envolvem o beneficiamento do produto.

Também escolhi a entrevista semi-estruturada (MANN, 1973), para fazer parte dos métodos de investigação, pois ela se dá de maneira mais natural e a liberdade que o método proporciona me permitiu analisar o que de fato é importante e relevante na perspectiva do entrevistado. Realizei as entrevistas sempre atenta para não contaminar o discurso do informante com o meu próprio discurso, mas apesar disso, concordo que a pesquisa sociológica não está isenta dos valores do pesquisador (BECKER, 1994).

As entrevistas estruturadas (questionários) também fizeram parte dos métodos de coleta de informação, principalmente por permitir acessar dados mais quantitativos, necessários para cumprir os objetivos da pesquisa. As entrevistas foram realizadas na minha segunda estada no local, com perguntas relacionadas à demografia, atividades de trabalho, lazer, ecossistema e sistema de recursos, histórico do extrativismo, disponibilidade, acesso, conservação e uso dos recursos, comercialização e regras de socialização. As entrevistas foram direcionadas aos indivíduos da família, na grande maioria pai e mãe responderam o questionário juntos. Para tanto visitei a maioria das casas na comunidade.

Durante a **primeira inserção** meu objetivo foi delimitar o campo de pesquisa e escolher uma ou mais comunidades para a investigação. Nessa primeira estadia realizei entrevistas semi estruturadas e observação.

Na primeira ida, visitei a comunidade Aricuru e depois a comunidade Espírito Santo, além de participar de duas reuniões comunitárias onde estavam membros e lideranças das comunidades Quarenta do Mocooca, Beira Mar, Traquateua, Campo Alegre, Nova Brasília e São Tomé, todas localizadas no Campo da Mangaba⁸.

Ainda durante a primeira estada em campo analisei alguns dados e optei pela comunidade Espírito Santo para o estudo de caso, pois era a que atendia os requisitos para a

⁸ Segundo o parecer técnico realizado pela SEMA- PA em 2007, esta é um área de 3.570,78 ha, encravado em um ecossistema antrópico de vegetação secundária. A cobertura vegetal é denominada de Campos Cerrados cuja característica é a presença de espécies arbóreas baixas e tortuosas, local de incidência de mangabeiras nativas.

pesquisa, quais sejam: comunidade composta por famílias produtoras que têm o extrativismo da mangaba como importante complemento para a renda familiar. Além disso, a atividade é praticada por mulheres. Geograficamente a comunidade Espírito Santo está no centro do Campo da Mangaba, conferindo a ela localização estratégica, onde geralmente ocorrem as principais reuniões com as comunidades circunvizinhas e, também entre estas e instituições externas. A área denominada Campo da Mangaba é um local de incidência de mangabeira e cujo acesso é coletivo e feito principalmente por mulheres (SCHMITZ; MOTA; SILVA JÚNIOR, 2006). Neste local estão estabelecidas 15 comunidades rurais (SEMA, 2007)

A primeira ida a campo foi também o momento de reconhecimento da área de estudo, no qual exercitei intensamente o olhar e o ouvir (OLIVEIRA, 1998) sobre as relações dos membros de algumas famílias (homens, mulheres e crianças) das comunidades de Aricuru e Espírito Santo, e também nas duas reuniões que estive presente com representantes das comunidades Quarenta do Mocooca, Beira Mar, Traquateua, Campo Alegre, Nova Brasília e São Tomé.

Em Aricuru, conheci algumas famílias, principalmente, as crianças. Visitei três casas com intuito de conversar, comprar peixe, guardar alimento na geladeira, enfim, estabelecer relação de proximidade podendo estar presente em situações comuns àquele grupo, exercitando assim a observação direta.

Na comunidade Espírito Santo, ainda na primeira visita, fui hospedada pela moradora mais antiga, D. R., 73 anos, que mora com sua filha e um sobrinho. No primeiro dia participei de uma reunião com os moradores locais, além das instituições CPT e o IAGUA. Foi quando me apresentei e informei o que tratava meu projeto de pesquisa. Nos dias que decorreram, com as instituições (CPT e IAGUA) não mais presentes, convidei o grupo local para uma reunião a qual apareceram dez pessoas, contudo foi muito produtiva. Fiz uma apresentação mais “informal” da minha proposta de pesquisa e pude responder algumas questões, além de elaborar o calendário agrícola junto com os informantes.

Visitei as casas, também de maneira informal, para comer milho, encomendar caranguejo⁹, procurando intuitiva e conscientemente estar o mais próximo possível da realidade e do ritmo de vida local. Acompanhei uma das mulheres, e outras moradoras locais em suas atividades cotidianas da roça e da casa.

Foram feitas oito entrevistas semi-estruturadas apenas durante a primeira jornada a campo, três com lideranças locais: uma liderança comunitária em Aricuru, o então presidente

⁹ A maioria da comunidade compra caranguejo de um único morador, que vende por encomenda e tem um curral em Aricuru.

da Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã (AUREMAR) e com a presidente da colônia dos pescadores. O objetivo de entrevistar pessoas envolvidas com as organizações sociais locais foi construir uma primeira visão sobre o extrativismo, principalmente quanto ao funcionamento da organização local, a percepção dos envolvidos políticos em relação aos não envolvidos diretamente e os interesses divergentes e/ou convergentes.

Três pontos foram principais em todas as entrevistas. O primeiro em relação à REM, como se estabeleceu a organização local para a construção e legalização da reserva? e quais as reais influências desta instituição nas atividades e no cotidiano das famílias ‘beneficiadas’? O segundo foram questões a cerca dos conflitos existentes no Campo da Mangaba relacionados ao produto extrativista “mangaba”, além do histórico de ocupação e de uso dos recursos naturais desse local. O terceiro tratou sobre questões específicas do extrativismo: quem faz, como faz e por que faz?

As cinco entrevistas restantes foram realizadas com pessoas das famílias extrativistas (homens, mulheres e crianças) juntos ou separadamente, das comunidades de Aricuru e Espírito Santo: uma delas com crianças, entre cinco e nove anos, da comunidade Aricuru, outra com um grupo de três mulheres extrativistas na comunidade Espírito Santo. As três restantes foram feitas com a família extrativista que me acolheu na comunidade Espírito Santo, (mãe, filha, filho e nora) uma entrevista com todos juntos e as outras duas com a filha e a nora separadamente.

O objetivo de entrevistar as crianças foi entender se elas praticavam a atividade extrativista e a percebiam como trabalho ou não.

Aos extrativistas, as principais questões levantadas nas entrevistas, foram três: primeiro sobre a atividade e sobre a comercialização do produto (quem, como, quando, onde e porque desenvolvia as atividades). O segundo ponto levantado foi pertinente à importância do produto/atividade para a reprodução familiar. O terceiro, mais direcionado a mulher extrativista, à importância ou não da atividade extrativista para o desenvolvimento de seus possíveis projetos individuais e/ou coletivos, tomando parte não só da atividade, mas do usufruto da renda gerada. Um ponto que surgiu na maioria das entrevistas foi acerca das questões dos conflitos na área denominada Campo da Mangaba. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para a melhor utilização dos dados, o primeiro e o terceiro ponto foram os que mais me auxiliaram na interpretação da autonomia da mulher.

Usei as informações obtidas com a observação direta e as entrevistas semi-estruturadas para, primeiramente, definir o campo de pesquisa – Comunidade Espírito Santo – e também

contornar cerceamentos das entrevistas com questionário. Além disso, para esclarecer e aperfeiçoar a hipótese de que o extrativismo da mangaba é uma alternativa de trabalho que representa uma perspectiva de autonomia econômica para a mulher dentro das atividades do cotidiano de trabalho familiar. Estas informações também trouxeram para o trabalho as questões cotidianas das atividades, contribuindo com as informações obtidas.

As entrevistas foram realizadas como conversas em espaços como: cozinha da casa, quintal, roça, durante uma caminhada entre as comunidades e também na sede do município de Maracanã. Todos os entrevistados permitiram que as gravações fossem feitas, as abordagens a cada indivíduo entrevistado foram diferentes, mas sempre chamando para uma conversa.

O objetivo prioritário **da segunda inserção** no campo foi realizar as entrevistas estruturadas através da aplicação de questionários às famílias da comunidade Espírito Santo.

A comunidade é composta por 15 famílias. Destas 14 foram visitadas e entrevistadas. Apenas uma família ficou fora da amostra, esta é composta por mãe e filho que moram afastados e estabelecem o mínimo de contato com as outras famílias da comunidade, não quiseram me receber, e eu considerei mais prudente não insistir.

Esse método me deu informação a cerca da demografia e condições socioeconômicas das famílias na comunidade, além de informações sobre o extrativismo, a roça, comercialização dos produtos, e o estabelecimento da divisão do trabalho na família.

Na **terceira inserção**, o principal objetivo foi acompanhar as mulheres em suas atividades de extração, beneficiamento e venda da mangaba, além de observar como se dava o usufruto do recurso gerado e a relação das atividades extrativistas com as atividades cotidianas, exercitando a observação direta e entrevista não estruturada.

A terceira estada em campo foi a mais fatigante, me senti deslocada e insegura, apesar de sempre ser muito bem tratada por todos da comunidade percebi o estranhamento das extrativistas quanto a minha vontade de acompanhá-las em suas atividades de coleta e comercialização.

Foi difícil estabelecer uma relação de confiança com o grupo local em tão curto espaço de tempo, além do que esta comunidade já havia sido visitada principalmente por pesquisadores e agentes de desenvolvimento e algumas dessas relações não foram proveitosas principalmente por terem sido criadas expectativas que foram frustradas, segundo a perspectiva de famílias locais.

Percebi que para algumas pessoas não ficou claro qual era o meu trabalho no local até mesmo para as apanhadoras de mangaba que acompanhei em atividade.

Das apanhadoras de mangaba, a mais velha foi quem mostrou resistência quanto a minha presença, externalizando o desejo de que eu não a acompanhasse. Em alguns momentos, argumentava que seria muito cansativo pra mim e em outros, saía para o campo ou para o manguezal, ignorando a minha presença e/ou o meu desejo de acompanhá-la. Foi um bom exercício de argumentação e conquista, mas por fim não tive muito sucesso, percebi que ela sentia-se incomodada com a minha presença, no primeiro momento, e depois acostumava. Apesar das outras apanhadoras de mangaba não demonstrarem resistência e/ou incômodo, eu permanecia na dúvida quanto a minha presença entre elas.

Nesse emaranhado de dúvidas e insegurança o que foi mais frustrante na minha perspectiva é que a mulher que se incomodava com a minha presença era a que mais me dava informações detalhadas sobre o extrativismo e sobre outros aspectos míticos que envolvem o trabalho de apanhadora e a relação destas mulheres com o recurso natural. Apenas quando conseguia de alguma maneira conquistá-la por alguns minutos.

O principal objetivo da **quarta inserção**, ocorrida em outubro de 2010, foi investigar algumas questões específicas, principalmente sobre a tomada de decisão no usufruto da renda gerada com o extrativismo da mangaba.

Foquei meu olhar para as atividades de trabalho e para a relação cotidiana entre os indivíduos na família, na comunidade e nas feiras, procurando entender a importância do produto, como ele está inserido na economia familiar e como se dá a divisão de trabalho, para então interpretar as possibilidades de autonomia que a atividade proporciona à mulher.

A análise dos dados coletados foi feita de duas maneiras. Primeiro, de forma quantitativa, que constou do número e composição das famílias, atividades praticadas e a importância das atividades, os calendários agrícola e do extrativismo vegetal, marinho e animal, a oferta dos produtos e o número de safras por ano. Sobre a atividade extrativista da mangaba sistematizei questões quantitativas sobre a divisão dos lucros na família, regras do trabalho, unidades de medida para a venda, o ecossistema e sistema de recursos.

Em posse dessas informações quantitativas, das informações da observação direta e das entrevistas semi-estruturadas fiz as análises qualitativas dessa base de dados procurando entender o que essa quantidade de informação representava para o meu recorte. Além disso, selecionei sete famílias para pesquisar a fundo suas relações familiares e de trabalho.

3 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.

Início este capítulo com uma breve descrição do histórico de ocupação do Município de Maracanã, as características geográficas, demográficas e ambientais, e as principais atividades econômicas produtivas dos moradores. Em seguida faço uma exposição sobre as características geográficas e ambientais tanto do Campo da Mangaba quanto da Comunidade¹⁰ Espírito Santo, além do histórico de sua formação. Sigo descrevendo os conflitos do passado e do presente e os tipos de estratégias de resistência por parte dos moradores locais. Apresento a estrutura física (escola, casas, etc.) da comunidade Espírito Santo as formas de socialização e sociabilidade dos moradores, às relações de parentesco e vizinhança, a demografia local, as casas e quintas e o acesso a serviços públicos (água, saneamento básico, etc.). Para elaboração deste capítulo usei as informações coletadas com as entrevistas, questionários e roteiros semi estruturados, os relatos orais dos moradores, principalmente dos mais antigos, além da observação direta.

3.1 O MUNICÍPIO DE MARACANÃ

O município de Maracanã não diferente dos demais municípios mais antigos do Estado do Pará foi colonizado por portugueses no início do século XVII, com uma missão de catequização dos padres da Companhia de Jesus nas aldeias dos povos indígenas *maracanãs*, instalada em 1653, época de chegada ao Pará do padre Antônio Vieira. Além dos portugueses, os franceses e espanhóis também se fizeram presentes nessas terras (VICENTE, 2003).

Um acontecimento que merece destaque na história do município foi a Cabanagem, revolução popular que teve início em Belém, capital do Estado, a 07 de janeiro de 1835, logo após a proclamação da Independência do Brasil. No município de Maracanã, esse movimento nacionalista e o amadurecimento político de reação ao sistema, já eram sentidos desde 1824 (VICENTE, 2003).

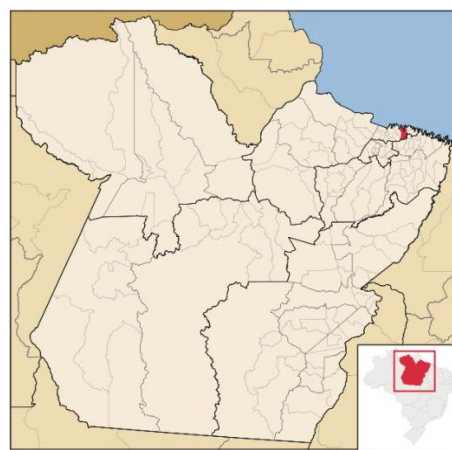
¹⁰ Não deixando de reconhecer a importância do trabalho de Neves (2005), onde a autora ressalta que os significados atribuídos ao termo comunidade tornam-se impositivos ao entendimento das relações sociais em que estão integrados. Coadunando com a autora, neste trabalho uso o conceito comunidade, pois esta é a forma que os moradores usam para se referir ao local, fazendo referência ao espaço habitado e as regras de relacionamento entre os indivíduos e destes com o espaço.

O município de Maracanã pertence à Mesorregião Nordeste Paraense e à Microrregião do Salgado Paraense. A sede do município possui as seguintes coordenadas geográficas: 00° 46' 03" de latitude Sul e 47° 27' 12" de longitude Oeste (SEPLAN/ESTATÍSTICA apud VICENTE, 2003). Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico; a leste com os municípios de Salinópolis, Santarém Novo e São João de Pirabas; ao sul com os Municípios de Igarapé-Açu e a oeste os municípios de Marapanim e Magalhães Barata.

Em 2009 o IBGE contou 29.417 habitantes. O município composto pela sede além do distrito de Boa Esperança e São Roberto, se distancia 143 km da capital do Estado e sua extensão territorial é de 780,72 km² (IBGE 2009)



Mapa 1: Estado do Pará com destaque para a Microrregião do Salgado Paraense.
Fonte: WIKIPEDIA, [2009a].



Mapa 2: Estado do Pará com destaque para o Município de Maracanã.
Fonte: WIKIPEDIA, [2009b].

Os solos do município são classificados como Latossolos Amarelo Textura Média e Concrecionários Lateríticos, localizados nas áreas de terra firme, solos Hidromórficos Indiscriminados e Aluviais, encontrados nas margens dos rios; e solos Indiscriminados de Mangues, nas áreas semilitorâneas e litorâneas (SEPLAN/ESTATÍSTICA apud Vicente, 2003).

Quanto à vegetação no município, existem áreas recobertas pela mata original de terra firme, cujo subsolo é de floresta densa dos baixos platôs. Porém, com a intensidade dos desmatamentos predominam as florestas secundárias ou capoeiras, em vários estágios de regeneração. A vegetação de várzea se distribui nas margens sinuosas dos rios Caripi e Maracanã. Na porção semilitorânea e litorânea, há o domínio do manguezal (SEPLAN/ESTATÍSTICA apud VICENTE, 2003).

O rio mais importante do município é o Maracanã, que nasce em Santa Maria do Pará. No litoral de Maracanã, banhado pelo Oceano Atlântico, onde estão localizadas várias ilhas importantes para o turismo e para os pescadores, que instalam residências temporárias nesses locais. São elas: Maiandeuá, Marco, Curuaru e Algodal (SOUZA et al, 2008).

O clima é tipicamente equatorial, possui temperatura elevada, média de 27°C, porém com pequena amplitude térmica, devido à localização do município na região do Salgado, beneficiada pelos ventos do mar (SEPLAN/ESTATÍSTICA apud VICENTE, 2003).

O município caracteriza-se como um importante centro pesqueiro, com potencial de produção, segundo o diagnóstico feito pelo MMA, Ibama e CNPT em 2000.

No município, a maioria dos moradores sobrevive do extrativismo marinho¹¹, sendo a agricultura a segunda atividade mais importante e o extrativismo vegetal a terceira. Entretanto, na Comunidade Espírito Santo, poucas pessoas praticam a pesca, sendo a agricultura e o extrativismo vegetal as atividades mais importantes.

Para a economia do município, a captura de caranguejo é significativa, podendo ser vendido *in natura*. Porém, grande parte do produto é beneficiada nas casas de catação, também conhecidas como petisqueiros¹².

Além dos caranguejos, produto de maior valor comercial, os catadores e catadoras que trabalham no mangue também capturam mexilhão, ostra, siri, mariscos em geral e tudo mais que lhes sirva de alimento ou que possa ser comercializados (MMA, IBAMA, CNPT, 2000).

Os habitantes no litoral do Município vêm desenvolvendo ao longo dos anos o extrativismo marinho e vegetal de forma tradicional, dependentes da fabricação artesanal de apetrechos que em geral estão relacionados com o tipo de atividade que exercem (redes, espinhéis, currais, armadilhas, etc.). A comercialização dos produtos da atividade extrativista marinha representa uma das principais fontes de renda. Entretanto, nos últimos anos, inúmeros impactos causados pela ocupação desordenada e pesca predatória têm ameaçado este modo de vida (MMA, IBAMA, CNPT, 2000).

3.2 A COMUNIDADE ESPÍRITO SANTO E O CAMPO DA MANGABA: CARACTERIZAÇÃO GERAL

¹¹ Chamo de extrativismo marinho as atividades de pesca e *catação*.

¹² Casas de catação e/ou petisqueiros são os locais onde o caranguejo é beneficiado (despolpado) para atender o mercado local e externo.

A comunidade Espírito Santo se localiza no Campo da Mangaba, área de oferta natural do fruto da mangabeira. A comunidade está distante a aproximadamente 9 km da sede do município de Maracanã e 3 km da beira-mar. Situa-se geograficamente em um dos centros do Campo da Mangaba. Em local estratégico para a socialização de seus moradores com os demais residentes de outras comunidades, principalmente nos meses de janeiro quando acontece a Festa do Bacuri e, em agosto, no torneio de futebol. Estas festas serão mais bem descritas no próximo tópico deste capítulo.

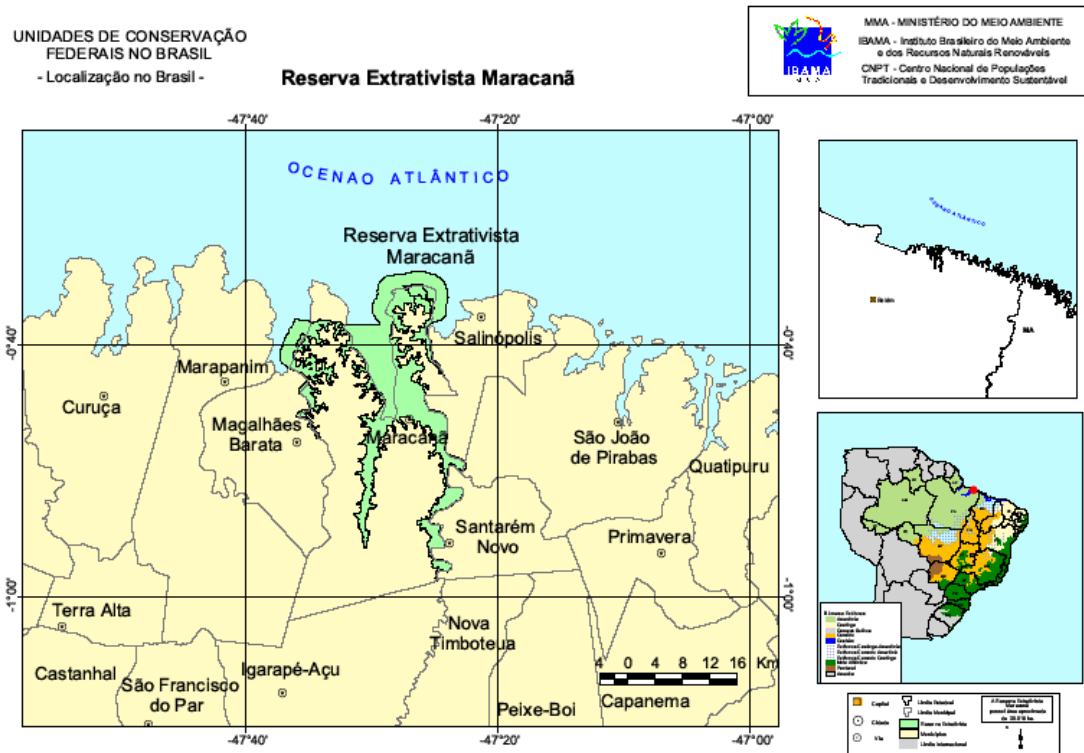
Nesta comunidade também é realizada a maioria das reuniões entre representantes ou membros das comunidades vizinhas e entre estas e instituições externas.

No Campo da Mangaba a cobertura vegetal é denominada de Campos Cerrados cuja característica é a presença de espécies arbóreas baixas e tortuosas, distribuídas em estrato herbáceo rasteiro, adaptadas às condições de clima seco e solos arenosos como, por exemplo: caimbé (*Curatella americana* L.), sucuba (*Himatanthus articulatus*), entre outras, que são utilizados para fins medicinais pela população local, assim como o bacurizeiro (*Platonia insignis* Mart.) e mangabeira (*Hancornia speciosa* Gomes), espécies frutíferas dominantes no ecossistema, usadas para consumo e venda (SEMA, 2007).

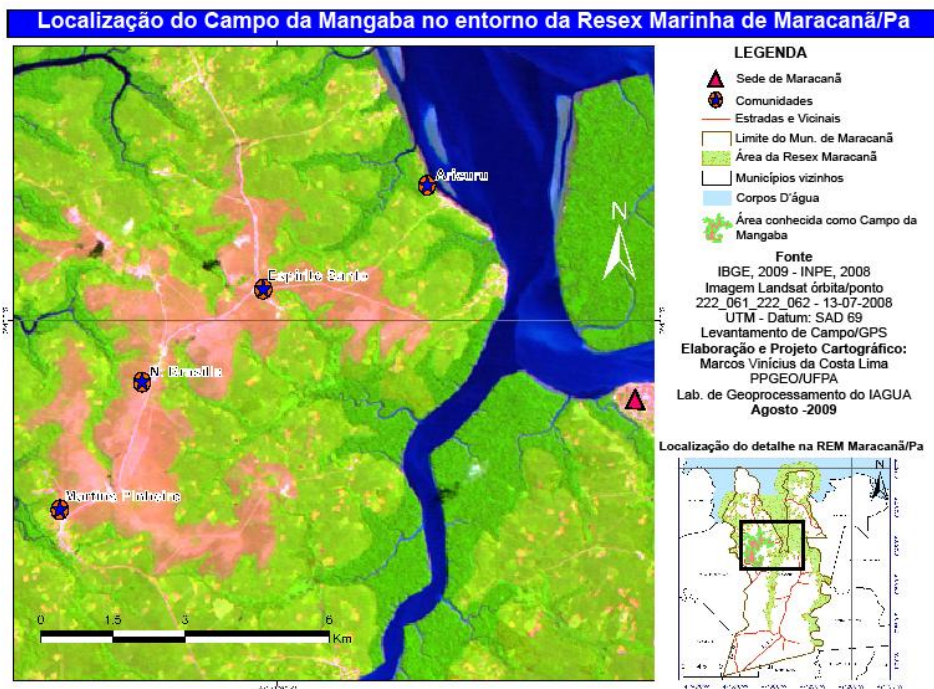
A fauna também é típica do ecossistema cerrado, apresentando diversidade de aves, mamíferos e répteis como paca (*Agouti paca*), tatu (*Dasytus* sp.), cutia (*Dasicropta* sp.), aves como o papagaio (*Amazona aestiva*), curica (*Amazona amazonica*), sururina (*Crypturellus soui*), entre outros (SEMA, 2007).

O Campo da Mangaba e a comunidade Espírito Santo (mapa 04), são consideradas áreas de entorno da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã¹³ (REM Maracanã) (mapa 03).

¹³Hoje estão criadas legalmente e em fase de implantação e gestão, 19 REM's no Brasil. O Estado do Pará se destaca com nove reservas, auxiliando na conservação de uma área aproximada de 255.012,80 ha. Destes, 148.984,50 ha são de ecossistema manguezal, contemplando 309 comunidades pesqueiras em um número aproximado de 28.100 famílias. Esta situação representa um grande desafio na construção coletiva para o ajuste destas unidades. A REM Maracanã é uma dessas nove e foi oficializada em 2003. Possui área total de 30.018,88 ha de extensão entre mangue e mar tendo 75 comunidades identificadas como usuários (BEZERRA NETTO, *no prelo*).



Mapa 3: Localização da área da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã
 Fonte: MMA/IBAMA/CNPT, 2008.



Mapa 4: Localização do Campo da Mangaba e da comunidade Espírito Santo.
 Fonte: IBGE, 2009 – INPE, 2008. Laboratório de geoprocessamento do IAGUA.

A formação da comunidade Espírito Santo se deu a partir dos anos 40, com a chegada das primeiras famílias no local, vindas geralmente de localidades vizinhas a procura de novas terras para agricultura e morada. Ali, em um dos centros do Campo da Mangaba, essas famílias encontraram um local propício, para estabelecer suas casas e roças.

As famílias cresceram, outras foram chegando, agregando-se ao grupo já formado, construindo formas de se relacionar entre si e com os seres e as coisas da natureza, com também observado em outros grupos rurais por Esterci (2005, p. 178).

Construíram suas próprias leis de acesso a terra e aos recursos da natureza, assumindo o controle de extensões mais inclusivas – os territórios – dentro dos quais se situam tanto áreas de uso e domínio particular quanto áreas de uso e domínio comuns. O acesso a esses territórios é fortemente condicionado à pertinência ao grupo definindo-se através de laços de parentesco, compadrio ou vizinhança, de uma vivência histórica e uma memória partilhada – base da construção da identidade e da distinção com relação aos de fora.

O espaço habitado é utilizado para as atividades produtivas da população local, principalmente a agricultura e o extrativismo marinho e vegetal, necessárias a sua reprodução física e cultural.

No caso dos moradores da comunidade Espírito Santo, as regras sociais, a relação com o espaço, os costumes, os modos de vida estabelecidos entre as famílias e entre estas e as outras, os tornam pertencentes ao lugar e vice versa. Os conflitos ocorridos por posse dos recursos naturais, principalmente, ilustram o sentimento de pertencimento dos moradores para com o lugar.

3.2.1. Conflitos do Passado e do Presente.

Segundo os entrevistados, o conflito¹⁴ mais significativo que os moradores locais¹⁵ sofreram no passado ocorreu nos anos 80 quando as famílias viveram sob forte ameaça de

¹⁴ O conflito é parte integral da vida organizada, tanto nas relações internas e externas de indivíduos e grupos, quanto entre organizações. (SCHMITZ et al, 2008). Para o caso estudado, entendo o conflito social como uma interação entre atores na qual pelo menos um deles vivencia incompatibilidade no pensamento, na representação, na percepção, no sentimento ou no querer com o outro, assim que na ação ocorre um impedimento através do outro (GLASL, 1997, p.14-15 apud SCHMITZ; MOTA; SILVA JÚNIOR, 2008).

¹⁵ Os moradores que habitam o Campo da Mangaba, tanto na comunidade Espírito Santo como nas comunidades vizinhas.

expropriação de suas terras e de seu modo de vida, por conta da instalação de uma empresa identificada por eles como GELAR¹⁶.

De acordo com os moradores esta empresa arrendou do governo do Estado do Pará parte do Campo da Mangaba para plantar coco. Para tanto mandou seus trabalhadores munidos de máquinas agrícolas para derrubar e queimar a vegetação nativa. Naquele momento, os moradores se organizaram e criaram formas diversas de resistência, algumas pacíficas, outras nem tanto. Enquanto uns colocavam faixas de ameaça no Campo da Mangaba entre o caminho dos trabalhadores da empresa com frases do tipo: “quem passar morre”. Os empregados da GELAR não se intimidavam, talvez por sentirem-se mais fortes, e passavam com tratores por cima das faixas. Derrubavam a vegetação utilizando correntões¹⁷.

Além das faixas, alguns moradores declararam ter arrancado as mudas de coco plantadas pela empresa, e a empresa respondia a essa resistência com violência. Abaixo o depoimento de uma das moradoras de Espírito Santo que passou por situação de ameaça a sua família:

“[...] levaram meu marido, levaram, pegaram ele, os homens se esconderam e ele tava desagarrado, num sabe, levaram ele aí pra banda daquela areia branca, levaram bateram nele lá, queriam que ele contasse quem tinha destruído o campo, era uma porção de embrulhada aí que eu já nem lembro, é foi uma embrulhada feia, levaram ele, bateram nele e queriam por força, que ele contasse, mas se ele não sabia, ele disse que podiam matarem ele mas que ele não ia contar. Ia contar e incrancelar que era um e era outro sem ele saber, né? Ele não ia saber, ele disse que podiam até matar ele que ele não ia contar porque ele não sabia, se ele viesse de lá, aí tinha curpado injusto né, aí de lá vinha aquela embrulhada e iam acabar ficando mal com ele, aí pronto! [...] vieram deixar ele acolá, eu fiquei aqui preocupada com ele e ele pra lá [...]”

M. R., 68 anos, moradora local.

O depoimento descrito acima é de uma das moradoras mais antigas da Comunidade Espírito Santo. Ela conta como o marido foi abordado pelos “capangas” da empresa que questionavam sobre a origem do grupo que estava arrancando as mudas de coco plantadas na área do Campo da Mangaba.

¹⁶ Empresa de sucos e sorvetes. Não encontrei maiores informações sobre a empresa.

¹⁷ Técnica utilizada para o desmatamento de grandes áreas de floresta consiste em prender uma corrente entre dois tratores o peso total destas correntes varia entre 4,5 a 18 toneladas, Os correntões são arrastados pelas extremidades, por dois ou três tratores de esteiras, que se movimentam paralelamente ao longo de picadas, atuando numa faixa de 25 a 50 m de largura. Normalmente, torna-se necessário passar o correntão duas vezes no terreno, uma em cada direção, a fim de que a vegetação seja derrubada e posteriormente arrancada (SIMÕES, 1989).

Segundo informações orais, os homens que trabalhavam para a empresa eram pessoas das comunidades estabelecidas no Campo da Mangaba, o que provocou uma grande “racha” entre os que estavam contra e os que estavam a favor da GELAR. Os únicos a favor da instalação da empresa eram os próprios empregados, aproximadamente 800 pessoas, que também não tinham muito a ganhar com isso, apesar de em um curto espaço de tempo ter seus empregos garantidos, mas com a destruição dos recursos naturais locais suas atividades produtivas se resumiriam a venda de mão-de-obra.

Além das estratégias de enfrentamento consideradas violentas, algumas mulheres tinham estratégias pacíficas, elas “agradavam” os empregados da empresa dando-lhes presentes (mandioca, peixe, farinha, galinha, porco, caça) e pedindo que poupassem uma ou outra área no Campo da Mangaba. Segundo relatos, estas mulheres geralmente tinham sucesso em suas empreitadas.

De acordo com os entrevistados a empresa faliu, o coco não se adaptou as condições edafoclimáticas e hoje em dia não existem coqueiros no local. Mesmo assim, tanto os moradores de Espírito Santo como os das comunidades do entorno ainda demonstram certo rancor em relação a essa época.

Através do discurso dos moradores pude perceber que quando a empresa saiu do Campo da Mangaba, os coqueiros que ela deixou plantado passaram a ser a lembrança dos conflitos e ameaças que ela trouxe.

Atualmente, nenhum morador local se reporta aos coqueiros que a empresa havia deixado de maneira satisfatória. Os informantes reconhecem também que não fizeram esforço algum para cuidar de um ou outro coqueiro plantado pela empresa. O que colaborou para a extinção do plantio de coco no local.

O presidente da AUREMAR explica como se deu a não adaptação das mudas de coco no local:

“[...] antes, na época que a GELAR veio aqui, desmatou, derrubou tudo isso, queimou, jogou e plantou coco, e hoje agente não vê coco, porque o que a natureza ofereceu pra cá foi isso e é isso que ela vai consentir ficar, é a mangabeira, o mato nativo do campo [...]”

G. C., Presidente da AUREMAR, 54 anos

Não só as condições edafoclimáticas colaboraram para que nenhuma das plantas permanecesse viva, mas também o pouco interesse dos moradores e até mesmo a repulsa para

com os coqueiros plantados pela empresa. Os moradores se referem às plantas com desdém e descaso, diferente de sua relação com as outras plantas espontâneas ou plantadas por eles próprios

“[...] tinha um desses coqueiros da GELAR aqui na frente de casa, mas eu não cuidei não... quem sabe né, podia até estar dando coco agora, mas eu num quis cuida [...]”

L. O. C., 39 anos, moradora local. .

A empresa abandonou o campo no fim dos anos 80. Entre 1985 e 1987, durante a atuação da GELAR, o campo sofreu intensa degradação ambiental. Atualmente a área está em processo de reestruturação ecológica, segundo o parecer técnico do Ibama (2007).

Hoje são outros os atores desse conflito, mas, a terra e o livre acesso as áreas de mangabeiras, ainda são os principais motivos de disputa.

Um dos conflitos atuais é decorrente da instalação de um fazendeiro do Rio Grande do Sul que se autodenomina proprietário de uma área de 500 ha dentro do Campo da Mangaba, vizinha a comunidade Espírito Santo, na qual planta mandioca, entre outras espécies, inclusive uma fruta exótica denominada noni (*Morinda citrifoli*).

O fazendeiro proíbe os moradores locais de passarem por suas terras ou extrair mangaba e bacuri, no entanto a fazenda fica em um dos caminhos pelo qual a população tem acesso ao manguezal e as áreas de mangabeiras. Apesar das proibições os moradores não se intimidam e atravessam a fazenda ou apanham mangaba dentro da mesma.

O conflito direto entre a população e o fazendeiro ocorreu em 2008 quando ele proibiu a construção da casa de um dos membros da comunidade, alegando que estava em sua propriedade. Essa contenda foi levada até as últimas conseqüências e alguns moradores de Espírito Santo foram intimados a prestar esclarecimentos na delegacia na sede do município.

Finalmente, o fazendeiro não apresentou nenhum documento que comprovasse a posse da terra e os moradores conseguiram a liberação para a construção da casa. No entanto, mesmo sem a apresentação de documentos de registro de posse legal da terra, o fazendeiro ainda tenta impedir a passagem de moradores das comunidades locais em “suas terras” sem a permissão prévia.

De acordo com os entrevistados, além desse fazendeiro existem outros núcleos novos de moradia que estão surgindo desordenadamente e que também vêm os preocupando. São indivíduos geralmente oriundos das periferias de Belém, capital do Estado, ou de municípios

vizinhos que tomam posse de terras, alguns fazem loteamento e vendem para terceiros ou colocam os lotes no nome de familiares, de maneira informal.

As cercas dividem o campo em lotes para construção de casa e pequenos sítios nos quais anunciam proibição de entrada (foto 1). Apesar da advertência imposta pela placa, os moradores atravessam o sítio a caminho de áreas de preferência para o trabalho seja no mangue, na roça ou no campo para apanhar mangaba.



Foto 1: Placa na entrada de um sítio cercado.

Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, Nov/09.

Membros de uma das famílias residentes na Comunidade Espírito Santo foram expulsos quando estavam “apanhando” mangaba em um dos sítios cercados. O “proprietário” deste sítio utilizou uma espingarda para ameaçá-los.

Essas situações causam revoltas na população da comunidade. Segundo uma das regras locais “*a mangabeira é um bem de quem trabalha ela*” (A.S.M., moradora local, 45 anos). Ou seja: é bem de qualquer um que tiver força de trabalho para apanhar, beneficiar, consumir ou vender.

Os entrevistados dizem que as pessoas que cercam o campo da mangaba têm pretensão de “*escassear a fruta por ruindade mesmo porque apodrece no pé e ninguém pega*” (L.O.C., moradora local, 39 anos).

Além das cercas, os problemas ambientais como a extração de areia e seixo, desmatamento para a utilização da madeira na produção de carvão, queimadas no Campo da Mangaba durante o verão, destruição de nascentes, também são ameaças identificadas pela população.

As queimadas ocorrem todos os anos durante o período de seca, quando também ocorre a safra da mangaba. Os moradores não souberam informar a origem das queimadas. Alguns dizem que é por descuido, outros dizem que os incêndios acontecem por ‘*ruindade do povo*’.

Nas áreas que sofrem queimadas, as mangabeiras abortam os frutos antes do amadurecimento, estes frutos não servem para ser utilizados pela população. Mas, segundo alguns moradores, as queimadas ajudam na germinação das sementes.

Ainda se tratando do conflito pelo uso e posse dos recursos e da terra no Campo da Mangaba, houve em 2007 a intervenção da CPT¹⁸ e da Associação de Pescadores e Agricultores de Aricuru (APEAGA) que encaminharam ao Ibama uma solicitação para a identificação da localização do Campo da Mangaba em relação a REM Maracanã.

O interesse era confirmar se o Campo da Mangaba estava dentro da reserva e assim poder impedir ações de degradação. O Ibama, em resposta, encaminhou um mapa identificando o Campo da Mangaba fora da área da Reserva Extrativista Marinha. Naquele mesmo ano a CPT e a APEAGA entraram com pedido ao Ibama para regularização da área denominada Campo da Mangaba.

A área é de jurisdição do Estado Paraense, então o Ibama encaminhou a solicitação para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que por sua vez encaminhou a SEMA-PA, cuja equipe de Gestão Ambiental visitou a área em agosto de 2007, e entregou um relatório interno, o qual tem a seguinte conclusão:

A área visitada denominada Campo da Mangaba possui solo e ecossistema frágil, com características físicas naturais próprias de cerrado em área costeira com grande importância econômica, ambiental e cultural para as comunidades locais e que, portanto é de fundamental necessidade sua conservação.

A transformação da área em Unidade de Conservação Ambiental de Uso Sustentável é a alternativa mais indicada para o gerenciamento do manejo dos recursos naturais conciliados às atividades tradicionalmente praticadas pela população local, pois compatibiliza a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais conforme determina o 2º parágrafo do art. 7º da Lei 9.985 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SENUV. (SEMA, 2007, p.9)

¹⁸ Do ano de 2007 até o ano de 2009, minha última estadia em campo, havia duas representantes da CPT na comunidade de Aricuru que também está localizada no Campo da Mangaba, a instituição atua em comunidades do Campo da Mangaba e entorno.

Até novembro de 2009 o relatório estava na SEMA-PA para posicionamento da superintendência. Os técnicos responsáveis pela elaboração do documento não têm autoridade para iniciar os trâmites burocráticos no sentido da criação de uma área de proteção no local.

A CPT e APEAGA estão à frente dessa organização local a fim de pressionar os órgãos competentes no sentido da proteção legal do Campo da Mangaba. As famílias em Espírito Santo participam da discussão em reuniões locais, mas de fato são poucas as que têm clareza da burocracia e possibilidades de legalização fundiária, entretanto a maioria deseja proteger seu patrimônio natural e seu modo de vida.

O Campo da Mangaba é considerado como área de entorno ou amortecimento da área da REM de Maracanã, logo também será abrangida pelas leis de uso que serão elaboradas no Plano de Uso da Reserva.

Por conta da legalização da REM Maracanã, as famílias das áreas do entorno, consideradas usuárias de reserva, foram beneficiadas por dois programas do Governo Federal, o primeiro de fomento a atividade de pesca e o segundo de empréstimo para construção de moradia.

Para tanto, a partir de 2007 foi iniciado um cadastro das famílias que se enquadravam no perfil de beneficiário, através da AUREMAR.

Até abril de 2009, 600 famílias haviam sido beneficiadas com a construção de casas. Destas, 200 foram construídas na sede do município, área também considerada de entorno da REM Maracanã, as 400 restantes foram construídas nas comunidades rurais de entorno, havendo previsão para a construção de mais 500.

O número previsto de beneficiários para construção de casa seria de 1.100. No entanto, em abril de 2009, período de minha primeira estada em campo, a AUREMAR havia enviado um pedido para o ICMBio solicitando o aumento do número de beneficiados para 4000 casas.

A alegação é que de acordo com a normativa do Inbra, que indica o perfil¹⁹ do possível usuário a ser beneficiado, o número de famílias que se enquadra é ainda superior a 4.000.

O benefício relacionado à moradia é o que gera maior conflito entre as comunidades. Os moradores não beneficiados se sentem injustiçados ou ressentidos e fazem críticas ao grupo local que organiza o cadastro para o benefício²⁰.

¹⁹ As principais características são não auferir renda do Estado e viver, principalmente, do extrativismo da área de reserva

²⁰ O cadastro é feito por representantes comunitários vinculados a AUREMAR.

Na comunidade Espírito Santo, três famílias foram cadastradas no primeiro pedido, e foram beneficiadas com a construção das casas. A maioria das famílias desta comunidade participou do segundo e terceiro cadastros e estão à espera do benefício.

Os membros das instituições locais, CPT e APEAGA, principalmente, vêm debatendo a institucionalização de uma possível Unidade de Conservação de Uso Sustentável na área denominada Campo da Mangaba.

Como o Campo da Mangaba é considerado um ecossistema particular e de importância singular para a manutenção do equilíbrio ecológico, econômico, social e cultural local, a partir da avaliação de técnicos da SEMA-PA, a CPT e APEAGA, atestam ter subsídios suficientes para requerer dos órgãos competentes a legalização de uma área de reserva no Campo da Mangaba.

Esse é o cenário de conflitos mais aparente que envolvem a comunidade Espírito Santo, o pano de fundo da vida cotidiana local.

3.2.2 As Pessoas e o Lugar

Na comunidade Espírito Santo a vegetação é mais fechada se comparada ao restante do Campo da Mangaba (foto 2), proporcionando assim uma sensação térmica agradável a qualquer hora do dia. Além de a comunidade estar localizada dentro de um bacurizal²¹ nativo, os moradores plantam mangueiras e outras frutíferas que tanto fornecem os frutos como amenizam a temperatura.

No centro da comunidade situa-se a ‘rua’ principal (foto 3), a maioria das casas é distribuída de um lado e do outro desta rua.

²¹ Local de incidência de uma grande quantidade de árvores de bacuri.



Foto 2: Campo da mangaba.
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo
abr/09



Foto 3: Centro da Comunidade Espírito Santo (“rua”
principal).
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo,
abr/09

A principal fonte de abastecimento de água das casas é um poço artesiano (foto 4) localizado no centro da comunidade. Os moradores captam a água no local e levam-na em baldes até suas casas. 68,7% das casas são abastecidas desse modo, 31,25% por água de igarapés.

Todas as casas têm energia elétrica desde 2007, com exceção de uma na qual a moram mãe e filho que por motivos pessoais não aceitaram a instalação da energia elétrica.

Próximo ao poço artesiano, localiza-se a igreja católica (foto 4), que está em construção há aproximadamente oito anos. Os recursos para essa construção provêm da organização de bingos durante todo o ano, principalmente na Festa do Bacuri e no Torneio de Futebol que acontecem em janeiro e agosto, respectivamente. Estas festas, além da diversão promovem o encontro entre membros das comunidades do entorno e parentes.



Foto 4: Poço artesiano e igreja católica em construção.
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, abr/09.

Para a realização das festas, tanto os membros da comunidade Espírito Santo, quanto de comunidades vizinhas colaboram, principalmente comprando as cartelas de bingos. A arrecadação provinda dos bingos garante os lucros que a comunidade terá com a festa.

Os membros das comunidades vizinhas participam da festividade não só por diversão, mas também por um compromisso em ajudar. Entre as comunidades que habitam o Campo da Mangaba existem pactos de ajuda mútua e as festas só são possíveis graças ao cumprimento destes. Não apenas nas festas, mas durante todo o ano a relação entre comunidades funciona desta maneira.

A renda gerada durante a festa é investida em bens que atendam a comunidade, como por exemplo, a construção da igreja católica. Tanto os moradores de Espírito Santo, como os moradores das comunidades vizinhas têm responsabilidade quanto à compra de cartelas dos bingos para que o objetivo da festa seja alcançado.

Mauss (1979) analisa que a troca se apresenta nas sociedades primitivas²² menos em forma de transações que de dons recíprocos, e que estes dons recíprocos ocupam um lugar muito mais importante nessas sociedades que na nossa. Finalmente, que esta forma das trocas não tem somente, nem essencialmente, caráter econômico, mas coloca-nos em face do que este autor chama de “um fato social total”, isto é, dotado de significações simultaneamente social e religiosa, mágica e econômica, utilitária e sentimental, jurídica e moral.

As relações de parentesco entre as famílias de Espírito Santo e das outras comunidades, também é um dos fatores que contribui para a ocorrência da ajuda mutua entre os habitantes do Campo da Mangaba. Esta relação torna os laços de comprometimento mais fortes. Veiga e Albaladejo (2001) observam a maior importância do parentesco na constituição da sociabilidade, em comparação com outros tipos de relações, como as de vizinhança ou de “moradia”.

Levi-Strauss (1974) ao estudar as relações de trocas em sociedades antigas identifica que as trocas e os contratos fazem-se sob a forma de presentes, teoricamente voluntários, mas na realidade obrigatoriamente dados e retribuídos. O caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito e, no entanto, imposto e interessado quando há no fundo interesse econômico.

As relações comerciais descritas por Levi-Strauss (1974) estão presentes no local estudado, em vários aspectos sociais e neste caso objetivando a construção dos bens coletivos, mas em outros casos objetivando o comércio de produtos, como discuto no capítulo II.

²² Esta é a maneira que o autor identifica as sociedades estudadas em seu trabalho. Apesar da sociedade a qual pesquisei não se classificar como primitiva decidi por manter a classificação do autor.

A sede do Esporte Clube Verdão (foto 5), barracão com estrutura de cimento e telha de amianto, também foi construída a partir de recursos provindos da ajuda mútua. Este é um lugar de sociabilidade entre os moradores de Espírito Santo e outras comunidades, e onde acontecem as comemorações, festas e reuniões.

Outro local de sociabilidade na comunidade Espírito Santo é o campo de futebol, denominado de Mangueirão²³ (foto 6), os membros de diferentes comunidades se reúnem no mês de agosto para o torneio de futebol.

O torneio promove a reunião dos moradores de Espírito Santo e das outras comunidades que habitam o Campo da Mangaba. O torneio de futebol é bastante popular entre os moradores locais, tanto que Espírito Santo também é conhecida pelo nome de Mangueirão, nome do campo de futebol onde ocorre o torneio.



Foto 5: Sede do Clube de Futebol Verdão.
Foto: Marcos Vinícius, pesquisa de campo, abr/09.



Foto 6: Campo de Futebol Mangueirão.
Foto: Marcos Vinícius, pesquisa de campo, abr/09

O torneio de futebol, e as festas em geral, movimentam o comércio local. Uma das famílias possui uma pequena venda no centro da comunidade que funciona também como bar (foto 7), inclusive com uma mesa de bilhar na frente. Neste bar ou mercearia a família vende bebidas alcoólicas, principalmente cerveja e cachaça, além de alguns gêneros alimentícios.

Alem do período de festas, este é o local onde os jovens e os adultos se reúnem durante as tardes de ócio. As mulheres que residem em Espírito Santo não freqüentam o bar ou se juntam aos homens em suas reuniões de bebedeira e risos.

Apenas as mulheres que não moram na comunidade se reúnem com os homens no bar de maneira esporádica, por ocasião de visitas a comunidade. As mulheres locais identificam o bar como espaço masculino e não feminino.

²³ O nome faz referência ao Estádio Olímpico do Estado do Pará, sediado na cidade de Belém que é carinhosamente conhecido como Mangueirão.

As mulheres têm poucos momentos de ócio, mesmo as jovens, pois geralmente estão envolvidas em alguma atividade do cotidiano da casa. Os homens que têm o trabalho externo no roçado, que todos consideram pesado, parecem ter mais direito ao ócio apesar de também ter encontrado homens que não freqüentavam o bar e que, como as mulheres, estavam sempre ocupados com as atividades cotidianas.

O período do ano em que o local toma prioritariamente as características de bar é durante o torneio de futebol e durante a Festa do Bacuri. No decorrer do ano, o bar também funciona como comércio para a venda de produtos alimentícios e gás de cozinha, não só as famílias de Espírito Santo, mas também de comunidades vizinhas também são clientes do local.



Foto 7: Bar no centro da Comunidade Espírito Santo
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, maio/09

Ainda sobre à infra estrutura da comunidade, os moradores contam com uma escola (foto 8), construída pela prefeitura local, composta por duas salas de aula que oferta apenas o ensino fundamental. Outras escolas nas comunidades vizinhas oferecem o ensino médio. A prefeitura garante o transporte dos alunos por ônibus ou por barco, este último para os alunos que desejam estudar na sede do município.

A escola não atende apenas as crianças de Espírito Santo, mas também as crianças das comunidades vizinhas.



Foto 8: Escola municipal.

Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, abr/09

Os adolescentes, entre 11 e 18 anos, que estudam em outras comunidades ou na sede do município. Para os jovens não existe nenhuma opção de continuidade dos estudos (cursos técnicos, profissionalizantes, curso superior, etc.), tanto nas comunidades vizinhas como na sede do município.

A comunidade é composta por 15 famílias que residem em 16 casas, pois em uma das casas mora um senhor de 72 anos, cuja irmã, que também é vizinha *toma di conta*, portanto entendendo essas duas casas como um núcleo familiar apenas. A maioria das casas é composta por famílias nucleares com pai, mãe e filhos.

Quanto aos materiais utilizados para a construção das casas são pau a pique²⁴, alvenaria, madeira ou palha, coberta por telhas de amianto, telha de barro ou palha.

Para os moradores da comunidade Espírito Santo a casa é geralmente construída no momento de formação de uma nova família, quase sempre utilizando os materiais disponíveis, recursos naturais, tais como barro, madeira e palhas (HERÉDIA, 1979).

Assim, no momento do casamento ou de mudança para a terra adquirida, a casa é construída para o abrigo da família a partir dos recursos disponíveis localmente, sendo casas pequenas e simples. Conforme a família vai crescendo ou aumentando sua renda, a casa vai sendo reformada com o objetivo de proporcionar maior conforto e segurança para os membros, então, o material utilizado para a reconstrução/reforma geralmente é modificado.

A maioria das casas é de alvenaria (foto 9 e 10), seguida das de pau a pique (foto 11 e 12), que possuem um excelente conforto térmico, além das casas de madeira e de palha, estes dois últimos são os materiais menos utilizados.

²⁴ As casas de pau a pique também conhecidas como taipa são feitas a partir de uma estrutura de bambu ou outro tipo de madeira, preenchidas com barro.

Das casas de alvenaria, três foram construídas com recursos providos do Governo Federal através do Incra²⁵, benefício este acessado por conta da institucionalização da REM Maracanã.



Foto 9: Casa de alvenaria coberta com telha de barro.
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, maio/09.



Foto 10: Modelo de casa financiada pelo INCRA
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, maio/09



Foto 11: Casa de pau a pique coberta com telha de barro.
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, maio/09



Foto 12: Casa de pau a pique coberta com palha.
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, maio/09.

O total de casas de alvenaria são oito, destas, seis, incluindo as três financiadas pelo Incra, possuem de dois a quatro cômodos, e duas possuem de cinco a sete cômodos. Das seis casas de pau-a-pique uma possui um cômodo e o restante de cinco a sete cômodos. Já, as casas de madeira e palha são de apenas um cômodo (gráfico 1).

²⁵ Estas casas são compostas por dois quartos e uma sala conjugada com a cozinha.

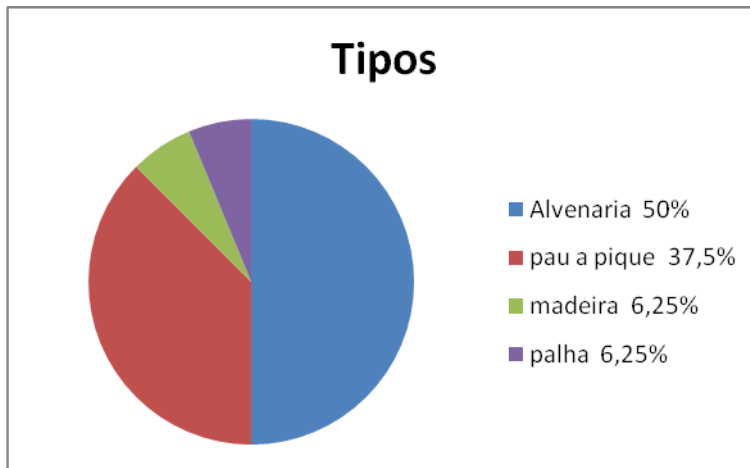


Gráfico1: Tipos de materiais usados pra a fabricação das casas.

Das 15 famílias moradoras da comunidade, 13 optaram por construir suas casas na sede do povoado, criando um núcleo de moradias e, conseqüentemente, uma maior proximidade entre vizinhos, que na maioria dos casos também são parentes.

Apenas uma família optou por construir a casa na propriedade, longe do núcleo comunitário²⁶, esta também é a única família do local a ter criação de gado. A família fez essa opção para ficar perto da área de plantio e criação, facilitando assim o trato com os cultivos e animais.

Especialmente, uma das famílias construiu sua casa isolada dos outros grupos, mas não localizada na área de plantio e produção. Esta família é composta por mãe e filho, moradores no local, além de duas filhas que moram na sede do município, o pai faleceu.

Segundo os relatos dos moradores locais, esta mulher, mãe da família que venho descrevendo, hoje em dia, não cumprimenta seus parentes que moram na comunidade e muito menos faz visitas ou recebe em sua casa, as pessoas só a encontram casualmente, principalmente no barco que faz viagens a sede do município.

Pude notar que a família aguça o imaginário da população, alguns moradores dizem que ela, a matriarca, tem poderes sobrenaturais e que as pessoas que a visitam podem ser acometidas de fortes dores no corpo e na cabeça.

²⁶ Chamo de núcleo comunitário o que os moradores de Espírito Santo identificam como o centro da comunidade, local onde estão construídas a maioria das casas, além da escola, igreja, poço, campo de futebol e a sede do Esporte Clube Verdão.

Cardoso (2008) indica em seu estudo que as famílias não enquadradas em arranjos sociais aceitáveis pelo grupo local são destinadas ao isolamento, “[...] são simplesmente tolerados diante da situação na qual se encontram” (CARDOSO, 2008). É o que pude notar no caso desta família. A casa nem é tão distante, fica a menos de 500 metros do núcleo comunitário, entretanto, o caminho de acesso foi obstruído²⁷ dificultando a passagem.

Tentei visitá-los na companhia de um dos membros da família que me acolheu, mas não fomos recebidos, apesar de termos visto o rapaz na frente da casa ele entrou e não responderam por nosso chamado.

Ainda com relação às casas na comunidade, é notório que os quintais funcionam como uma extensão da mesma. É nele onde se constroem os banheiros, estilo fossa negra ou seca, de cinco a dez metros de distância da casa, além de outro espaço mais próximo que é construído para o banho.

A função de carregar água para a casa e para os banheiros é principalmente das mulheres, entretanto todos os membros da família a praticam com maior ou menor frequência, apenas as crianças pequenas, até três anos, são poupadas.

As casas não têm serviço de esgoto, além disso, não existe na comunidade serviço de coleta de lixo.

No quintal as famílias também constroem barraco de madeira, geralmente coberto com palha e nesses barracos, um fogão de barro a lenha e algumas cadeiras ou bancos improvisados com pedaços de tronco de árvore (ver foto 13). Algumas casas também têm fogão a gás, mas mesmo nestas o fogão a lenha é mais frequentemente utilizado.

O quintal é um lugar de socialização da família, sobretudo das mulheres e das crianças. As mulheres quando são vizinhas e da mesma família comumente preparam a comida juntas no quintal de uma ou de outra.

Além disso, o quintal é lugar do cultivo das plantas que servem para o tempero da comida, além de árvores frutíferas e plantas medicinais. Apenas uma das famílias tem um pequeno plantio de mandioca próximo a casa, mas este é de responsabilidade exclusivamente do homem, pai da família.

O espaço também é utilizado para criação de pequenos animais como patos, galinhas e, em menor frequência, porcos (ver foto 14 e 15). As atividades desenvolvidas nos quintais são de responsabilidade principalmente das mulheres e das crianças.

²⁷ Não ficou claro nos relatos se foram os membros da família que obstruíram essa passagem ou foram os outros moradores da comunidade.



Foto 13: Barraco no quintal com fogão de barro.
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, abr/09



Foto 14: Curral de porcos no quintal.
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, Nov/09.



Foto 15: Patos e galo, criados soltos no quintal
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, abr/09.

De acordo com Rosa et al (2004), esses quintais são importantes tanto em termos econômico e ecológico quanto do ponto de vista socioambiental, pois funcionam como uma “farmácia caseira” e fornecem produtos utilizados na dieta alimentar dos agricultores (ROSA et al., 1998a, apud ROSA et al 2004), além disso as plantas do quintal proporcionam conforto ambiental.

No quintal, outro animal de convívio da população local encontrado é o cachorro, que tem um papel singular na vida dessas famílias. É o companheiro de roça, de caçada e de extrativismo e, não só por estima, mas também e principalmente por necessidade. As famílias sempre têm de dois a três cães que são tratados com carinho e com respeito.



Foto 16: Cachorro acompanhando homem no roçado
 Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, mai/09



Foto 17: Cachorro acompanhando mulheres a caminho do
 Campo da Mangaba.
 Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, Nov/09

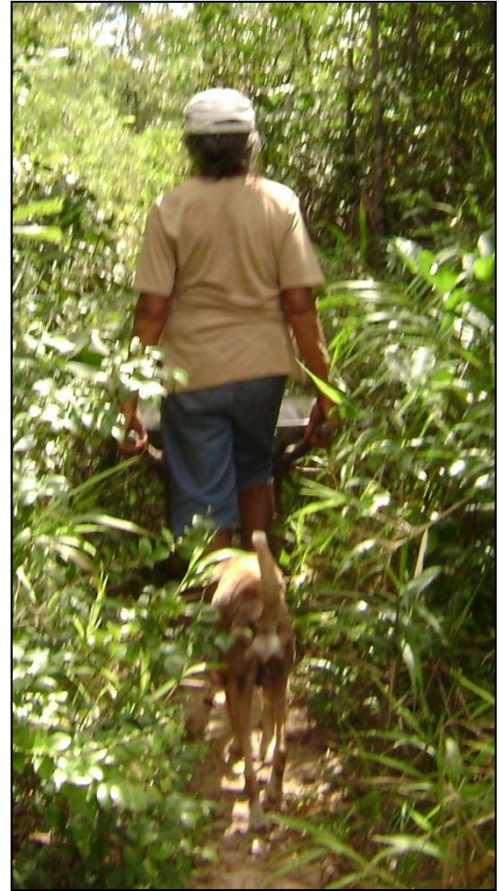


Foto 18: Cachorro acompanhando produtora
 a caminho do roçado.
 Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de
 campo, Nov/09.

As imagens acima mostram o cachorro nos espaços de trabalho. Os cães são importantes para acompanhar os moradores locais no trabalho, além da companhia esses animais protegem os donos de eventuais perigos. Uma das moradoras contou-me como o seu cachorro a defendeu de um grupo de macacos:

Eu tava chegando no roçado e vi aquele bando de macaco tirando a mandioca, tava eu e o cachorro, de lá, eu me escondi e ele foi e latiu pros macaco um deles veio mostrando os dentes, aqueles dentão afiado e o

cachorro ficou e eu sai correndo, depois de mim o cachorro chegou em casa.

M. I. S., 67 anos, moradora local.

Outro aspecto da cozinha e do restante da casa que me chamou atenção está relacionado à utilização dos recursos naturais e sintéticos. Sacolas, caixas, vidros e embalagens sempre ganham um segundo, terceiro e até quarto proveito.

Todos os tipos de sacola são reutilizadas até seu esgotamento. As embalagens são tratadas como um bem, possuindo o seu valor específico, vidro ou plástico são reutilizados como vasos e outra infinidade de objetos que a criatividade econômica da família permitir.

Chamo de criatividade econômica a inventividade ou capacidade criadora, das famílias que estudei, para a reutilização dos recursos sintéticos até seu esgotamento, transformando o que poderia virar lixo em peças úteis para o dia a dia, economizando tanto o recurso financeiro da família, que não mais é utilizado para a compra da peça²⁸, como o próprio recurso natural que foi transformado em sintético, e produzindo assim uma quantidade muito pequena de lixo.

Além do que restos de alimento ou comida estragada sempre servem para alimentar os animais do quintal que quando adultos servirão de alimento para a família, com exceção do cachorro.

Esses aspectos tanto relacionados à utilização dos recursos como ao papel das pessoas, coisas e animais me fizeram atentar para a objetividade do trabalho e da vida desses indivíduos, a importância e o valor dado a cada elemento, que compõe a família e o trabalho, estão articulados em planejamento habilidoso não cabendo componentes ociosos.

Ribeiro (2009) analisando as estratégias habilidosas de organização do trabalho e economia doméstica de alguns grupos rurais, afirma que estas estratégias de potencializar o uso dos recursos fortalecem a resistência dos homens e mulheres do campo a permanência e desenvolvimento do seu modo de vida.

Michelet (1995) enaltecia a tenacidade do camponês em suas obras. Segundo o autor este grupo é capaz de (re)construir com diligência o patrimônio, por conta de sua capacidade de economizar os recursos e a objetividade em planejar o uso da força de trabalho disponível.

Ao analisar os homens e mulheres de Espírito Santo também encontrei esta relação com a economia que é de consumo moderado e trabalho dedicado. Prioritariamente é a

²⁸ Um pote de manteiga que é usado como vaso, restos de saco que são usados como corda, garrafas de refrigerante ou vinho que são reutilizadas como recipientes de água, etc.

mulher, mãe, que determina a distribuição dos produtos entre os membros da família e reutiliza os recursos sintéticos (embalagens, vidros, sacolas, etc.).

Esta relação com os produtos de consumo é fruto também da relação deste grupo com o dinheiro, com pouco ou nenhum acesso ao mesmo. Os recursos financeiros são utilizados predominantemente para compra de produtos de primeira necessidade, não cabendo excessos. As famílias com melhores condições financeiras têm um salário mínimo mensal como renda familiar monetária.

Das políticas públicas federais, além das três famílias beneficiadas com as casas pelo Incra, onze recebem a bolsa família, além de duas senhoras e um senhor que recebem a aposentadoria rural.

De todos os casais entrevistados três são casados formalmente, e apenas um casal é separado. Os demais têm relação estável e duas senhoras e um homem adulto são viúvos.

Em Espírito Santo todos os moradores têm alguma relação consanguínea. Apesar disso, só identifiquei nas famílias mais antigas, passando no mínimo pela terceira geração, a admissão de agregados (primos, sobrinhos/as).

Identifiquei apenas duas famílias com agregados, no primeiro caso, um sobrinho é agregado na casa da tia aposentada, desenvolvendo a maioria das atividades de produção e consumo mantendo a roça da família e realizando as atividades domésticas (HERÉDIA, 1979).

No segundo caso, que já descrevi, trata-se de um senhor aposentado que mora em uma pequena casa de madeira e não desenvolve atividades de trabalho. Ele vive aos cuidados de sua irmã e sobrinhos, que residem na casa vizinha. Nos dois casos a família já vive a terceira geração.

Além disso, encontrei três casos de avós criando os netos. No primeiro caso, a filha do casal separou-se do marido e voltou a morar com os pais trazendo também seu filho de três anos. No segundo caso, a avó cuida do neto apesar dos pais morarem na mesma comunidade, mas o vínculo de afinidade entre neto e avó é muito forte, então a criança de sete anos mora nas duas casas, dos avós e dos pais. Isso se dá de maneira simples, pois a criança se desloca livremente pela comunidade e entre as casas. No terceiro caso, os avós criam três netos na ausência da mãe que mora e trabalha na capital do estado.

Os vínculos familiares são fortes entre as gerações, mesmo nas famílias onde avós não moram com os netos, estes são muito presentes. As casas são próximas umas das outras e as crianças de quatro anos já se deslocam sozinhas entre as casas e em toda comunidade.

A partir dessa idade também já ajudam os avós e os pais em tarefas de consumo e produção, principalmente aquelas que dizem respeito ao beneficiamento dos produtos. É muito comum ver as crianças ajudando os pais nos retiros, local de produção da farinha de mandioca, e também no beneficiamento da mangaba (foto 19 e 20), sobre divisão de trabalho tratarei mais detalhadamente no capítulo seguinte.



Foto 19: Criança ajudando os adultos no trabalho.
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, mai/09



Foto 20: Menina ajuda mãe na preparação do fogo.
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, abr/09

Sobre a origem dos moradores entrevistados de Espírito Santo, 73,9% nasceram na comunidade, 9,5% em comunidades vizinhas, 2,7% na sede do município, 12,3% na região metropolitana de Belém, capital do Estado, e 1,3% em municípios vizinhos. Eles foram motivados a morar na comunidade, geralmente, por alguma relação de parentesco. O casamento é o motivo mais freqüente.

A população da comunidade, em sua grande maioria, está em idade produtiva, jovens entre 19 e 30 anos e adultos entre 31 a 50 anos.

Na categoria jovem estão os indivíduos que ainda não têm um núcleo familiar ou que este ainda está em formação, com filhos ainda crianças. Na categoria adulto, estão as pessoas com família já formada em que os filhos são adolescentes ou jovens, nestas categorias estão os indivíduos que mantêm a produção agrícola, extrativista, pesqueira e de caça da comunidade. No entanto, também identifiquei adultos que não constituíram família e não tiveram filhos.

Do total de adultos, 62,2% são homens e 37,5% mulheres, na categoria jovem esse desequilíbrio entre homens e mulheres é maior, são 71,42% homens e 28,57% mulheres. Estas últimas saem da comunidade a procura de novas oportunidades como estudar e trabalhar, conforme observado em outras regiões do Brasil (STRAPASSOLAS, 2006).

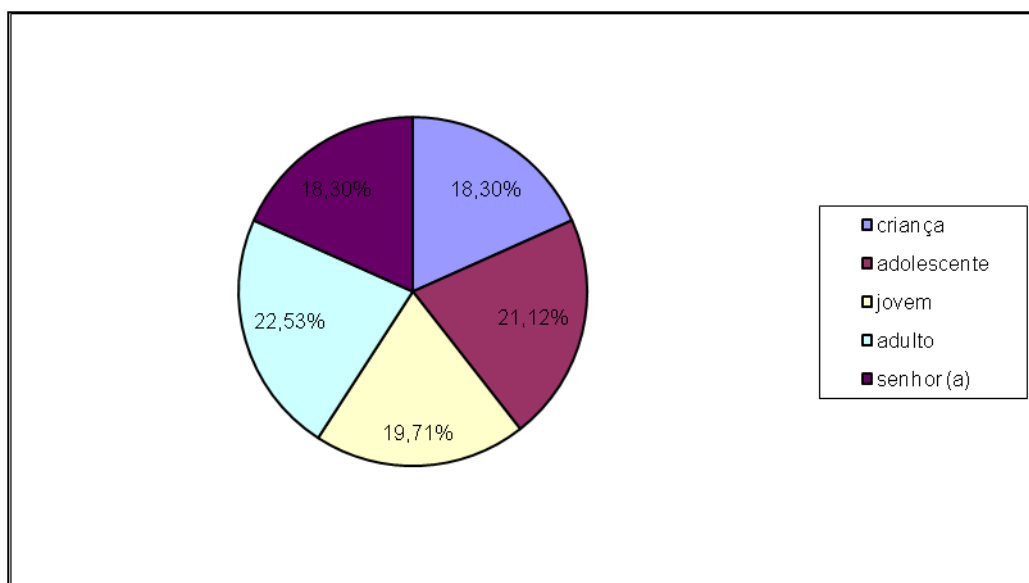


Gráfico 2: População da Comunidade Espírito Santo, Maracanã-PA, de acordo com a idade.
Fonte: Fernandes, 2009. Sistematização de pesquisa de campo

Na categoria crianças, estão os indivíduos de 0 a 10 anos e na categoria senhor (a), os maiores de 50 anos, as duas categorias no total representam uma parcela de 36,60% da população, cada categoria em particular representa 18,30%.

Os adolescentes de 11 a 18 anos representam 21,12% da população, estes, em geral acompanham os pais no trabalho, a maioria não tem como perspectiva prolongar esse modo de vida, agricultura e/ou extrativismo, em contrapartida alguns poucos acreditam em melhores condições de praticar as mesmas atividades.

A saída para a cidade é vista, pelo jovem, como uma maneira de realizar seus projetos, conseguir um trabalho e sua liberdade financeira, tida para ele como uma mudança de vida (STROPASOLAS, 2006).

Outra questão pesquisada na comunidade foi relacionada à religiosidade das famílias. A maioria das famílias é católica, 61,5%, enquanto 23% das famílias são evangélicas e 7,69% tem membros da família tanto católicos quanto evangélicos, apenas 7,69% não responderam a pergunta.

Nenhuma das festas locais tem cunho religioso, a maioria das festas tem como objetivo principal arrecadar recursos para a construção da igreja católica, como já descrevi neste capítulo. Além disso, a CPT é presente no local e desenvolve atividades tanto em sentido da organização social quanto de capacitações técnicas para os comunitários.

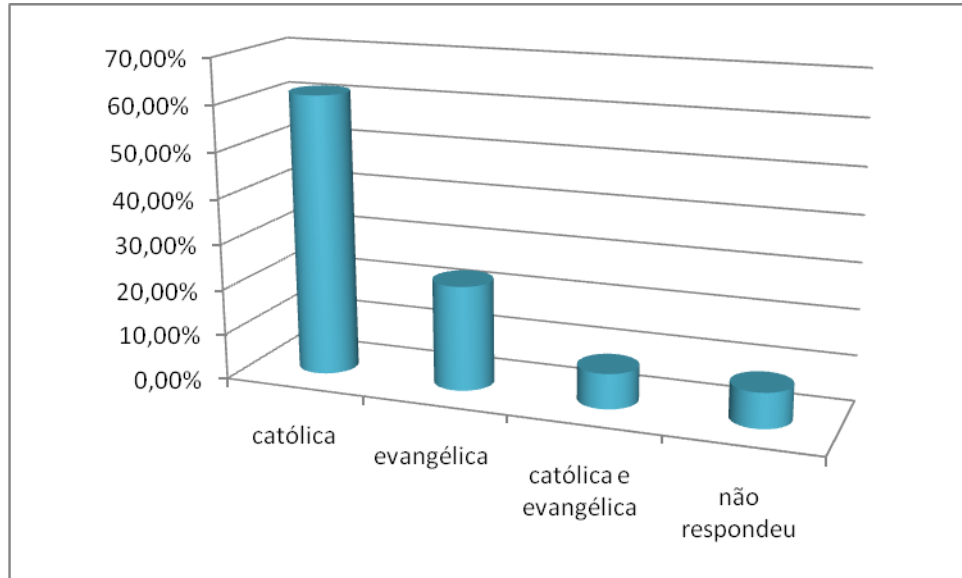


Gráfico 3: Representatividade das religiões no local de acordo com a porcentagem de famílias.
Fonte: Fernandes, 2009. Sistematização de pesquisa de campo

De acordo com alguns entrevistados, a maioria das comunidades do entorno do Campo da Mangaba apresenta características sociais e produtivas semelhantes.

As principais atividades são agricultura e o extrativismo vegetal e marinho. Entre os moradores de beira-mar encontram-se famílias que têm o extrativismo marinho como atividade mais importante que a agricultura, enquanto que nas comunidades geograficamente mais centrais, o caso de Espírito Santo, as famílias adotam a agricultura como atividade principal. O extrativismo vegetal nos dois casos é a segunda atividade mais importante.

4 O CONJUNTO DE ATIVIDADES E A DIVISÃO DO TRABALHO

Trato neste capítulo sobre as atividades produtivas e a organização e divisão do trabalho. Para tanto, faço uma tipologia de acordo com a importância econômica de cada atividade e, os arranjos destas na composição da renda familiar. Em seguida, descrevo os modos locais de praticar a agricultura, a criação de animais de pequeno e grande porte e o extrativismo (vegetal, marinho e animal). Além disso, apresento as atividades identificadas localmente como domésticas e a divisão de trabalho para seu desenvolvimento. O comércio local também é descrito, por ter sido destacado como importante na composição da renda de algumas famílias, apesar de não estar incluída na construção da tipologia.

Cada atividade tem sua importância de acordo com a composição e ciclo de vida da família. No entanto, as atividades relacionadas à agricultura geralmente se destacam em comparação às outras. O motivo desta maior importância, dada às atividades do roçado²⁹, é o fato de que as famílias estão envolvidas durante todo o ano neste trabalho e obtendo produtos para consumo e venda, diferenciando-se assim do extrativismo que é praticado de acordo com a safra do produto em um período específico do ano.

Os produtos cultivados pelos grupos familiares de Espírito Santo são a mandioca e o milho, prioritariamente, e outros (verduras e frutas), secundariamente. Grande parte da produção de mandioca é destinada à preparação da farinha, tanto para o consumo familiar como para a comercialização. O milho é destinado tanto para alimentação da família quanto dos animais.

A mandioca é a única cultura plantada duas vezes por ano pelos agricultores, fato que também foi verificado em outros estudos na região (FREITAS, 2009). Esta é uma estratégia para ter mandioca “madura³⁰” durante todo o ano³¹ (FREITAS, 2009; FRAXE, 2002).

A maioria dos informantes (78,57%) define a roça como a atividade mais importante para a manutenção e desenvolvimento do grupo familiar, outros 7,14% definem a pesca. Além disso, 14,28% de famílias não identificam nenhuma atividade produtiva como mais

²⁹ O roçado é o nome dado, pelos moradores locais, ao terreno destinado ao cultivo dos produtos agrícolas.

³⁰ Maneira que os agricultores definem a mandioca ao atingir o tamanho apropriado para a produção de farinha, segundo seus parâmetros.

³¹ O sistema de implantar duas roças, em períodos diferentes, faz com que essa cultura esteja boa para a produção de farinha em momentos diferentes ao longo do ano. Além disso, contam com uma vantagem da cultura, esta pode permanecer armazenada no solo por longos períodos, permitindo que seja utilizada à medida que se faz necessário.

importante para a renda, estas ultimas informam que atividades de comércio e os benefícios federais, como a aposentadoria, são as principais fontes de renda da família.

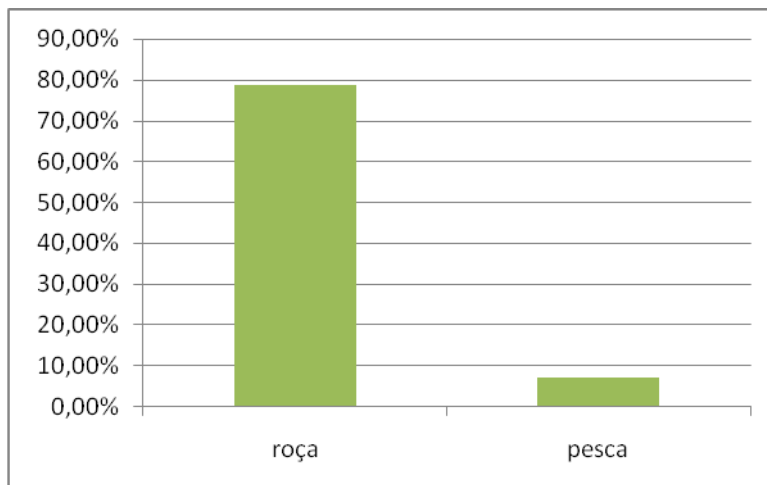


Gráfico 4: Atividades mais importantes realizadas pelos moradores da Comunidade Espírito Santo, Maracanã, PA.
Fonte: Fernandes (2009).

Além disso, das famílias que identificaram a roça como principal fonte de renda 54,5% têm o extrativismo vegetal como segunda atividade mais importante, 18% o extrativismo marinho e 27% só praticam as atividades da roça.

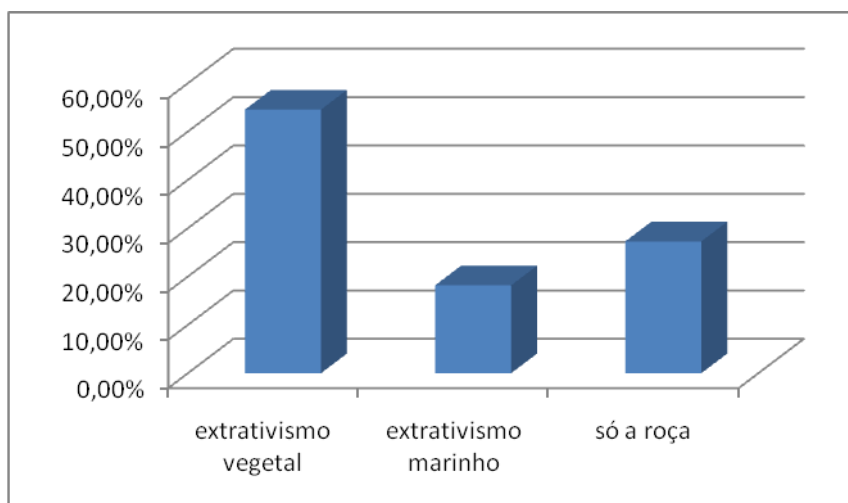


Gráfico 5: Segunda atividade mais importante desenvolvida pelos moradores da Comunidade Espírito Santo, Maracanã, PA.
Fonte: Fernandes (2009).

A partir dos dados elaborei uma tipologia das famílias, dividindo-as em quatro tipos (Tabela 1). Apenas 85,7% das famílias entrevistadas estão incluídas nesta tipologia, 14,28% não foram incluídas, pois são aquelas que não identificaram atividades produtivas como as

principais fontes de renda. Entretanto, também descrevo as fontes de renda destas últimas famílias.

<i>Importância da Atividade</i>	<i>Tipo 1</i>	<i>Tipo 2</i>	<i>Tipo 3</i>	<i>Tipo 4</i>
1°	Roça	Roça	Roça	Pesca
2°		Extrativismo vegetal	Extrativismo marinho	Extrativismo vegetal
3°		Extrativismo marinho ou animal e criação de gado	Extrativismo vegetal	Roça

Quadro 1: Tipologia das famílias da Comunidade Espírito Santo, Maracanã, PA, segundo critério de importância das atividades.

Fonte: Fernandes (2009).

O primeiro tipo, representado por 25%, engloba aquelas famílias que identificaram apenas a roça como atividade produtiva; as outras atividades não foram colocadas em escala de importância. Apesar disso, além da roça, estas famílias praticam atividades de extrativismo vegetal, caça, pesca e, catação de mariscos no manguezal para o consumo. Neste caso, a roça é a única atividade que está relacionada com a comercialização de excedente.

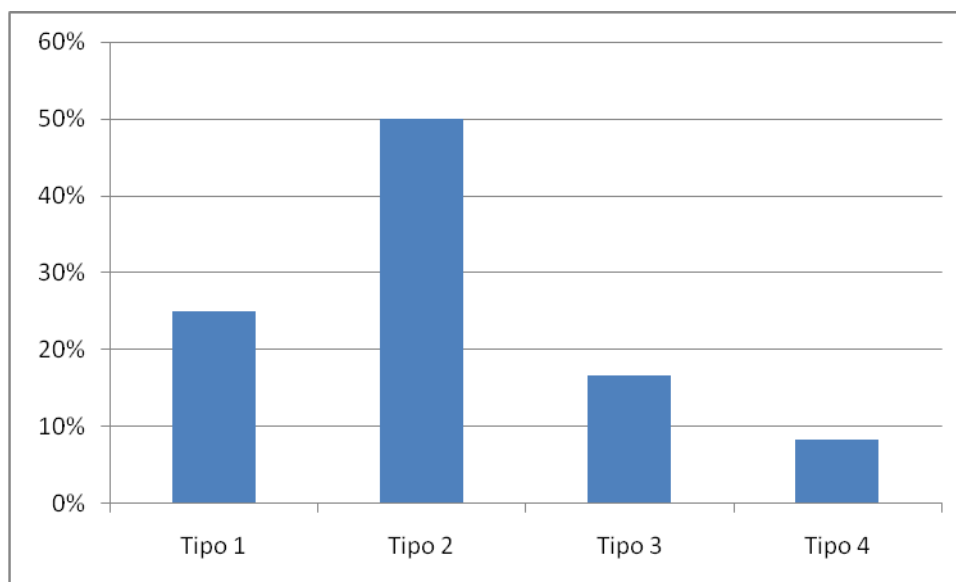


Gráfico 6: Representação por tipo de família.

Fonte: Fernandes (2009).

No segundo tipo, representado por 50% das famílias, estão incluídas aquelas cuja agricultura e o extrativismo são as principais atividades de manutenção e reprodução, ambas com comercialização de excedentes. As famílias deste grupo se dividem ao definir a terceira

atividade, metade dos entrevistados identifica a pesca, que nesse caso é geralmente a catação de mariscos no manguezal. Os produtos dessa atividade não são comercializados. A outra metade do grupo se dividiu da seguinte maneira: uma parte identificando a caça como terceira atividade. A família que identificou a caça é formada por dois homens adultos, o pai viúvo e um dos filhos. Os dois moram numa pequena casa de palha. O pai sai regularmente para caçar. As caças também não são comercializadas. A outra parte do grupo identificou a criação de gado como terceira atividade. Esta família é a única que tem criação de gado na comunidade e comercializa o animal vivo.

No terceiro tipo estão às famílias que identificam o extrativismo marinho e vegetal como segunda e terceira atividade mais importante, respectivamente, depois da roça. Este grupo está representado por 17% do total da amostra. Para as famílias deste tipo a relação de consumo e venda de excedentes é distinta, pois as três atividades, além do consumo familiar, estão também relacionadas à venda.

A pesca, nesse caso, é praticada em alto mar e, se inclui nas atividades no período das safras (meses de janeiro, junho e julho). Esta atividade é desenvolvida principalmente por homens jovens a convite de familiares e amigos, proprietários de barcos e redes. A pesca é pouco praticada pelos moradores de Espírito Santo, pois, ninguém no local possui barco ou redes de pesca, diferentemente das comunidades de beira mar, onde a pesca é a principal atividade produtiva dos residentes.

Quanto ao extrativismo vegetal, também o praticam nos períodos de safra da mangaba e do bacuri principalmente, que ocorre entre os meses de outubro a novembro para o primeiro, com pico de produção nos meses de novembro e dezembro, e o segundo entre os meses de setembro a fevereiro com pico de outubro a novembro. Além destes, outros frutos são utilizados principalmente para o consumo, quais sejam: muruci (*Byrsonima crassifolia* H.B.K), açai (*Euterpe oleracea* Mart.), tucumã (*Astrocaryum tucuma* Mart.), tapererebá (*Spondias mombin* L.) e caju (*Anacardium occidentale* L.).

O quarto tipo apresenta a pesca como atividade produtiva de primeira importância, seguida do extrativismo vegetal e da roça, respectivamente. Este tipo está representado por 8% das famílias. Esta é a única família que pratica a pesca regularmente no sistema de curral, o extrativismo vegetal e a agricultura são atividades de segunda e terceira importância. Os produtos dessas duas últimas atividades são principalmente direcionados para o consumo dos membros da família.

No calendário abaixo (gráfico 7) estão descritas as atividades agrícolas além dos períodos de safra dos produtos extrativistas, principalmente as frutas, mas também os peixes.

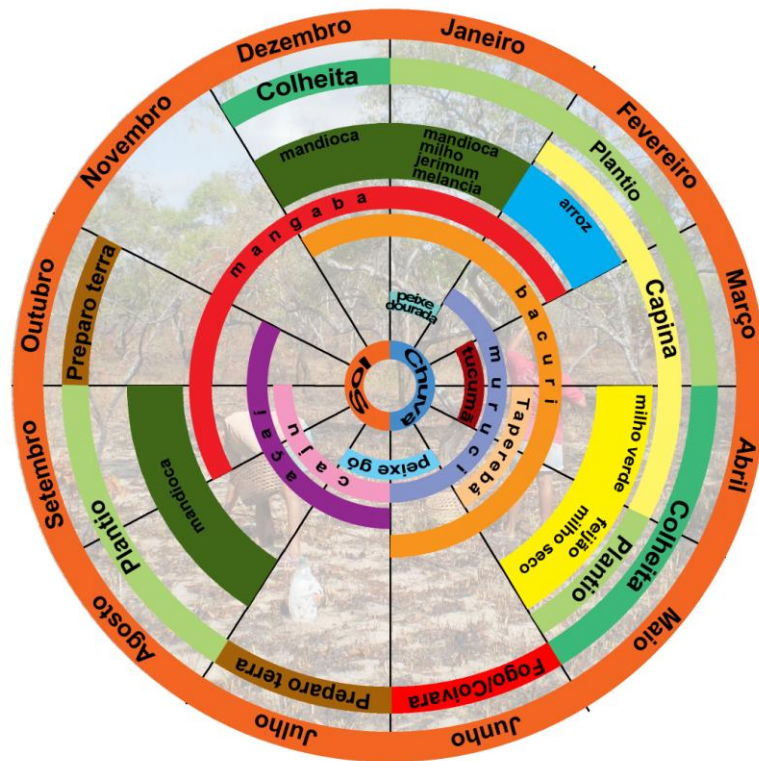


Gráfico 7: Calendário produtivo, agricultura e extrativismo (vegetal e animal). Fonte: Fernandes, 2009. Formatação: Moraes, 2011.

Como já descrito, 14,28% das famílias ficaram fora da tipologia. Estas praticam o comércio ou um dos membros possui a aposentadoria rural, e essas são as principais fontes de renda identificadas.

Na construção dessa tipologia, percebi que dois aspectos são levados em consideração para que as pessoas identifiquem uma atividade como mais ou menos importante que a outra. O primeiro está relacionado à periodicidade da atividade e o segundo a produção de excedente para a venda.

A maioria das famílias identifica a roça como atividade mais importante. Esta identificação está diretamente ligada ao fato que a roça e as atividades no roçado, proporcionam para família maior segurança, pois, como já comentei, a roça produz durante todo o ano a mandioca, matéria prima para a farinha, produto importante tanto para o consumo quanto para a venda, diferenciando-se assim do extrativismo vegetal e marinho onde os produtos estão disponíveis em abundância, no entanto, apenas em períodos específicos do ano.

Além disso, de acordo com Porro (2004), a roça é considerada como atividade essencial porque ela está mais proximamente inserida nas questões de domínio e gestão territorial, que contribuem para que as famílias, que juntamente as assumem, se definam enquanto grupo social, enquanto povo. Portanto, a roça é a expressão física dos arranjos e relações sociais travadas em determinado território, e isso é parte integral da identidade social daqueles que a realizam (PORRO, 2004).

Outra distinção entre a roça e o extrativismo é o aspecto econômico. O extrativismo tem etapas pré-estabelecidas de passagens pelo mercado e, portanto, através do preço setores alheios, e por vezes antagônicos, à chamada comunidade podem exercer maior controle sobre essa mesma comunidade. O extrativismo se apresenta mais vulnerável aos reveses do mercado que, via de regra, foge ao controle do grupo (FIGUEIREDO, 2005). Já a produção agrícola encontra viés mais favorável ao controle pela própria família enquanto unidade de produção e de consumo.

O plantio da roça, a obtenção dos grãos e o seu consumo, no ideário camponês em situação de terras como recurso abundante, prescindem etapas que tornariam o sistema vulnerável ao mercado. Portanto, conjugando a importância social e econômica da roça, a atividade é vista, por homens e mulheres, como principal (FIGUEIREDO, 2005).

A importância de cada atividade não está relacionada unicamente ao retorno financeiro gerado com ela. Além da relação de “independência” dos mercados, citado por Porro (2004) e Figueiredo (2005) a roça demanda trabalho e gera produção durante todo o ano, diferenciando-se do extrativismo que é sazonal.

Apesar disso, a geração de excedentes para a venda, também é um dos aspectos que determina a importância da atividade, no caso do extrativismo vegetal, os membros das famílias usam uma infinidade de produtos da biodiversidade local, entretanto, as atividades extrativistas identificadas como importante são aquelas que possibilitam o consumo e a venda, quanto maior o valor do produto no mercado e a produtividade, maior a importância na perspectiva dos moradores.

Descrevo a seguir as peculiaridades e a divisão do trabalho relacionado tanto às atividades de produção como às domésticas, identificadas pelos moradores locais. Além disso, os modos de fazer comércio e os arranjos dos membros das famílias que não praticam atividades produtivas também são descritos.

4.1 A ROÇA

A cultura do roçado consiste no apoio predominantemente da agricultura itinerante, onde uma área de mata derrubada é queimada e, posteriormente, cultivada em um espaço de tempo que pode durar até três anos, ou um pouco mais, após o que a área é abandonada ao descanso, isto é, fase chamada de pousio, o qual consiste no período em que a vegetação natural se reconstitui tendendo, ao longo do tempo, transformar-se em mata, caso não seja reutilizada antes. Este sistema de cultivo é conhecido como *roçado*. Trata-se do modo que serviu e foi resultado histórico da figura do caboclo da Amazônia, somado às capacidades do sertanejo nordestino, um sistema de cultivo milenar de origem indígena. (D'INCAO; COTTA JUNIOR, 2001, p. 58).

O sistema de cultivo do roçado pertence ao sistema maior que se chama de agricultura itinerante, onde se derruba a mata, ou capoeira grossa, queima-se – coivara, e cultiva-se a área aberta de um a três anos, após o que tal área é abandonada à sucessão ecológica natural durante quatro a oito anos ou mais, o que é chamado de tempo de pousio. Quanto maior é o tempo de pousio, maior é a riqueza do solo após as queimadas, onde o ideal seria acima de oito anos. Isto faz com que se necessite, em termos ideais, deixar 10 ha de reserva para cada um em cultivo. O sucesso deste sistema, apesar de ser bem adaptado à realidade amazônica, depende de uma baixa densidade populacional. Um aumento adicional de densidade compromete o tempo necessário para o pousio e a consequente regeneração da fertilidade do solo (LEAL, 2004; BATISTA, 2009 apud HURTIENE, 2005). O tempo de pousio sendo curto, o solo não tem tempo para recuperar naturalmente os nutrientes, neste caso dependerá da adição de adubos orgânicos e minerais para oferecer bons resultados no desenvolvimento das plantas cultivadas.

Tanto na comunidade Espírito Santo, como em outras localidades do entorno do Campo da Mangaba, em se tratando do processo de trabalho no roçado, este é dividido nas seguintes etapas: a preparação da área a ser cultivada; o plantio direto de uma sequência definida de culturas que os agricultores vão adicionando ao longo do tempo, consorciando-as; as capinas durante o tempo de cultivo e a colheita.

A primeira atividade é a “broca” do “mato fino”, na qual se usa foice para colocar abaixo todos os arbustos, árvores jovens, “os paus finos”, e a vegetação herbácea. Segue-se a “derrubada” das árvores com o machado. Deixa-se o entulho secar durante um tempo, que pode variar de quinze dias a dois meses, dependendo do porte da vegetação e das chuvas.

Geralmente se escolhe a época de menor pluviosidade que se estende aproximadamente de junho a dezembro.

Aproveita-se a madeira que for adequada para construção, ou lenha, tanto para a “casa de farinha”, quanto para a cozinha, e em volta das árvores frutíferas a serem preservadas no meio do roçado, deixa-se um mato verde para protegê-las do fogo. Após a secagem, ateia-se fogo. Sempre que sobra madeira não queimada, porque ainda está um pouco úmida, empilha-se e ateia-se novamente fogo, processo que é chamado de “coivara”. As cinzas que restam são espalhadas no solo o mais uniformemente possível.

Quanto às etapas do trabalho e suas ferramentas existe outra diferença importante, ao se comparar capoeiras finas e grossas: na fina não se usa fazer a derruba com o machado, pois as árvores ainda estão finas e são retiradas com a foice. Assim na capoeira fina só se tem a “broca”. Mas a etapa da “broca” na foice é mais pesada na “capoeira fina” do que na grossa. Tem-se uma vegetação baixa mais densa. Mas o processo de colocar abaixo a “capoeira grossa” como um todo é mais pesado por causa da derruba com o machado.

Quem desenvolve essa primeira etapa são prioritariamente os homens. As mulheres só trabalham na broca e coivara quando não têm homens disponíveis para o trabalho. Esta indisponibilidade de mão de obra masculina muitas vezes está relacionada ao ciclo de vida da família. Quando os filhos estão na primeira infância a mãe geralmente fica na casa e o pai contrata mão de obra ou trabalha em mutirão com familiares e vizinhos.

Quanto às etapas do trabalho e suas ferramentas, existe outra diferença importante, ao se comparar capoeiras finas e grossas: na fina não se usa fazer a derruba com o machado, pois as árvores ainda estão finas, sendo retiradas com a foice. Assim na capoeira fina só se tem a “broca”. Mas a etapa da “broca” na foice é mais pesada na “capoeira fina” do que na grossa. Tem-se uma vegetação baixa mais densa. Mas o processo de colocar abaixo a “capoeira grossa” como um todo é mais pesado por causa da derruba com o machado.

Quem desenvolve essa primeira etapa são prioritariamente os homens. As mulheres só trabalham na broca e coivara quando não há homens disponíveis para isso. Essa indisponibilidade de mão de obra masculina muitas vezes está relacionada ao ciclo de vida da família. Quando os filhos estão na primeira infância, a mãe geralmente fica na casa e o pai contrata mão de obra ou trabalha em mutirão com familiares e vizinhos.

Em alguns casos esta família com filhos na primeira infância “*bota roça*” nas terras dos pais e troca mão de obra com os membros de sua família (pai e irmão). Apenas em situações extremas, quando não existe possibilidade de mão de obra externa, a mulher pratica essas primeiras atividades.

Após o corte e queima da vegetação, segue-se o plantio direto, que cronologicamente começa pelas culturas do milho, mandioca, jerimum e melancia. No caso de que pretendam consumir chuchu, a hortaliça é plantada um pouco depois, ou mais ou menos junto àquelas culturas. No mês seguinte planta-se o arroz.

A cultura do chuchu não consta no gráfico 7, pois não foi identificada pelos agricultores e sim por minha observação direta.



Foto 21: Plantio de milho e mandioca.

Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, abr/09

O plantio de grãos é geralmente feito a mão, abrindo o buraco e enterrando, mas pode ser usada a matraca³², o que diminui em muito o tempo de trabalho. Já em relação ao plantio da mandioca, as covas são feitas com auxílio de uma enxada, nas quais é colocado um pedaço da haste da mandioca adulta, com aproximadamente 20 cm de comprimento e com 5 a 7 gemas.

A tarefa do plantio é feita por todos: homens, mulheres, adultos e crianças. Essa atividade demanda menor esforço físico se comparada com a broca e coivara.

Na comunidade Espírito Santo identifiquei duas situações em que as mulheres não participam de nenhuma atividade relacionada à roça. Na primeira, a família é composta por pais e duas filhas casadas que não moram no local e a mãe não contribui com sua força de trabalho nas atividades do roçado, pois tem problemas de saúde. Assim o marido “dá conta” das atividades de produção visto que não sustenta nenhuma das filhas e ainda recebe ajuda financeira delas, que trabalham fora da comunidade.

No segundo caso, a família é composta pelos pais e três filhos pequenos entre quatro e sete anos. A mãe não participa de nenhuma atividade do roçado, desenvolvendo o trabalho

³² Equipamento manual que fura a terra e coloca a semente ao mesmo tempo, evitando que a pessoa tenha que abaixar inúmeras vezes.

doméstico e o cuidado com os membros da família. O fato de seus filhos estarem na primeira infância também contribui, pois a demanda das atividades domésticas são maiores, se comparados a famílias em outros ciclos de reprodução. Apesar de que existem casos onde as mulheres, mesmo com filhos na primeira infância, desenvolvem atividades de produção e consumo.

Paulilo (2004) identificou que determinadas mulheres consideravam a participação em atividades produtivas como uma sobrecarga de trabalho e não como uma forma de sair da clausura doméstica.

Em relação aos tratos culturais do roçado, capinas são feitas com a enxada ou terçado. Durante o ano o roçado sofre de quatro a cinco capinas. O período de inverno requer mais capinas que o verão. A terra de capoeira fina exige mais capinas do que a de capoeira grossa pela grande invasão de herbáceas na primeira. Quanto à divisão do trabalho, esta também é uma atividade praticada por todos os membros da família.

A colheita de mandioca é considerada um serviço pesado, principalmente se ela está “plantada em terra de toco”, que é o tradicional roçado. A terra de toco é aquela que não foi gradeada, e, portanto, devido a um enraizamento denso da vegetação derrubada, e a caules subterrâneos como, por exemplo, os rizomas, há que se fazer muita força para arrancar os tubérculos. Usa-se a enxada para facilitar a *arrancação*. Apesar de a colheita ser considerada um trabalho pesado, essa atividade é praticada tanto por homens como por mulheres, adultos e jovens.

Sobre o milho, se colhe verde e maduro, a colheita do milho não é considerada como trabalho pesado e também é praticada tanto por homens como por mulheres, adultos e jovens.



Foto 22: Mulher colhendo milho seco e fazendo o desbaste das plantas.
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, abr/09

Na maioria das famílias o homem é quem possui o controle quando se refere ao trabalho na roça, sendo o responsável por prover o alimento para a casa, esfera geralmente administrada pela mulher.

[...] Há diferenças de sexo e idade nas atividades executadas, bem como há normas explícitas de autoridade dentro do grupo doméstico que define quem decide o quê. É ao homem, *pai de família*, que cabe organizar as tarefas do roçado para prover a casa. É à mulher, *mãe de família*, que cabe organizar as tarefas da *casa* que possibilitam o consumo do grupo doméstico. (GARCIA JUNIOR, 1983, p 83).

Apesar da afirmativa de Garcia Júnior (1983) que ilustra o habitual, algumas exceções foram identificadas.

Em uma das famílias é a mulher quem controla as atividades do roçado. A família é composta pelo casal e quatro filhos entre 26 e 14 anos. O marido é aposentado, 77 anos, e a mulher, 49 anos, toma conta das atividades, administrando o trabalho dos filhos no roçado, também planeja as quantidades e culturas a serem plantadas. Esta agricultora administra a venda do excedente de produção e o usufruto da renda gerada, entretanto são os filhos homens os responsáveis pelas idas às feiras para vender os produtos.

No segundo caso, a mulher é separada do marido e criou sozinha os três filhos, dois homens e uma mulher, atualmente com idades entre 25 e 32 anos. Os filhos homens ainda moram com ela, a filha mora e trabalha na capital do estado. Os filhos têm pequenas roças em sítios próprios, mas a maior produção da família ainda é mantida pelos três em uma área comum. A mãe é quem exerce maior poder sobre as decisões e sobre o trabalho relacionado à produção agrícola.

4.1.1. A Produção de Farinha.

“O homem planta um rebolinho de maniva, aquela maniva com dez dias tá inchada, começa nascer aquela folha orvalhada, ali vai se criando aquela obra positiva, muito esverdeada, muito linda e muito viva. Embaixo cria uma batata que engorda e faz crescer. Aquilo dá farinha pra todo mundo comer, e pra toda criatura vai servir de alimento”. (Mestre Verdellino).

A atividade de beneficiamento da mandioca envolve todos os membros da família. Todos se encontram na “casa do forno” ou “retiro”³³ no dia da farinhada (FRAXE, 2002; FREITAS, 2009 apud BATISTA, 2009).

As crianças desde muito cedo são envolvidas nesse processo, até mesmo os bebês são levados para a casa de farinha quando necessário, para não ficarem sozinhos em casa. Geralmente, as crianças mais velhas cuidam das mais novas e ali começam representando algum tipo de ajuda para o grupo familiar (buscar água, levar comida, etc.), desenvolvendo também as atividades mais leves na realização do trabalho de produção da farinha.

Além de ser o primeiro trabalho realizado pelas crianças é também o trabalho por excelência realizado por toda a família em conjunto, por ser a farinha o produto de maior relevância tanto para o consumo como para a comercialização. Cada membro possui uma atividade específica, desde o dia anterior na preparação das raízes e no seguinte iniciando bem antes do dia amanhecer (BATISTA, 2009).

As atividades consideradas “*mais leves*” são: descascar as raízes e peneirar a massa, que são as primeiras a serem realizadas pelas crianças no seu processo de aprendizado e socialização ao trabalho. A “*mais pesada*”, e considerada a etapa mais importante para a

³³ Em alguns locais do Brasil pode também ser conhecida como “casa de farinha”. É uma pequena construção, uma espécie de choupana, coberta e aberta por todos os lados, para que possa sair o fogo e a fumaça dos fornos de farinha. Abriga o forno e os diversos utensílios: peneiras, bacias, tipiti ou prensa, etc., utilizados no processo de produção da farinha (FRAXE, 2002).

qualidade da farinha, é a torração da massa. Esta etapa é realizada por vários membros da família, inclusive pelas mulheres, pois é muito cansativa e desgastante (BATISTA, 2009).

O retiro é o principal local de socialização da família, sendo, juntamente com a casa, o local onde as crianças realizam suas primeiras atividades. Ali também existe uma divisão social do trabalho, entre sexo e idade, reproduzindo o que é encontrado na casa e na roça, mas uma divisão não tão rígida, qualquer um dos adultos podem realizar qualquer uma das etapas de trabalho (BATISTA, 2009).

A primeira atividade é o preparo da massa, com o processo de descascar e ralar as raízes. Em seguida é preciso retirar o tucupi, o líquido presente na raiz da mandioca e que nesse momento do preparo da farinha é retirado com o auxílio do tipiti³⁴, deixando a massa o mais seca possível. Depois da massa seca ela é peneirada, para em seguida ser torrada.

A farinha de mandioca é uma herança das populações indígenas que, ao longo dos anos passou de exclusividade indígena, para complemento à culinária portuguesa, como acompanhamento a caldos de carne e de peixe, até chegar de forma definitiva no cardápio do africano no Brasil (FRAXE, 2002, apud BATISTA, 2009). Atualmente é um alimento muito consumido de norte a sul do Brasil, comportando algumas diferenciações culturais em seus processos de produção e de consumo.

4.1.2. “Caieira”: Produção de Carvão.

A caieira também é uma atividade do roçado, feita por homens e mulheres adultos. O trabalho consiste em abrir um buraco no chão com a enxada, cortar a lenha disponível, colocar a lenha no buraco, tapar o buraco, deixando uma pequena abertura para então atear fogo e em seguida tapar o buraco. A lenha fica aproximadamente 30 dias queimando, dependendo do tamanho do buraco, da quantidade e qualidade da madeira e do clima. Sobre o trabalho na caieira abaixo descrevo o depoimento de uma mulher.

[...] depois de tudo agente arruma pauzinho seco, palha aí taca fogo, aí só vai tapar esses buraco, essa boca aqui, depois que agente ver que os pedaço de pau tá incendiado, quando agente vê que tá incendiado, agente vai pro

³⁴ Tipiti é uma espécie de prensa ou espremedor de palha trançada usado para escorrer e secar a mandioca ralada.

mato, tira palha, põe em cima da boca e joga terra por aqui por ali, tampa o buraco e deixa.

[...] quando está no verão e tá seco é rápido que a gente atora a lenha, mas quando tá assim depende de força.

M. I. 67 anos, moradora local.



Foto 23: Mulher cortando lenha para preparação de caieira.

Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, abr/09

D’Incao e Cotta Junior (2001) identificaram em duas comunidades no município de Igarapé-Açu, zona Bragantina³⁵ do estado do Pará, que a mulher é a principal responsável pela produção de carvão. A divisão de trabalho por força/não-força nem sempre é o único critério. Talvez tenha mais valor o fato de que é a mulher que cozinha e assim entende a atividade de fazer carvão como associada às atividades da cozinha, tarefa por eles considerada feminina, por estar relacionada ao cuidado do lar (D’INCAO; COTTA JUNIOR, 2001)

No caso das famílias da comunidade Espírito Santo a atividade de produção de carvão não é identificada como prioritariamente feminina, pois tanto mulheres quanto homens a praticam.

O produto dessa atividade não é vendido, mas é muitas vezes emprestado, quando uma caieira é aberta, aqueles que não o possuem no momento, emprestam o carvão e o devolvem quando têm o seu, posteriormente.

Os arranjos para a divisão do trabalho são moldáveis, essencialmente em virtude da estrutura familiar. Para uma família nova, com filhos na primeira infância, a recarga do trabalho no roçado é responsabilidade mais do homem do que da mulher. Quanto maior a

³⁵ A Zona Bragantina, no nordeste do Salgado paraense foi e ainda é uma região colonizada predominantemente pela pequena produção. Ela foi fruto de um projeto implementado desde o final do reinado de D. Pedro II, que visava a atender as necessidades de um renovado crescimento de Belém, promovido pela expansão da economia extrativista deste século (D’INCAO; COTTA JUNIOR, 2001)

idade dos filhos, a tarefa é mais dividida entre os membros da família, já com a colaboração da mulher e filhos nas atividades.

4.2 O EXTRATIVISMO VEGETAL.

Dos quatro tipos de famílias identificadas, em três tipos consta o extrativismo, com maior ou menor importância na geração de trabalho e renda. Mesmo as famílias que não identificaram esta atividade a praticam, principalmente para o consumo. Nesse caso geralmente são os filhos que a desenvolvem.

Durante todo o ano a população da comunidade Espírito Santo exercita o extrativismo vegetal (quadro 3). Os produtos vegetais com maior representatividade econômica são a mangaba e o bacuri, vendidos fora da comunidade e com bastante aceitação no mercado municipal e estadual. As frutas muruci e taperebá também, mas apenas duas famílias as comercializam, geralmente na sede do município. A grande maioria dos entrevistados usa estas frutas para o consumo. O açaí é um produto com muita aceitação no mercado local, municipal e estadual, mas a produtividade local é baixa, inviabilizando a comercialização.

<i>Jan</i>	<i>Fev</i>	<i>Mar</i>	<i>Abr</i>	<i>Mai</i>	<i>Jun</i>	<i>Jul</i>	<i>Ago</i>	<i>Set</i>	<i>Out</i>	<i>Nov</i>	<i>Dez</i>
<i>Bacuri</i>	Bacuri	Bacuri	Taperebá	Taperebá	Muruci	Açaí	Açaí	Açaí	Mangaba	Mangaba	Mangaba
<i>Mangaba</i>	Mangaba	Muruci	Bacuri	Bacuri	Bacuri	Caju	Caju	Caju	Açaí		Bacuri
	Muruci	Tucumã	Muruci	Muruci				Mangaba			
				Tucumã							

Quadro 2: Calendário de oferta natural das frutas que são utilizadas pelos extrativistas.
Fonte: Fernandes, 2009.

O calendário extrativista está baseado nas informações obtidas localmente com os moradores da comunidade Espírito Santo. A série que se segue em cada mês, está disposta de acordo com a produção. Como pode ser vista, no mês de janeiro, o fruto com maior produção é o bacuri, que está no pico da safra, seguido da mangaba, que já está no fim. O bacuri permanece no pico da safra entre os meses de janeiro a março.

O trabalho extrativista é feito por todos dependendo do produto, por exemplo, o extrativismo do bacuri é feito principalmente por homens. A explicação que recebi para tal

fato é que os melhores³⁶ bacurizais³⁷ encontram-se em áreas isoladas, de floresta e por isso os homens são os que extraem o produto, mas acredito que a predominância masculina está relacionada também com o valor do produto no mercado. Os homens geralmente predominam nas atividades mais economicamente compensadoras. Simonian (2001) identificou algo parecido no caso do extrativismo da castanha do Pará:

Embora no passado os homens tenham-se envolvido com a produção dos castanhais e com a economia e cultura que deles resultaram a sua maior participação ocorreu com a inserção desta produção nos circuitos mercantis de exportação (SIMONIAN, 2001, p. 75).

Uma das mulheres me confessou, em baixo tom de voz, que: “*na safra do bacuri dá muita ganância no povo (B. C. D., moradora local, 43 anos)*”. Durante o período de safra os moradores quebram as regras de manejo do bacuri, tirando frutas verdes das árvores antes que estas amadureçam e caiam naturalmente, pois a oferta é menor que a demanda e dá-se uma disputa pela fruta, que é muito apreciada e tem um alto valor econômico no mercado.

Não estive presente na comunidade Espírito Santo no período de safra do bacuri, portanto não observei esta “*ganância que dá no povo*”, e a informante não me deu maiores detalhes sobre os conflitos que envolvem esta atividade.

No caso da mangaba o trabalho extrativista é feito por homens e mulheres, realizado em vários arranjos, nos quais em alguns casos, as mulheres apanham, beneficiam e comercializam, em outros o casal participa de todas as etapas do trabalho. Ainda há casos em que a mulher apanha e beneficia, e o homem comercializa, e em outros que a mulher pratica todas as etapas da atividade sozinha. Irei descrever detalhadamente as atividades relacionadas ao extrativismo da mangaba no capítulo seguinte.

³⁶ Com maior produção de frutos.

³⁷ Local com incidência densa de bacurizeiros.



Gráfico 7: Calendário produtivos, agricultura e extrativismo (vegetal, animal). Fonte: Fernandes, 2009. Formatação: Morais, 2011.

Em relação ao muruci e ao taperebá que são frutas muito apreciadas regionalmente, mas pouco comercializadas pela população de Espírito Santo, principalmente por ter um valor baixo no mercado, encontrei apenas duas famílias que a comercializavam vendendo na sede do município. O extrativismo destas frutas envolve toda a família, a coleta e beneficiamento são feitos pela mãe e pelos filhos, e a comercialização é feita pelo pai. Nestas duas famílias, o pai é sempre quem comercializa, seja no caso do bacuri, mangaba, muruci ou taperebá. De acordo com a mulher entrevistada, desta família, ela não tem interesse em praticar a atividade de comercialização, pois a identifica como uma atividade desgastante, onde tem que se carregar os recipientes com as frutas, ou polpas, e ainda negociar com o comprador, por isso ela acha que o marido é mais apto a realizar esta tarefa. Além do que, segundo a entrevistada, o marido entrega para ela o dinheiro da venda ou compra produtos que ela solicita.

O tucumã é incluído na dieta alimentar, mas é uma fruta pouco apreciada pelas pessoas da comunidade. Em consequência nenhuma família ou indivíduo comercializa a fruta, que é de ocorrência abundante em todo o município, porém, possui baixo valor no mercado.



Fotos 25: Mãe e filhos despolpando o fruto do taperebá.
 Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, abr/09.

Como já descrevi anteriormente o açaí é um produto muito apreciado pela população municipal e regional, por isso tem boa aceitação no mercado, mas na comunidade Espírito Santo a quantidade de plantas abastece apenas a demanda interna, não havendo produção suficiente para ser comercializada na sede do município.

Os membros de três famílias investiram na produção do açaí fazendo o manejo das plantas nativas além do plantio de mudas. Essa atividade foi iniciada no ano de 2008 e, em 2009, as famílias coletaram e beneficiaram o fruto utilizando uma máquina de “*bater açaí*”³⁸ de propriedade de uma das famílias envolvidas. Durante o período da safra, as três famílias trabalharam juntas e dividiram o produto beneficiado, também venderam o excedente na própria comunidade.

Outro fruto identificado foi o caju, produto utilizado apenas para o consumo local. Alguns indivíduos das comunidades vizinhas a Espírito Santo também praticam a venda da *cabeça de caju* para indústrias beneficiadoras. A safra do caju é muito produtiva, uma das moradoras me informou que “[...] *estraga caju no pé que não tem gente pra pegar [...]*” (R.R., *moradora local, 29 anos*). Não identifiquei nenhuma família que comercializa o caju na comunidade estudada.

4.3 EXTRATIVISMO MARINHO: PESCA E CATAÇÃO

³⁸ Máquina própria pra despolpar o fruto do açazeiro.

Na tipologia das famílias, a pesca é identificada em três tipos. Nas famílias do tipo 2, apenas a metade identificou a pesca e a outra metade identificou o gado ou caça.

Para as famílias do tipo 4, a pesca é a principal atividade produtiva. Nesse caso, o responsável pela atividade na família é o pai que possui um *curral* à beira mar, na comunidade vizinha Aricuru, que fica a, aproximadamente, 3 km de distância de Espírito Santo.

O “curral” é uma engenhosa armadilha feita artesanalmente com madeira de bambu, cordas e/ou cipó e pregos, montada à beira mar prevendo a enchente e vazante da maré. Na cheia a maré traz os peixes e mariscos que ficam presos no curral quando a maré vaza.



Foto 26: Curral, com maré seca.

Foto: Marcos Vinícius, pesquisa de campo, mai/09.

O trabalho do pescador nesse caso é de construção e manutenção mensal do curral, devido à madeira e aos outros materiais utilizados sofrerem corrosão pela água salgada e a coleta diária dos peixes. Geralmente, o curral é visitado nos fins de tarde.

O pescador se utiliza de uma bicicleta para as visitas diárias ao curral. Os peixes e mariscos são vendidos na própria comunidade e nos períodos de maior safra são vendidos também na sede do município.

Apenas a família do tipo 4 utiliza o curral como ferramenta para a pesca. As outras fazem pesca com anzol nos igarapés próximos e/ou catam mariscos à beira mar e nos manguezais. Para o trabalho no manguezal é utilizado um gancho que facilita a captura do caranguejo. Esse tipo de trabalho é feito por todos os membros da família, inclusive as crianças, no entanto apenas os adultos utilizam o gancho. Não são todas as famílias que

possuem essa ferramenta, assim a maioria faz a “catação” apenas com as mãos sem o auxílio de ferramentas. Os membros das famílias, neste caso, não vendem a produção do pescado, utilizam apenas para o consumo.

Outro tipo de pesca é aquela realizada em alto mar, praticada apenas por homens adultos. Nenhuma das famílias da comunidade Espírito Santo possui os equipamentos³⁹ para esse tipo de pesca e só a praticam quando são convidados por parentes ou amigos para fazer parte da tripulação de um barco pesqueiro. Nesta ocasião eles passam de três a cinco dias em alto mar, dependendo da capacidade de suporte do barco. Essa atividade é mais frequente nos períodos de safra dos peixes chamados gó, de junho a julho, e da espécie dourada em janeiro.

O produto dessa atividade é utilizado para o consumo da família e também é vendido para atravessadores nas feiras da sede do município.

4.4 “À ESPERA”: O EXTRATIVISMO ANIMAL.

A caça é uma atividade predominantemente feita por homens e em grupos composto por dois a três homens que vão para a “*espera*”. A espera é o ato de “*se embrenhar no mato fechado*” e encontrar um local estratégico para então ficar à espera da caça (paca, tatu, cutia, veado mateiro, etc.).

As principais ferramentas utilizadas na atividade são: a espingarda, cartucheira de tiro simples⁴⁰ de um cano, chumbo e pólvora para a arma, além de uma lanterna. Esta atividade só é desenvolvida por homens adultos, com exceção de pais que levam os filhos jovens e/ou adolescentes. É feita geralmente com amigos e parentes e tem também uma conotação de descontração, além de trabalho.

³⁹ Barco, rede de pesca, etc.

⁴⁰ Arma de fogo portátil, de cano longo e sem raiamento (alma lisa), com ampla gama de utilização na caça, tiro ao vôo ou ao alvo, defesa, combate, etc.(<http://www.clubedetirobarrabonita.com.br/form/abcespingarda.htm>). acesso no dia 18 de fevereiro de 2010.



Foto 27: Homem preparando a arma para a caça
 Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, abr/09



Foto 28: Espingarda cartucheira, pólvora e chumbo.
 Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, abr/09

A carne de qualquer caça é muito apreciada pelos moradores locais. Quando um dos membros da comunidade chega com caça, geralmente divide a carne do animal entre seus parentes e alguns vizinhos. Este presente é valioso, pois carne vermelha e fresca é um produto raro na comunidade, por conta do elevado preço e da dificuldade de acesso. As carnes consumidas nesta comunidade são geralmente conservadas no sal. A carne de animais silvestres é uma rica e barata fonte de proteína, além de muito saborosa, de acordo com o paladar dos moradores, por isso é muito apreciada localmente.



Foto 29: Animal sendo tratado pela mulher depois de capturado na caça por seu marido.
 Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, abr./09.

A principal fonte de proteína dos indivíduos na comunidade Espírito Santo são os peixes frescos ou salgados e os mariscos, seguido da carne das galinhas do quintal e porcos que são mortos em ocasiões especiais festivas ou na falta de outra fonte de proteína.

A população costuma consumir também carne enlatada, bastante presente nas casas onde residem aposentados que fazem as compras para o consumo da casa na sede do município pelo menos uma vez por mês. Os enlatados (carne de lata, sardinha, etc.) representam para esta família uma segurança quando falta outro tipo de alimento.

4.5 O TRABALHO DOMÉSTICO

O trabalho doméstico não é atividade considerada localmente como produtiva, portanto não quantifiquei na tipologia das famílias. As atividades pertinentes a esse tópico são aquelas descritas por Herédia (1979) como atividades de consumo que consistem na manutenção e cuidados com a família e são, na maioria das vezes, desenvolvidas por mulheres.

Para os membros das famílias residentes na comunidade Espírito Santo essas atividades se somam em limpeza e cuidado da casa de morada e dos utensílios domésticos, limpeza e manutenção das roupas dos membros da família, preparo dos alimentos, cuidado com os animais e plantas do quintal, abastecimento de água, pois é necessário abastecer os barris de água da casa carregando baldes d'água do poço artesiano ou dos igarapés próximos.

Estas atividades são de responsabilidade das mulheres adultas que coordenam as filhas e filhos no trabalho da casa e do quintal. Nessas atividades as meninas trabalham mais se comparadas aos meninos.

Na infância, já é notória a divisão de trabalho na qual as meninas ficam em casa com as avós ou as mães e ajudam no trabalho do quintal (pequenas criações, pomar e ervas medicinais), da cozinha, no preparo de alimentos, preparo do fogo nos fogões a lenha, carregar água, etc. Os meninos acompanham os pais nos trabalhos de roça, manguezal e extrativismo vegetal. Para a caça os filhos só acompanham os pais quando já adolescentes a partir de 15 anos.

As mulheres adultas, mães, também trabalham nas atividades de produção, e as crianças quando não as acompanham ficam com os avós. É mais frequente meninos acompanharem o trabalho de produção e meninas o trabalho de consumo, mas o contrário

também acontece, assim como na vida adulta. Ao perguntar para uma mulher como é a relação de trabalho dentro de casa, ela responde:

“[...] não, graças a Deus! Meu marido me ajuda muito dentro de casa, eu to aqui na pia ele chega vai já limpando o peixe, já vai fazendo o fogo [...]”.

A.C., moradora local, 37 anos.

Na fala a mulher deixa clara sua responsabilidade com a casa, e a atuação do marido é entendido como ajuda ao trabalho dela. De acordo com Silva e Portella (2006), o trabalho agrícola das mulheres é concebido como “ajuda” porque é considerado fora de suas atribuições próprias que são as atividades domésticas, mas, por se realizar com frequências diárias, associa-se e quase se confunde com estas. As atividades domésticas realizadas pelos homens são igualmente consideradas “ajuda” por se afastarem de suas atribuições próprias, que são as atividades produtivas. Diferentemente das mulheres, no entanto, os homens só excepcionalmente realizam atividades domésticas, até porque, nas escalas locais de valores, o trabalho feminino vale menos, e é o trabalho masculino que ocupa o lugar de maior importância.

De acordo com Herédia (1979) a relação de oposição entre trabalho de produção e de consumo organiza toda a experiência de vida das unidades familiares. Para a autora os lugares que os diferentes membros ocupam dentro do grupo doméstico estão estreitamente ligados a sua posição com relação às atividades que desenvolvem no trabalho de produção ou de consumo. Sendo assim a inserção de cada membro em qualquer um dos âmbitos varia tanto pelo sexo como pelo ciclo de vida de cada indivíduo.

De acordo com a mesma autora a casa é concebida como o lugar da mulher por excelência. No entanto, por ser o homem, o pai de família, é quem providencia os meios necessários para a existência dos alimentos que serão consumidos na casa. É ele o responsável em última instância pela casa.

Esta afirmativa se comprova em parte no caso das famílias de Espírito Santo. A casa é concebida como o lugar da mulher, no entanto estas mulheres têm um papel também reconhecido nas atividades de produção, e conseqüentemente são responsáveis pela provisão do sustento da família junto com os homens.

Além do que as atividades domésticas, mesmo que não possibilitem a produção de bens, também são consideradas trabalho, contrapondo a análise feita por Herédia (1979) que identificou que estas atividades não eram reconhecidas como tal.

Nas atividades de produção, o extrativismo da mangaba é praticado por mulheres e representa uma das atividades que proporciona a renda para a compra de bens individuais para os membros da família (roupas, sapatos, material de higiene pessoal).

Outra questão a se tratar diz respeito que, para essas famílias o trabalho de produção não existe sem o trabalho doméstico e vice versa. É na casa que os membros da família se alimentam e descansam. As atividades domésticas garantem o preparo dos alimentos e o cuidado com os membros e as necessidades essenciais para a manutenção da força de trabalho familiar.

Em linhas gerais os papéis sociais são claros com o homem sendo considerado o provedor da família responsável pelas atividades de produção. A mulher é provedora no sentido de prover o cuidado e manutenção dos membros, ocorrendo frequentemente ajuda mútua entre estes. Apesar disso a mulher também trabalha nas atividades de produção principalmente no trabalho de extrativismo da mangaba.

Tanto homens como mulheres fazem todos os trabalhos, com exceção da caça que é feita apenas por homens.

4.6 COMÉRCIO E JOGO DO BICHO

O comércio é uma atividade praticada por todas as famílias, que compram e vendem parte dos produtos agrícolas, extrativistas, etc. Neste tópico considero o comércio em si como a atividade econômica, pois é praticado por algumas famílias, inclusive para uma delas é considerado como a principal fonte de renda.

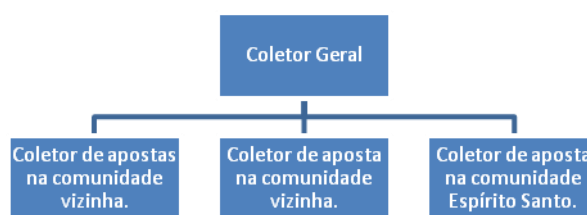
A atividade consiste na compra de produtos, industrializados ou não, fora da comunidade, em grandes mercados na sede do município e a revenda para os moradores na localidade. Duas famílias possuem pequenas vendas de produtos industrializados.

Uma das famílias, além de ser proprietária de um bar ainda trabalha com o jogo do bicho⁴¹. O pai coleta os jogos dos moradores da comunidade Espírito Santo durante o dia, e

⁴¹ O jogo do bicho é uma bolsa de apostas ilegal em animais e foi inventado em 1892 pelo barão João Batista Vianna Drummond, fundador e proprietário do *Jardim Zoológico do Rio de Janeiro*, em Vila Isabel. A fase de intensa especulação financeira e jogatina na bolsa de valores nos primeiros anos da República imprimiu grave crise ao comércio. Para estimular as vendas, os comerciantes instituíram sorteios de brindes. Assim é que, tencionado em aumentar o frequência do zoológico, o barão decidiu estipular um prêmio em dinheiro e sortear uma placa a cada dia. Em cada placa figurava um dos 25 animais de sua propriedade. A partir daí, as placas foram associadas a séries numéricas e o jogo passou a ser praticado largamente, a ponto de transformar a capital

no fim das tardes outro “bicheiro” que mora no município vizinho, Castanhal, PA, visita a comunidade para entregar os resultados do dia anterior e recolher as apostas para o dia seguinte. As apostas são feitas no município vizinho.

Este bicheiro, além de recolher as apostas dos moradores da comunidade Espírito Santo também recolhe de outras comunidades e por isso o trabalho é economicamente viável para os envolvidos. Tem um representante em cada comunidade. O organograma abaixo mostra como funciona a coleta de apostas.



Organograma 1: Rede de coleta de apostas para o jogo do bicho.
Fonte: FERNANDES, 2009.

Cada coletor de apostas da comunidade recolhe as apostas dos apostadores locais e entrega para o coletor geral que é responsável em realizar as apostas que são feitas no município vizinho.

Outra atividade, classificada como comércio é a venda de produtos de forma itinerante, de casa em casa, tanto na comunidade Espírito Santo como nas comunidades vizinhas. O trabalho consiste em vender produtos industrializados (pão, camarão salgado e peixe salgado e fresco). As pessoas entrevistadas chamam esse trabalho de marretar⁴², para essa atividade o comerciante/marreteiro se utiliza, geralmente, de uma bicicleta.

Principalmente três famílias praticam essas atividades, mas apenas uma delas admitiu não ter “*botado roça*” no ano de 2009. Esta é a mesma família que o pai, pratica as atividades do jogo do bicho e de marreteiro, nesse caso específico o comércio é a principal fonte de renda da família. Diferentemente de outros casos onde a atividade de “marretar” é praticada esporadicamente.

Nos dois casos de famílias que possuem um pequeno comércio (bar), quem atende aos clientes são os filhos jovens, homens ou mulheres, assumindo o papel de vendedor. Esse trabalho é considerado leve e qualquer jovem é capaz de fazê-lo. Geralmente eles não ficam

da República (desde 1889) na "capital do jogo do bicho". Assim, nasceu um dos jogos mais democráticos da história do Brasil (WIKIPEDIA, [2010]).

⁴² Marretar também tem outros sentidos, no entanto sempre está relacionado com a comercialização. No capítulo seguinte retomo a questão para os casos da comercialização da mangaba.

no local e sim em suas casas, que ficam próximas. Quando algum cliente aparece, quem estiver disponível em casa vai atendê-lo, diferente de marretar que é uma atividade feita apenas pelo pai da família, por demandar esforço físico, maior responsabilidade com a mercadoria, que em alguns casos é perecível, e o trato com indivíduos estranhos ao convívio comunitário.

Outra família, não incluída na tipologia, identificou a aposentadoria de um dos membros, como fonte de renda mais importante. Esta família é composta por mãe, filha e um primo agregado. A matriarca é uma senhora cuja aposentadoria garante a aquisição dos bens de consumo para todos, além de receber ajuda dos outros filhos, que não moram com ela, quando necessário. A única filha que ainda mora na casa é cega e não desenvolve atividades produtivas, apenas algumas domésticas. O primo, que também foi criado como filho é o único membro da casa que pratica atividades produtivas como o roçado, extrativismo, catação de marisco, além das atividades domésticas. Esta família ainda tem pequenas criações destinadas apenas ao consumo, não comercializadas. Há que se dizer que em todos os arranjos as famílias possuem criação de pequenos animais nos quintais, destinados ao consumo e em poucos casos para a venda.

5 O EXTRATIVISMO DA MANGABA E A AUTONOMIA DA MULHER

No município de Maracanã – PA as extrativistas se autodenominam *apanhadoras de mangaba*, já no Nordeste do Brasil, o grupo se autodenomina *catadoras de mangaba*. Essas classificações estão relacionadas às formas com que essas mulheres coletam o fruto da mangabeira.

No Nordeste brasileiro as mulheres *catam* do chão as mangabas, classificando este fruto como mangaba *de caída* (MOTA et al., 2008b), mas também apanham das árvores classificando o fruto como mangaba *de vez*. As *apanhadoras de mangaba* do local pesquisado tiram o fruto da árvore. No primeiro caso, a mangaba de *caída* é a mais apreciada, considerada mais saborosa pelas extrativistas e consumidores. No segundo caso, as *apanhadoras de mangaba* identificam que a mangaba do chão não é boa para o consumo por considerarem que está em processo de apodrecimento.

A atividade extrativista no Campo da Mangaba não é exclusivamente desenvolvida por mulheres, os homens também a praticam.

Através da observação, identifiquei que a atividade é desenvolvida principalmente por homens e mulheres adultas, em alguns poucos casos acompanhados de crianças. Não há maior inserção do homem ou da mulher na atividade, diferentemente do que mostram os estudos realizados no Nordeste brasileiro, onde a mulher é a principal protagonista. Na comunidade Espírito Santo 64,3% das famílias praticam o extrativismo da mangaba. Neste universo, em 33% dos casos a atividade é desenvolvida apenas por homens, 22% apenas por mulheres e 44% pelo casal.

Do total de famílias que desenvolve a atividade, 60% tem finalidade de comercialização e consumo, 27% objetiva apenas o consumo e 13% não responderam à pergunta. Nas famílias em que a atividade é desenvolvida sem o objetivo de comercialização, são principalmente os jovens e as crianças que a praticam, mas de maneira esporádica.

Apesar de homens e mulheres realizarem o extrativismo da mangaba, minha pesquisa foi direcionada para a atividade da mulher. Quer seja nos casos de famílias em que a mulher se envolve na atividade como a principal responsável ou compartilhando a responsabilidade com o marido, quer seja aquelas em que a força de trabalho da mulher é “administrada” pelo marido.

Neste capítulo analiso 60% do total das famílias entrevistadas, ou seja, aquelas que praticam a atividade de extrativismo da mangaba tanto para o consumo como para a venda.

Decidi por analisar apenas esta porcentagem da amostra, pois são nesses casos que a divisão de trabalho é mais clara e o produto mais importante para a família. Nos outros casos, a atividade é desenvolvida de forma esporádica e apenas no início da safra, quando as árvores mais próximas às casas da comunidade estão repletas de frutos.

5.1 O TRABALHO ENTRE CAMPO E CASA “APANHAR A MANGABA”.

Durante a safra da mangaba, no período de setembro a fevereiro, nos dias em que a mulher vai a campo para apanhar o fruto, a dinâmica do trabalho na casa se adapta ao trabalho extrativista. Nesses dias, a mulher escolhe a comida cujo preparo é mais rápido ou prepara o feijão no dia anterior para conciliar a manhã livre dos afazeres da casa com o trabalho de apanhar a mangaba. Além disso, algumas tarefas de casa são delegadas às filhas, preferencialmente, e também aos filhos. Os meninos ficam responsáveis pelas atividades do quintal e as meninas pelas atividades da cozinha e também da limpeza, objetivando liberar a mãe para a atividade extrativista. Em alguns casos, outras parentas mulheres ficam responsáveis pelo preparo do almoço.

As apanhadoras de mangaba se desdobram para garantir tanto a atividade extrativista quanto a dos afazeres domésticos cotidianos. Uma das mulheres explica como organiza seu tempo durante a safra da mangaba:

“só vou apanhar pela parte da manhã, tinha que chegar pra fazer almoço, as crianças chegavam do colégio o marido do trabalho [...]”

R.M., apanhadora de mangaba, 73 anos

A atividade de coleta é sempre adaptada de acordo com as necessidades particulares de cada família. Nesse sentido, o ciclo de reprodução familiar conta como fator importante para maior ou menor liberdade da mulher para desenvolver essa atividade. As mulheres com filhos na primeira infância estão mais atreladas à casa com tarefas domésticas e, principalmente, de cuidado com as crianças que demandam mais tempo e atenção. As mulheres com filhos adolescentes, jovens e adultos por sua vez, tem menos trabalho doméstico principalmente de cuidado com os filhos.

Em dias de idas a campo a apanhadora acorda cedo, ainda de madrugada, prepara um café da manhã simples e logo sai a caminho do Campo da Mangaba. As mulheres que têm

filhos na escola saem de casa junto com os filhos, ou antes, apenas quando entendem que suas tarefas matinais em casa, como a alimentação da família e preparo dos filhos para escola já estão bem encaminhadas. Uma delas explicou como são os dias de apanhar mangaba:

“Levanto às cinco, faço café e dou de comer as galinhas, lavo alguma louça e encho água quando chego, faço tudo nas pressa, têm os menino que vão pra escola, se eu não fizer, eles não fazem, vão de jejum pra aula. Saio às seis por causa de aproveitar o sol, e agente fica com sede, às dez tô de volta em casa. De tarde minha filha lava a louça e enche água pra mim, uma hora já saio de novo e chego às quatro e meia da tarde, a tarde passa muito rápido”

L.O.C., apanhadora de mangaba, 39 anos.

Apenas em um dos casos que acompanhei, a apanhadora tinha filhos entre quatro e doze anos. Neste caso, a mulher vai a campo com o marido e leva os filhos menores quando estes não estão na escola, e quando estão, ela vai a campo apenas pela manhã.

A mulher mais velha da comunidade informou que desenvolvia as atividades de coleta apenas no período da manhã, quando seus filhos eram pequenos, assim tendo a tarde livre para as tarefas da casa. Atualmente esta mulher não desenvolve mais as atividades devido à idade.

Para a atividade de apanhar a mangaba, a principal variável de maior ou menor autonomia da mulher no trabalho é o ciclo de reprodução e os arranjos familiares.

Em relação ao ciclo de reprodução, quanto maior em idade os filhos, maior a autonomia da mulher para planejar suas idas a campo. A presença de agregados adultos, principalmente do sexo feminino, também colabora para a maior autonomia.

As mulheres com filhos adultos, mesmo que ainda morem juntos, não dependem de liberar os filhos para a escola ou preparar o seu alimento. Na comunidade Espírito Santo, encontrei apenas um caso de mulher adulta morando com os pais, apesar deste arranjo ser esporádico e ocorrer, enquanto o marido estava viajando. Neste caso, a filha toma a maioria das responsabilidades com as tarefas da casa dividindo-as com a mãe, no entanto assumindo a maior parte no trabalho.

Nos casos em que os filhos homens adultos moram com os pais, a mãe ainda fica responsável pelas tarefas domésticas, porém com maior flexibilidade. No caso dos alimentos, por exemplo, a mãe, mesmo que não os prepare, indica ao filho o que deve ser feito. Nesses casos, geralmente, alimentos mais simples de serem preparados. A limpeza da casa e das roupas ainda fica sob a responsabilidade da mãe.

Os dois casos, de mulheres com filhos adultos, demonstram que ela tem mais tempo livre para o trabalho fora da casa se este filho for do sexo feminino.

Quando a família é composta por filhos jovens, a mãe também fica responsável pela maioria do trabalho doméstico, entretanto, durante a safra da mangaba, em dias de apanhar os frutos, ela delega aos filhos e filhas algumas tarefas domésticas mais simples, aumentando seu tempo livre para o trabalho fora.

As mulheres com filhos ainda criança, além de receber ajuda de alguma parenta no trabalho doméstico, também vão a campo apanhar mangaba apenas durante um período do dia, como já descrevi.

Nos casos apresentados acima, o arranjo familiar que mais beneficia a mulher para desenvolver seu trabalho fora da casa é o primeiro, quando uma ou mais filhas adultas ainda moram com os pais. Não diferente de outras regiões da Amazônia, a mulher na comunidade Espírito Santo é a principal responsável pelo trabalho doméstico.

Sobre o trabalho de coleta, as idas a campo sempre são feitas em duplas ou grupos, sendo a primeira formação mais comum. O que determina a escolha da companhia são os laços de parentesco, sendo muito corriqueiro ver sogra e nora indo juntas apanhar mangaba, bem como os casais, marido e mulher, algumas poucas vezes acompanhados pelos filhos.

Não identifiquei nenhuma mulher indo sozinha a campo, pois elas consideram mais seguro irem juntas. Outro fator que fortalece a escolha de ir em companhia de outro, é a troca de conhecimento que ocorre entre as mulheres e os diálogos, conversas que tornam o trabalho mais agradável.

Os homens solteiros, jovens e adultos, pelo contrário, sempre optam por ir sozinhos. É o caso de um rapaz, além de dois irmãos solteiros que frequentam o Campo, praticando o extrativismo, sem companhia um do outro ou de qualquer outra pessoa. Os homens casados vão em companhia de suas esposas, na maioria das vezes.

Em 33% dos casos, as mulheres vão ao Campo da Mangaba acompanhada de outras mulheres. O mesmo número vai a campo junto com dos maridos, e ainda em 33% os casos são de homens que praticam a atividade sem ajuda da mulher.

Por conta da atividade, as apanhadoras se deslocam de 2 a 10 km ou mais dentro do Campo da Mangaba. Geralmente os homens percorrem maiores distâncias com a utilização de uma bicicleta. Das apanhadoras de mangaba adultas, 33% afirmam deslocar-se apenas 2 km para apanhar os frutos, enquanto que 50% afirmam deslocar-se de 2 a 5 km, 8% de 5 a 10 km e outros 8% deslocam-se mais de 10 km.

Os quilômetros percorridos geralmente estão associados à oferta do fruto, de acordo com o período da safra. No início da safra as mangabeiras mais próximas da comunidade Espírito Santo estão em franca produção, como as outras. Com a prática diária de extração os frutos, vão escasseando obrigando assim a apanhadora a procurar locais ainda não visitados.

Além disso, outro fator que influencia a distância percorrida pela apanhadora de mangaba é a escolha individual. Ela geralmente seleciona mais de uma área dentro do Campo da Mangaba que seja de sua preferência, por vários motivos (ser pouco visitada, número de plantas próximas, etc.). Neste caso, a mulher tem essas áreas mapeadas em suas mentes.

Uma dupla de apanhadoras que acompanhei visitou dois lugares em uma ida ao campo, identificados por elas como locais com maior densidade de plantas. Dentro do Campo da Mangaba, as delimitações das áreas cercadas não impedem os homens ou mulheres apanhadoras de entrar para praticar a atividade.

Durante a caminhada da comunidade para a área de preferência das apanhadoras dentro do Campo da Mangaba, as mulheres conversam sobre todo tipo de assunto, trocam conselhos e conhecimento sobre o trabalho além de assuntos pessoais; falam sobre os filhos, o marido, as vizinhas.

Quando eu participei de uma dessas caminhadas, as mulheres falavam entre si, não dando atenção à minha presença nem direcionando o assunto para chamar minha atenção, a não ser quando eu perguntava sobre algum assunto da conversa que me interessava.

Uma das apanhadoras demonstrou certa resistência em aceitar que eu as acompanhasse nas atividades de coleta, falando que eu não daria conta da caminhada e que o sol estava muito forte, o dia muito quente, e as áreas que elas iriam eram mais quentes do que no centro da comunidade.

Acredito que a resistência encontrada por parte dessas mulheres vem do fato de as mesmas acharem seu trabalho pesado não apto a qualquer mulher, principalmente vinda “da cidade”. Elas pareciam entender que as mulheres “da cidade” têm pouca destreza em atividades da roça ou do campo. Além disso, percebi que elas queriam evitar que eu, porventura, as atrapalhasse.

Enfim, percebi que a resistência das mulheres estava mais relacionada à falta de costume e interesse dos visitantes em acompanhá-las nas atividades de trabalho. Acredito também que as mulheres não entenderam muito bem quais os objetivos do meu trabalho, entendendo que pelo fato das suas experiências individuais serem diferentes das minhas no que concernem as atividades de trabalho.

Durante a caminhada, apesar dessa pouca atenção que elas me deram, as conversas me possibilitaram apreender muitos aspectos de parte da vida das famílias de Espírito Santo.

De modo geral, localmente “não há segredos”. No período em que estive lá, e principalmente durante a caminhada para o Campo da Mangaba, passei a perceber a rede de informações (CARDOSO, 2008) que tratava de comentar e opinar sobre a vida das pessoas.

Na vida social do lugar é muito comum esse compartilhamento de segredos. Os segredos pouco existem de fato. O que há são casos não comentados abertamente e sim em baixo tom de voz ou “só” com certos indivíduos específicos. No local o fator que fortalece essa rede de informações são as relações consanguíneas, facilitando o acesso às informações particulares de cada núcleo familiar.

Além de conversar sobre a vida das pessoas no decorrer da caminhada, elas também conversavam de coisas das quais eu não cogitava a possibilidade, o que eu costumo chamar de “o mundo invisível” elas chamam de “os encantados”.

A mulher mais velha me explicou que existem pequenos seres encantados, que habitam o Campo da Mangaba, chamados de “oiaras”, que são como crianças e têm a pele negra.

As apanhadoras identificavam durante a caminhada as pequenas pegadas dos “oiaras” e acreditam que são esses pequenos seres que fazem elas se perderem uma das outras durante a atividade de coleta.

Por exemplo, o termo “ficar mundiado”, chamou minha atenção. “Ficar mundiado” significa se perder, ficar perdido ou estar perdido, “sem norte”. Por exemplo, uma mulher está apanhando mangaba e sua companheira está em outra árvore. Esta mulher passa apanhando mangaba de uma árvore para outra, concentrada apenas nas frutas maduras das árvores, sem dar atenção para o universo fora disso. Então quando ela percebe está muito distante do local que imaginava estar. O período de “cegueira” é denominado por elas como “estar mundiado”. Durante este período as mulheres se perdem no campo ou uma das outras e acusam os “oiaras” como os responsáveis por sua desatenção.

“Outro dia fiquei mundiada e fui parar perto do igapó, me perdi da velha Maria e voltei sozinha prá casa”.

L.O., apanhadora de mangaba, 39 anos

“Os oiaras gostam de bater nos bebum que andam pela estrada, vem assim no finzinho da tarde, eles pegam e dão uma surra de cipó.”

M.I., apanhadora de mangaba, 67 anos

As mulheres estabelecem regras para tratar o *mundo invisível*. Segundo elas “os encantados” vivem no subterrâneo da terra e saem nos horários de meio dia e 18 horas, não são em sua natureza maus ou bons, mas é necessário ter respeito para não ser mal-tratado por eles.

Os horários de aparecimento dos encantados coincidem com as horas do dia em que as apanhadoras já estão trabalhando a, no mínimo, quatro horas o que as faz mais vulneráveis ao cansaço e a desatenção. Ossami e Moura (1996) identificam que cada sociedade tem sua própria representação da natureza e esta representação está alicerçada principalmente na cultura. No entanto, nesta pesquisa não investiguei estes aspectos.

Depois de muita conversa e aproximadamente 3 km de caminhada, ao chegar no local de preferência para a coleta, cada mulher vai para uma planta para não misturar os frutos de uma e de outra, do mesmo modo como observado por Mota (2008a) para as mulheres *catadoras de mangaba* do Nordeste brasileiro.

A *apanhadora de mangaba* usa as mãos para apanhar os frutos que estão ao alcance e estes são colocados diretamente na cesta. Para os frutos que estão mais altos, elas utilizam o gancho, para puxá-los. Eles caem no chão, e depois as apanhadoras os catam e colocam na cesta.

Os utensílios utilizados para a atividade resumem-se a uma cesta de tala de guarumã (*Ischnosiphon arouma* Koern), que é forrada com folhas da vegetação encontrada a caminho do Campo da Mangaba, e um gancho preso a uma longa vara de madeira que as mulheres levam de suas casas para auxiliá-las na coleta dos frutos das árvores mais altas. Poucas mulheres adultas sobem nas árvores para apanhar os frutos sendo mais comum que homens adultos e jovens e crianças dos dois sexos façam isso.

Segundo elas existem muitas variedades da mangabeira, assim sendo não é o tamanho ou a cor que diferencia os frutos maduros dos ainda em estágio de amadurecimento. O que as apanhadoras identificam como diferencial é o brilho do fruto, quanto mais maduro mais brilhoso e viçoso. Os frutos que não estão maduros têm aparência opaca.

Como já descrevi, as apanhadoras escolhem mais de um local dentro do Campo para apanhar o fruto no mesmo dia. Durante a atividade elas se deslocam dentro do Campo de duas a três vezes. Param no primeiro local, visitam as árvores dos arredores e, quando consideram já ter apanhado a maioria dos frutos se deslocam para o segundo local e talvez um terceiro. Esses pequenos deslocamentos variam de 500 metros a 2,5 km.

Durante a atividade de apanhar as mulheres se comunicam por gritos e assobios, quando percebem que estão distantes umas das outras, para evitar de ficarem “mundiadas”.

A volta para casa não se diferencia da ida, a não ser pelas cestas cheias de mangaba que são geralmente carregadas na cabeça (ver figura 31). Quanto aos homens, eles sempre carregam os cestos nas costas (ver foto 30) ou trazem na bicicleta.

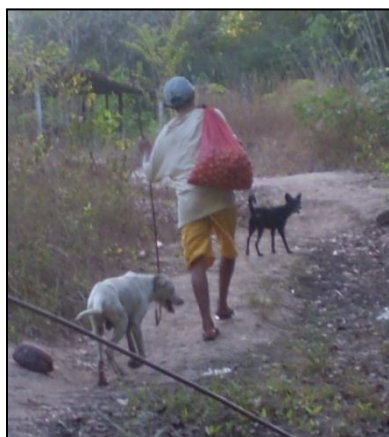


Foto 30: Homem retornando da coleta de mangaba
Foto FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, Nov. 2009



Foto 31: Apanhadora de mangaba voltando para casa após a coleta.
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, Nov. 2009.

Para coletar a mangaba as apanhadoras permanecem em campo durante toda a manhã e, retornam para casa ao meio dia para almoçar, deixando em casa os frutos colhidos. À tarde elas voltam a campo entre 13h e 13h30 para retomar o trabalho e no fim da tarde entre 16h30 e 17h retornam para casa.

A maioria das extrativistas mantém esse ritmo de trabalho de segunda a quarta-feira durante toda a safra da mangaba, exceto as que têm filhos entre quatro e sete anos. Estas vão a campo apenas em um período do dia, que coincide com a permanência do filho na escola.

Os outros dias da semana são reservados para o beneficiamento e comercialização do fruto. Geralmente, às quintas faz-se o beneficiamento e aos sábados a comercialização, na feira da sede do município, em municípios vizinhos ou na capital.

A apanhadora que pratica a atividade sozinha conduz e planeja o trabalho de coleta (quantidade de frutos, horas trabalhadas, etc.) sem a interferência do marido. Em um terço dos casos em que a apanhadora desenvolve a atividade junto com o marido é ele quem administra a atividade, e, em dois terços dos casos o casal divide as tarefas. No entanto o planejamento das mesmas é feito com maior frequência pelo homem, havendo um grau de hierarquia entre o casal que beneficia a autoridade masculina.



Foto 32: Casal voltando para casa depois de uma coleta de mangaba.
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, Nov, 09.

Nesse sentido analiso a autonomia da mulher no trabalho de coleta através de dois aspectos. Primeiro: a dupla jornada de trabalho, a partir do pressuposto de que para realizar as atividades de coleta a mulher teria primeiro que dar conta das tarefas de casa e cuidados com a família. Nesse sentido, apesar de a mulher delegar parte do trabalho doméstico a filhos e outras mulheres, geralmente parentas, ela ainda fica responsável pela maioria do trabalho doméstico.

O segundo foco está relacionado à análise sobre a iniciativa e autodeterminação para o trabalho. Em todos os casos em que a mulher pratica a atividade apenas em 33% ela esteve tutelada pelo marido, e em 66% da amostra a mulher desenvolve e planeja a atividade.

O que diferencia essas mulheres entre si, além dos arranjos e ciclo de reprodução familiar, é a decisão individual de cada uma, pois existem casos de mulheres com famílias de arranjos e ciclos de reprodução semelhantes que têm posturas diferentes no trabalho. Em um dos casos, o marido organiza o trabalho, incluindo a mão de obra da mulher, e no outro caso quem organiza é a própria mulher.

5.2 AS ATIVIDADES DE BENEFICIAMENTO DA FRUTA: A ARTE DE “EMPALHAR”

As apanhadoras e os moradores da comunidade Espírito Santo em geral, usam o termo “empalhar” para indicar o beneficiamento do fruto. Empalhar significa limpar e embalar as mangabas em pequenos paneiros⁴³ forrados com folhas para então serem comercializadas.

O ato de *empalhar* tem duas funções. A principal é abafar a fruta durante dois dias, aproximadamente, para amadurecer. A segunda é facilitar o seu transporte.

Identifiquei na comunidade duas maneiras diferentes de beneficiar as frutas: uma, onde a apanhadora *empalha* os frutos em paneirinhos e assim os comercializa (*in natura*), e a segunda é a comercialização do fruto na forma de polpa. Apenas uma família a pratica, e o principal responsável pela atividade é o homem.

Para os dois casos de beneficiamento, o fruto é *empalhado* em pequenos ou grandes cestos feitos de talos, (ou talas, como usado localmente) de guarumã.

Para *empalhar* a apanhadora de mangaba precisa das folhas e talas da palmeira guarumã. As talas da haste caulinar da planta são usadas para confecção dos paneiros e as folhas para revestir os mesmos. A planta do guarumã é encontrada nas áreas de manguezal. Tanto homens quanto mulheres, jovens e crianças praticam a extração do guarumã.

A atividade de extração do guarumã não é considerada pesada pela população local, no entanto a apanhadora, na maioria das vezes, negocia com um dos filhos ou com o marido para que este faça a extração já que ela estará ocupada com a coleta da mangaba. Também encontrei casos de mulheres que praticavam a atividade de *apanhar* durante os dois períodos do dia e retornam do campo algumas horas mais cedo, no período da tarde para aproveitar a luz do sol e extrair o guarumã. O manguezal é próximo à comunidade o que facilita o trabalho. As mulheres demoram em média de duas a três horas por semana na extração do guarumã.

Como descrevi acima, algumas vezes um filho ou o marido se responsabiliza em extrair a planta, enquanto a mulher fica responsável em confeccionar os paneiros, chamado por eles de *paneirinhos* (figura 33) para identificar o tamanho dos paneiros utilizados para embalar as frutas de mangaba.

⁴³ Cestas artesanais feitas com tala de guarumã.



Fotos 33: Paneirinho de guarumã.

Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, nov.09

Sobre os arranjos que ocorrem dentro das famílias para que as atividades sejam realizadas, encontrei um casal que desenvolve a atividade de “apanhar” separadamente. Então cada um tem a sua quantidade de frutas coletadas durante a semana. Para “empalhar” o homem fica responsável em extrair o guarumã e confeccionar os paneirinhos para os dois, e a mulher se responsabiliza em limpar e embalar tanto os frutos dela como os do marido.

O marido coleta o guarumã e entrega os paneirinhos prontos para a mulher. No entanto ele não confecciona sozinho, podendo contratar outro homem ou mulher para ajudá-lo, entregando a este toda a matéria prima necessária. O valor médio de um paneirinho é 25 centavos, neste caso, provavelmente o valor unitário ficou menor que a média, já que não foi necessário o artesão extrair a matéria prima no manguezal.

Nesse exemplo, a mulher descreve que a atividade de produção do paneirinho ocupa muito tempo por isso prefere que seu marido se responsabilize. No caso, a mulher paga trabalho com trabalho, pois o marido trabalha na extração do guarumã, e ela no *empalhamento* da mangaba, tanto a que ela coletou quanto a dele.

Esse arranjo dá à mulher a autonomia de controlar o que é sua produção e o que é do marido, arrumando os paneirinhos com as mangabas separadamente, e também decidir a quantidade de fruto por paneiro, como ela explica:

“eu gosto de encher até passar da boca, meu marido diz que é muito, mas eu gosto do paneirinho bem servido [...] quem vai querer comprar paneirinho miúdo né.”

L. O., apanhadora de mangaba, 39 anos.

A mulher informou que o marido reclama, pois preferia que ela colocasse uma menor quantidade de frutas por paneirinho, mas ela discorda e continua enchendo o paneirinho na

medida em que considera adequado. Nesse caso, o controle sobre a atividade de beneficiamento é dela, mesmo quando *empalha* as frutas que o marido apanhou é ela quem decide como vai ser o processo e o resultado final.

Dentro da comunidade Espírito Santo a comercialização dos paneirinhos é muito comum. Jovens, crianças e adultos os fabricam para usar, vender ou negociar com as apanhadoras. Identifiquei duas formas: na primeira, o comprador encomenda do artesão os paneiros, o artesão fica responsável tanto por extrair o guarumã como confecciona os paneiros. No segundo arranjo, o comprador encomenda os paneirinhos e entrega a matéria prima para o artesão.

Entretanto, como descrevi, também há casos em que a mulher pratica a extração do guarumã e a fabricação do paneirinho sozinha. Uma das informantes declarou que a fabricação do paneirinho demora e é trabalhosa e, por isso a maioria das apanhadoras não trança paneiros para venda, nem para o próprio marido. A apanhadora trança no máximo os paneiros que darão conta de sua própria produção.

Além da fabricação do paneirinho, o trabalho de beneficiamento, *empalhar* a mangaba, começa na seleção e lavagem dos frutos. Esta primeira etapa é feita pela mulher com a ajuda dos filhos principalmente. Os homens também desenvolvem essa tarefa nos casos em que são eles os responsáveis pela atividade na família.

Os frutos são selecionados um a um, tirando os muito maduros para o consumo de casa, e os apodrecidos, para descarte. Neste momento a apanhadora destaca o pedúnculo do fruto, que libera o látex. Somente nessa hora o pedúnculo é retirado para evitar que o látex ajude no acúmulo de sujeira nos frutos durante o período que ficam reservados nas cestas. O látex funciona como uma cola, quando retirado em outro momento o fruto fica coberto por sujeira presas ao látex.

Depois de os frutos selecionados e do pedúnculo destacado, são depositados em um recipiente cheio d'água para a limpeza. Em seguida, são colocados em um grande paneiro forrado com folhas, e conservado à sombra para secar naturalmente com o vento. As frutas permanecem no paneiro por aproximadamente três horas.

Depois de secos, os frutos são embalados nos *paneirinhos* forrados com três folhas de guarumã até ultrapassar o tamanho do paneiro. As folhas seguram os frutos excedentes. Por último, as folhas são fechadas e amarradas com uma corda ou cipó (Ver fotos 34, 35 e 36).



Foto 34: Lavando os frutos
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de nov.09



Foto 35: “Empalhando” os frutos (a)
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, nov.09



Foto 36: “Empalhando” os frutos (b)
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, nov.09

O fruto fica “*empalhado*” aproximadamente dois dias para amadurecer por completo. O período também depende de quão maduro o fruto estava na hora em que foi empalhado. Geralmente, as apanhadoras de mangaba selecionam os frutos que estavam próximos em maturação para serem empalhados num mesmo *paneirinho*. Depois desse período de amadurecimento a mangaba é comercializada.

Outra maneira de beneficiamento da mangaba é a transformação do fruto em polpa, este tipo de beneficiamento é feito apenas por uma família na comunidade.

A retirada da polpa do fruto é parecida com o primeiro processo, descrito acima, com algumas adaptações.

A diferença é que os frutos são *empalhados* em um grande paneiro também feito com tala de guarumã, forrado com folhas desta palmeira. Os frutos permanecem abafados no paneiro, amadurecendo. Quando maduros o homem faz a extração da polpa com um crivo também trançado com tala de guarumã (ver figura 37), pegando os frutos maduros e amassando-os em cima do crivo separando assim a polpa e as pequenas sementes da fruta. Esta polpa é embalada em sacos de 1 kg.

Neste caso o empalhamento dos frutos é feito pelo homem com a colaboração da mulher.

O processo de despolar é feito horas antes da comercialização, para garantir o frescor e qualidade da polpa, por isso os dias de despolar também são dias de venda.

O casal acorda às quatro horas da manhã para despolar e embalar o produto. A mulher prepara um café enquanto o homem abre o paneiro e começa o processo de despolar (figura 37), quando toda a polpa já foi separada da semente a mulher ajuda o marido a

embalar nos sacos (figura 38), em seguida o homem, sai para comercializá-la, às seis da manhã, na sede do município ou nos municípios vizinhos.

Esta família além de vender a polpa da mangaba também vende o fruto *in natura* nos paneirinhos.



Foto 37: Processo de despolpa
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, nov.09



Foto 38: Casal armazenando a polpa
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, nov.09

A atividade de empalhar é feita em 44% dos casos por homens e mulheres juntos, na qual cada um fica responsável por uma parte do trabalho. Além do arranjo descrito, outros também ocorrem. Há casos em que o casal trança os paneirinhos e também empalha os frutos juntos. No entanto, em 22% dos casos a mulher realiza a atividade sozinha, podendo ela mesma ir ao manguezal extrair o guarumã. Nestes casos são as apanhadoras que trançam os seus paneiros. Ainda há 33% dos casos em que os homens são os principais responsáveis pela atividade, nesses casos a mulher e os filhos ajudam no beneficiamento da fruta.

As atividades de beneficiamento são feitas dentro e nos arredores da casa, geralmente no quintal e na cozinha. É realizada de forma descontraída, podendo ser interrompida a qualquer momento. A atividade de empalhar, na maioria das vezes é adaptada às atividades da casa e de cuidado com os filhos.

As apanhadoras preferem realizar a tarefa durante as tardes, logo após o almoço, pois durante a manhã o trabalho doméstico ocupa todo o tempo delas, principalmente o preparo dos alimentos do dia. Dependendo da quantidade de frutas o trabalho pode seguir-se até o fim da tarde e início da noite.

Considero que, igualmente ao trabalho de apanhar mangaba, em todos os casos em que a mulher pratica a atividade apenas em 33% ela esteve tutelada pelo marido, e em 66% da amostra a mulher desenvolve e planeja a atividade com autonomia sobre seu trabalho.

5.3 COMERCIALIZAÇÃO DA MANGABA “MARRETAR”.

O sentido dado para “*marretar*” neste caso é o ato de vender a mangaba, ir para as feiras da sede do município, de municípios vizinhos ou para capital do estado, Belém e região metropolitana. Marretar tem o mesmo significado que vender, comercializar, negociar, trocar o produto vegetal por recursos financeiros.

Para transportar a mangaba a apanhadora arruma os paneirinhos em uma grande caixa de papelão ou de isopor ou mesmo em um grande panelo. No caso da polpa, ela sempre é transportada em caixas de isopor.



Foto 39: Polpa embalada para transporte.
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, nov.09



Foto 40: Paneirinhos embalados para transporte.
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa de campo, nov.09

Para se transportar da comunidade Espírito Santo até suas áreas de preferência a/o *marreteira/o* utiliza ônibus, barco ou bicicleta, dependendo do local escolhido para a venda.

O deslocamento da comunidade à sede do município é feito através de um ônibus municipal que faz esse percurso diariamente. Para tanto a catadora de mangaba acorda às cinco horas da manhã para pegar o ônibus que passa na estrada próxima à comunidade às seis horas.

Este ônibus não tem bagageiro, logo os volumes dividem lugar com os passageiros. Depois de vinte minutos de viagem, chega-se à última parada, localizada em uma das comunidades à beira mar. De lá, os passageiros embarcam em um barco que os está esperando para transportá-los até a sede municipal. O traslado demora de 20 a 40 minutos. Quanto às cargas, elas geralmente são alocadas no teto dos barcos



Foto 41: Transporte.
Fonte: FERNANDES, Thiara,
pesquisa de campo, nov.09



Foto 42: Mulher a caminho da
feira.
Fonte: FERNANDES, Thiara,
pesquisa de campo, nov.09



Foto 43: Chegada na feira de
Maracanã.
Fonte: FERNANDES, Thiara, pesquisa
de campo, nov.09

Outra forma de transporte utilizada pelos moradores de Espírito Santo são as bicicletas, podendo-se fazer o trajeto da comunidade Espírito Santo até beira mar, e junto com os passageiros do ônibus, também tomam o barco para ser transportado à sede do município. Identifiquei apenas homens que fazem este trajeto de bicicleta. A bicicleta, nesse caso, também é transportada no barco, junto às mercadorias. Na imagem 43 pode-se ver bicicletas, paneiros de mangaba, garrafas, sacolas e sacos sendo transportados em cima dos barcos.

Um dos entrevistados informou que prefere fazer o trajeto de bicicleta, pois ao chegar à sede do município, ele tem maior facilidade de se transportar, podendo vender a mangaba não apenas na feira, mas também em outros lugares da cidade (restaurantes, lanchonetes, etc.). Este mesmo informante declarou já ter se deslocado até o município vizinho de bicicleta para vender mangaba.

Para comercializar a mangaba em Belém ou nos municípios vizinhos a Maracanã, o transporte mais comumente usado é o ônibus. Nesse caso intermunicipal, que oferece maior conforto aos passageiros. A principal diferença, além das cadeiras estofadas são os maleiros

para a carga, que não divide assim o lugar com os passageiros como no primeiro caso, e, não é necessário pagar frete ao motorista pelo transporte de grandes volumes.

O ônibus passa pela estrada de acesso à comunidade Espírito Santo às 4h da manhã, em direção a Belém, chegando a seu destino às 8h. no retorno, o ônibus sai ao meio dia de Belém, passando pela comunidade Espírito Santo às 16h.

O homem ou a mulher que sai da comunidade para marretar a mangaba pode chegar à feira que se destinou e vender para um feirante toda a produção de uma só vez ou para os consumidores finais.

A venda direta para o feirante é mais comumente praticada, principalmente na sede do município, apesar de ser menos lucrativa. O valor de um paneirinho de mangaba vendido ao consumidor fica entre R\$ 1,50 a 2,00, para o feirante fica entre R\$ 1,00 a 1,50.

A depender da necessidade torna-se melhor um caso ou o outro. Quando a mangaba é vendida para o consumidor final, pode-se obter maior lucro. Entretanto é necessário permanecer uma manhã inteira nesta tarefa e ainda corre-se o risco de não vender todos os paneirinhos.

Além disso, vender ao feirante é mais seguro. Vende-se toda a produção de uma vez. Esperar o consumidor final, pelo contrário, é inseguro, pois assim como se pode vender toda a produção em uma manhã, há dias em que se vende muito pouco, estragando grandes quantidades, além do trabalho e tempo desperdiçados.

Quando a mulher ou homem têm outras tarefas para cumprir na cidade é mais interessante pra ela vender direto ao feirante.

A mulher ou o homem, quando vão à sede do município *marretar* mangaba, aproveitam a viagem para comprar a despesa da casa e outros produtos que não são vendidos na comunidade ou quando vendidos sempre são mais caros. Assim, para a apanhadora ou seu marido, ir na sede do município ou em outros municípios para marretar é muito comum que também tenham outros afazeres ou mesmo que utilizem o dinheiro recebido com a venda da mangaba para fazer compras, pagar contas, etc.

Além disso, meio dia é o ultimo horário em que o barco faz o trajeto até a comunidade beira mar, onde se pega o ônibus para voltar a Espírito Santo. Logo, se a apanhadora não pretende dormir na sede do município, ela tem que cumprir seus afazeres durante a manhã e voltar para o almoço em sua casa na comunidade.

No caso de um homem que prefere a bicicleta em detrimento do ônibus, este raramente vende sua produção ao feirante, pois sempre tem encomendas de lanchonetes e restaurantes, entregando direto nesses estabelecimentos.

A maioria das mulheres e homens que comercializa na capital do estado ou em municípios vizinhos, também tem preferência pela venda direta ao feirante.

Em relação aos arranjos familiares para desenvolver o trabalho do extrativismo da mangaba, identifiquei quatro possibilidades, estruturando assim uma tipologia de acordo com os diferentes casos encontrados (tabela1).

Tabela 1: Tipologia da divisão de trabalho relacionada às atividades do extrativismo da mangaba na Comunidade Espírito Santo, Maracanã, PA.

Tipos	Apanhar	Empalhar	Marretar	Quantidade
1	Separados	Juntos	Homem	1
2	Juntos	Juntos	Alternam	3
3	Mulher	Mulher	Mulher	2
4	Homem	Homem	Homem	3

Fonte: Fernandes, 2010, sistematização de pesquisa de campo.

No **tipo 1** o casal extrativista realiza as atividades de coleta separadamente e divide as tarefas ligadas ao beneficiamento, enquanto que apenas o homem pratica a comercialização. A família que compõem esse primeiro arranjo é constituída por pais com filhos adolescentes e jovens. O casal nesse arranjo tem cinco filhos.

De acordo com o informante, mesmo sendo o homem a comercializar toda a produção do casal ele sempre entrega à esposa o valor em dinheiro obtido com a venda da parte dela da produção. Os dois usam o dinheiro de formas diferentes. Ele comprando os mantimentos da semana para a casa e também roupas e calçados para a esposa e os filhos. Durante a safra da mangaba o poder de consumo das famílias extrativistas aumenta, proporcionando assim a compra de produtos além daqueles de primeira necessidade (alimentação básica).

A mulher, geralmente guarda parte de seu dinheiro para se prevenir de eventualidades durante o decorrer do ano, principalmente relacionadas à saúde dela, dos filhos e também do marido. Esse dinheiro guardado também é usado nas viagens que ela pode fazer durante o ano, para as comunidades vizinhas ou outros municípios. Além disso, a mulher também compra milho e farelo de milho para alimentar as galinhas.

Na comunidade Espírito Santo, a criação de galinha caipira é uma atividade prioritariamente de mulheres. A safra da mangaba também coincide com um período que o milho já foi colhido nas roças, e as reservas que foram guardadas já estão completamente esgotadas.

A colheita do milho seco é feita em maio, a maioria das famílias de Espírito Santo possuem pequenas áreas de roça. Logo, a produção de milho geralmente não é o suficiente

para garantir a alimentação da criação de animais no decorrer do ano. Uma dessas mulheres dá seu depoimento.

“a despesa [da casa] é do marido, ele compra roupa e calçado pra mim e pros filho. Quando tem mais, pode até tirar alguma coisa na loja, vamo apanhar mangaba pra comprar um colchão pra cama esse ano. Já tem gente vendendo, ele vai vender a dele e leva a minha, quanto ele faz na minha, ele me dá, ele me dá todo o dinheiro das minha, e das dele, ele compra coisa pra casa. Eu gosto sempre de guardar um pouquinho porque quando a gente adoce, aqui é interior! [...] sempre quem vai com os filho [para a sede do município ou a capital do estado em caso de doença] sou eu, ele me dá, mas eu gosto de ter também, é bom ter o nosso dinheirinho! Ele nem sabe que eu tenho. Queria que ele botasse roça pra plantar milho pra minhas galinha, nós vamo plantar mandioca e milho, a roça é só pra gente comer, a gente planta só pra comer, quando a gente tem o roçado a gente faz.[...] eu pra ajuntar o bacuri, só se cair aqui no terreiro, quando dá certo ele [marido] ajunta o bacuri, é mais no tempo da mangaba que a gente vai tirando nosso paneirinho e a gente defende, no tempo da mangaba a gente ajuda em casa, porque se quer alguma coisa compra, se não fosse frete e passagem era melhor. Do ano passado [2009] até julho eu ainda tinha [dinheiro da venda da mangaba], em julho eu gastei, fui no Bom Jardim [comunidade vizinha, onde mora sua família, pai, mãe e irmãos]”

L.O.C., apanhadora de mangaba, 39 anos.

No depoimento a *apanhadora de mangaba* relata como é feita a divisão de dinheiro entre o casal e como este é usado por eles. O homem geralmente não guarda dinheiro, pois usa a maioria com as despesas com a família. A família dessa apanhadora nem sempre *bota roça* porque nem ela, nem seu marido têm uma área para isso. No fim do ano de 2010 o marido estava negociando com outro morador da comunidade para que esse cedesse *um pedaço* de suas terras para que a família iniciasse o plantio em 2011.

No caso do **tipo 1** entendo que a mulher tem autonomia tanto no aspecto do uso de sua força de trabalho quanto no uso da renda gerada, pois apesar de não desenvolver a atividade de *marretar* ela tem direito e domínio dos recursos gerados com sua força de trabalho.

No **tipo 2**, o casal desenvolve as atividades de extrativismo e beneficiamento juntos, e a comercialização é alternada, feita pelo casal, juntos ou separadamente. Nesse arranjo cabe também semanas em que só a mulher apanhou mangaba, portanto só ela vai vender e vice-versa. As famílias que compõem esse arranjo são constituídas pelos pais com filhos em todas as idades. Cada casal possui de três a cinco filhos.

Quando apenas um vai a feira *marretar*, tanto homem quanto mulher vende toda a produção do casal sozinho. Quando juntos eles dividem o trabalho, que consiste principalmente em carregar e transportar os cestos e oferecer os frutos.

A venda é feita por um dos indivíduos, pois se torna oneroso pagar o transporte para o casal. Apenas em duas situações o casal vai à feira comercializar o produto junto, quando a produção é muito grande e compensa a ida dos dois ou por necessidade, doença na família, visitar parente, etc.. Nesse último caso o dinheiro ganho com a venda da mangaba também é gasto com as despesas da viagem.

Esses casais *marretam* a mangaba, nas feiras da região metropolitana de Belém, na feira de Marituba, e também na sede do município de Maracanã.

Das apanhadoras deste arranjo apenas uma delas se desloca até a capital, sozinha ou na companhia do marido, para vender a fruta. Nos outros casos são os homens que fazem a viagem e a venda na capital enquanto as mulheres vão apenas até a sede do município.

Esta mulher, que se desloca até a capital, é ex-moradora de Marituba, tendo contato com os feirantes, além do que parte de sua família continua morando na região facilitando assim sua estadia no local.

O dinheiro provindo desta comercialização é usado para despesa da casa e o excedente para a compra de roupas e calçados. Nesse caso quem se desloca até a feira para vender a mangaba também é responsável pelas compras da *despesa* da casa, usando o dinheiro das vendas, “*entra tudo no bolo da casa*” (B.C.D., *apanhadora de mangaba, 45 anos*).

Não há a divisão do dinheiro, como no primeiro caso. No entanto, antes da venda, seja ela realizada pelo homem ou pela mulher, os dois conversam e decidem como será usado o dinheiro. Os casais com filhos, durante cada semana de venda favorecem um ou dois filhos (compra de roupas, sapatos, material escolar, etc.). Assim no final da safra da mangaba todos os filhos foram beneficiados.

Além disso, em um dos casos desse arranjo o homem estipula um valor para comprar cerveja ou cachaça. No entanto em todos os arranjos da tipologia o homem é o último a ser beneficiado com roupas e calçados. A informante se refere aos gastos pessoais dela, roupas e produtos de higiene pessoal.

“[...] eu mais que decido do que meu marido [como usar o dinheiro das vendas da mangaba], a gente gasta com a casa, mas a mulher tem mais coisa pra comprar que o homem, às vezes ele pega um dinheiro pra tomar cerveja”

B.C.D., apanhadora de mangaba, 45 anos.

Não consegui observar em que momento a mulher se diverte ou fica ociosa. Os homens bebem durante as tardes, riem, brincam e jogam bilhar.

O que pude observar é que apenas os homens usam o dinheiro da venda da mangaba para diversão e ócio em uma das famílias desse arranjo. E, diferentemente do que identificado por Motta-Maués (1993), o fato é observado geralmente nas famílias com filhos adultos, que não moram junto com os pais. Nesse caso, as despesas com alimentação e roupas são menores se comparadas às famílias com filhos crianças, adolescentes e jovens, que ainda requerem uma grande quantidade de investimento dos pais.

Nesse casal, apesar do homem ter parte de seu dinheiro destinado a bebidas alcoólicas, a mulher tem maior poder na tomada de decisão. Nesse caso não é conflituoso o fato de o marido tomar cerveja, no entanto, em festas, a mulher sempre o acompanha.

Nas outras duas famílias que compõem o tipo 2, apesar do homem não usar o dinheiro da venda da mangaba para o ócio e diversão particular, a mulher tem relativo poder de decisão no seu uso. As mulheres nesse caso só vão às feiras nas localidades mais próximas, sede do município, e com menor frequência que os maridos. Essas são as famílias compostas pelo casal com filhos na primeira infância e também adolescentes. Uma das mulheres desse grupo me declarou qual sua noção sobre o trabalho de extrativismo da mangaba:

“Mangaba é devagar, o preço é baixo, muito trabalho pra pouco dinheiro, dá mais trabalho a mangaba que o açaí e o bacuri. [...] Vou comprar milho do tio Tomé com o dinheiro da mangaba.”

I.L.M., apanhadora de mangaba, 29 anos.

Apesar da insatisfação declarada pela apanhadora, ela, assim como a apanhadora de mangaba do tipo 1, utiliza o dinheiro para comprar alimento para a criação de galinhas caipiras, que é uma atividade produtiva gerida por ela durante todo o ano.

Essa é uma das mulheres que considero não ter autonomia em seu trabalho de apanhadora de mangaba. Em seu depoimento podemos observar que até mesmo a relação que ela tem com o trabalho não é satisfatória, diferentemente das apanhadoras que trabalham com autonomia e compreendem que a safra da mangaba é o período de maior acesso a recurso financeiro durante o ano.

No tipo 2 o ciclo de reprodução familiar influencia significativamente na maior ou menor autonomia da mulher. As mulheres com filhos, crianças e jovens permanecem mais tempo em casa, vão às feiras com menor frequência que os homens, e, apesar do dinheiro da

venda da mangaba ser usado de acordo com a decisão do casal, é o homem que tem maior poder de decisão sobre o mesmo em duas famílias do tipo 2.

O que pude perceber é que essas mulheres não cedem o maior poder ao homem por permitir que este faça apenas o que lhe agrada, mas porque confiam que ele aja em conformidade ao que seja “melhor” para a família.

O **tipo 3** é composto pelas apanhadoras de mangaba que desenvolvem todas as atividades, *apanhar, empalhar e marretar*, sem o envolvimento do marido. Esse grupo é representado por duas mulheres. As famílias nesse caso são compostas pelos pais com filhos tanto na idade adulta quanto jovens e crianças. Estas apanhadoras de mangaba fazem todo o processo extrativista, incluindo o trabalho de extração do guarumã no manguezal e a fabricação dos paneirinhos.

A comercialização é realizada apenas na feira da sede do município. As mulheres sempre decidem por vender a mangaba aos feirantes, usando seu dinheiro nos mercados locais e retornando para casa na comunidade.

Nas famílias em que a apanhadora tem filhos em idade adulta, que ainda não constituíram família, ela sempre opta por garantir a alimentação de todos da família, usando o dinheiro da venda das mangabas nas despesas da casa. Além disso, compra roupas e sapatos para ela própria e, se tiver filhos crianças, jovens ou adolescentes, compra roupas e sapatos também para eles.

Em um dos casos uma mulher com filhos adultos que, assim como ela, desenvolvem atividades produtivas, inclusive o extrativismo da mangaba, quando questionada em que gastava o dinheiro obtido com a venda das mangabas, declarou:

“[...] compra o de comer e quando dá uma roupinha. [...] O meu filho compra roupa e calçado.”

M.I.S., apanhadora de mangaba, 69 anos.

Nesses casos os filhos adultos não costumam priorizar a compra de alimentação para a família. No entanto, fazem atividades produtivas que a mãe não faz, como pescar e caçar, abastecendo a casa com peixe durante um curto período do ano, três meses, e esporadicamente caçando algum animal na floresta. Estes também costumam usar seu dinheiro na compra de bebidas alcoólicas e proporcionam alguns encontros no quintal da casa, onde outros homens comparecem e trazem suas bebidas. Neste caso eles podem passar até dois dias bebendo e comendo, às vezes uma caça ou um peixe, preparado por eles mesmos no quintal.

Nessa família, com filhos adultos que descrevo acima, os pais são separados, e a mãe não casou novamente. Como informei anteriormente, todos praticam o extrativismo da mangaba, mas separados uns dos outros. Os filhos costumam apanhar mangaba sozinhos, e a mãe sempre vai com outra mulher que é sua parenta. Tanto para o beneficiamento como para a comercialização, ela não recebe ajuda dos filhos. No entanto, também é ela que organiza o trabalho na roça e decide o que vai ser plantado, em que quantidade, e quando vai ser colhido.

Em outro caso, ainda no **tipo 3**, uma mulher que tem filhos na primeira infância realiza o seu trabalho de coleta apenas durante as manhãs, como já descrevi anteriormente. Como nos outros casos, o beneficiamento é feito no quintal da casa, e uma vez por semana ela vai à sede do município para vender a mangaba.

Nessa família o homem é o provedor, no sentido da compra de produtos alimentícios, *despesas da casa* como dizem na comunidade. A mulher, por sua vez usa o dinheiro da venda das mangabas conforme sua decisão individual. Contudo ela sempre decide por uma compra que beneficia a toda a família, além de comprar coisas para seu uso pessoal incluindo roupas.

Algumas vezes a apanhadora também compra bens duráveis como uma ferramenta para o trabalho ou um eletrodoméstico para a casa. A compra de bens duráveis é feita com o acúmulo semanal dos recursos ganhos, ou através de crédito nas lojas.

Esta apanhadora de mangaba explica como ela costuma usar o dinheiro obtido com a venda da fruta. No depoimento a mulher declara que o dinheiro obtido com a venda da mangaba proporciona a ela maior independência, mesmo que ela use o recurso para a compra da despesa da casa e cuidado com os filhos.

“O dinheiro é meu, às vez compro alguma coisa, ajudo alguma coisa em casa, [...] e pros pequeno também, roupinha pra eles, sandália, o leitinho deles, e pra mim compro sandália, uma roupinha. É sempre bom ter o nosso dinheirinho né? Deus o livre, independente de marido né?”

R.M., apanhadora de mangaba, 23 anos.

O **tipo 4** é representado por três casos. Nesse arranjo estão as famílias em que os homens praticam a atividade do extrativismo sem a ajuda das esposas. As famílias desse arranjo são compostas por pais e filhos tanto na primeira infância como jovens e adultos.

Nesses casos, em famílias com filhos na primeira infância a mãe assume o trabalho doméstico e cuidado com os filhos, além da criação de animais de pequeno e médio porte. O pai assume as atividades da roça, do extrativismo vegetal e animal. De acordo com uma das

mulheres, o trabalho no extrativismo é muito fatigante, preferindo assim criar porco e galinha vendendo ovos, além da carne de galinha e porco.

A mulher nesse caso, mesmo não desenvolvendo o trabalho no extrativismo conversa com o marido sobre a melhor maneira de usar o dinheiro. Então eles negociam o uso desse recurso, tendo ela um poder significativo em relação ao usufruto da renda.

Em um dos casos de um casal com filhos adultos, a mulher era poupada do trabalho produtivo e também doméstico por estar passando por um processo de recuperação de uma cirurgia. Nesse caso o homem além do trabalho produtivo também desenvolvia o trabalho doméstico. Outras mulheres da família os ajudavam principalmente com a preparação da comida. As filhas não moram mais com os pais, no entanto os ajudam financeiramente além de visitá-los todos os dias.

Esta mulher, descrita acima, mesmo antes da cirurgia não praticava o extrativismo da mangaba apesar de sua mãe ser apanhadora de mangaba, repetindo-se também no primeiro caso que descrevi para o tipo 4.

Outro caso nesse arranjo é uma família cujo pai é viúvo, e realiza as atividades de extrativismo da mangaba junto com os dois filhos adolescentes.

Para as famílias dos tipos 1, 2, 3, e 4 o extrativismo da mangaba representa uma renda extra, que além de ser usada na compra de produtos de primeira necessidade também é guardada, usada para compra de eletrodomésticos, roupas, calçados, material escolar. A safra da mangaba é o momento do ano onde aumenta o poder de consumo dos membros das famílias da comunidade Espírito Santo.

As apanhadoras de mangaba classificadas no tipo 2 informaram que costumam guardar parte do dinheiro obtido para usá-lo não só durante a safra, mas também no decorrer do ano, em possíveis viagens a outros municípios ou mesmo a comunidades vizinhas, para visitar parentes ou tratar alguma doença de membros da família.

De acordo com as informantes, a safra da mangaba é o único período do ano em que elas conseguem reservar essa pequena poupança que é usada regradamente no decorrer do ano, chegando a ser usada durante pelo menos oito meses do ano.

Outra maneira de usar o dinheiro, identificada tanto pela apanhadora de mangaba classificadas no tipo 1 como também as do tipo 2, tipo 3 e até mesmo pelas mulheres do tipo 4 é na compra de milho e farelo para alimentar a criação de animais de pequeno e médio porte. Como descrevi anteriormente tanto o extrativismo da mangaba como a criação de animais de pequeno e médio porte, galinha, pato e porco, são atividades geridas pela mulher.

Nesse sentido, o extrativismo da mangaba que é uma atividade sazonal entra no calendário produtivo também alimentando uma atividade que é contínua. A mulher compra milho e farelo para alimentar seus animais, prevendo uma quantidade que garanta o abastecimento do ano, principalmente no caso de famílias com pequenas áreas destinadas à agricultura ou mesmo as que não as tem.

Existe uma comercialização de galinha caipira entre as comunidades durante todo o ano, as mulheres vendem a seus vizinhos de Espírito Santo e também das comunidades vizinhas, tanto o ovo quanto a galinha adulta e também os pintinhos para outros criadores.

As famílias do tipo 1, 2 e 3 além da galinha possuem criação de patos, comercializam ovos, filhotes e a carne. No mês de outubro durante o Círio de Nazaré que ocorre em Belém, aumenta o valor da carne de pato nos mercados devido à grande procura, por ser uma carne tradicionalmente servida no almoço dessa festividade principalmente pelas famílias da capital.

O período de maior valor da carne de pato é o mês em que se esgotaram as reservas que a apanhadora de mangaba havia guardado da última safra.

Para a atividade de agricultura, outubro é o mês de brocar e preparar a terra para o plantio do ano seguinte. Durante esse mês a safra da mangaba está iniciando ainda tímida. Logo, outubro é o mês em que os patos adultos são vendidos, ficando os patos jovens para engorda e venda no Círio do próximo ano.

Além de patos e galinhas caipiras, as mulheres classificadas no tipo 4 possuem criação de porcos que também são alimentados com milho e farelo⁴⁴ comprados durante a safra da mangaba. Esses animais exigem maiores quantidades de alimento, por isso geralmente cada família criadora possui de dois a três porcos. Optam pelos casais desses animais com a esperança de procriação, no entanto de acordo com os informantes a procriação do animal é difícil e, geralmente, matam um porco por ano tanto para consumo como para venda.

O porco é morto em ocasiões especiais como aniversário ou casamento ou em situações econômicas críticas para a família. A criação de porcos funciona como uma poupança. Herédia (1979) identificou a mesma relação que as famílias agricultoras em seu local de estudo tinham com a criação de vacas.

O extrativismo da mangaba nesse sentido colabora com o desenvolvimento de atividades economicamente produtivas gerenciadas pela mulher não apenas durante a safra, mas também no decorrer do ano ao subsidiar a criação dos animais, o que influencia positivamente para a maior autonomia da mulher.

⁴⁴ Também são alimentados com outros complementos (restos de comida, mandioca, casca de mandioca).

Outra perspectiva que deve ser analisada é o arranjo e ciclo de reprodução familiar em que a mulher está inserida, o que vai influenciar na sua maior ou menor autonomia.

Portanto a autonomia deve ser analisada dentro de um quadro de possibilidades. Como venho descrevendo, a mulher com filhos na primeira infância em todos os casos analisados, tem maior demanda de tempo para com o trabalho doméstico e de cuidado com os filhos, mas esse não é um fator determinante para a autodeterminação da mulher no trabalho economicamente produtivo.

A mulher do tipo 1, com filhos adolescentes e jovens, mesmo não indo às feiras vender a mangaba têm maior autonomia sobre a gestão de seu trabalho e o usufruto da renda do que duas das mulheres do tipo 2, com filhos crianças e adolescentes. Estas, mesmo quando são elas que vão às feiras vender a mangaba, são os homens que possuem maior poder de decisão sobre como usar o recurso e também sobre a organização do trabalho extrativistas e força de trabalho da mulher.

Ainda uma das mulheres classificadas no tipo 2, a qual admite que o marido use uma pequena porcentagem da renda para comprar bebidas alcoólicas, não considero que ela tenha sua força de trabalho subordinada ao marido, pois essa mulher gerencia o trabalho e tem poder sobre o uso da renda, indo às feiras vender a mangaba e usando o recurso gerado da maneira que acreditam ser correta. Mesmo que eu não tenha identificado nenhum tipo de uso do dinheiro feito pela mulher que se compare ao uso feito pelo homem (ócio), não considero esse grupo de mulheres subordinadas.

As mulheres do tipo 3 me intrigaram. Considero-as autônomas ao que concerne à gestão de sua força de trabalho e também ao usufruto da renda gerada, no entanto metade das famílias desse grupo é composta por casais com filhos pequenos e a outra metade é composta por mães sem marido e filhos adultos.

Nas primeiras famílias a mulher mesmo com maiores dificuldades no trabalho de coleta da fruta, devido o trabalho doméstico exigir mais se comparada à outra, ela consegue gerir o seu trabalho no campo, vender a fruta e usar o dinheiro sem o comando do marido. O homem nessa família é responsável por prover as necessidades básicas dos membros. O dinheiro gerado com o trabalho da mulher nesse caso é compreendido até mesmo pelo marido como algo que é dela, e ela entende que esse dinheiro não necessariamente deve ser gasto com as compras essenciais (alimentos), mas que deve ser usado para comprar pequenos “agrados” para as pessoas que ela ama, seus familiares. Dentro da perspectiva local, ela usa o seu dinheiro na compra de artigos de “luxo” para ela e para os membros da família em geral, além é claro, de guardar um pouco e comprar o milho e farelo, já descrito.

No caso das mulheres que não têm marido, elas também usam o dinheiro obtido com a venda da mangaba na compra de artigos essenciais para a família (alimentos), além de milho e farelo para os animais, algumas roupas e calçados para ela e guarda algum dinheiro também. Esta mulher não tem mais obrigações com os filhos adultos, mesmo que ainda morem com ela, mas ainda assim ela compra a despesa da casa pensando na alimentação de todos. As decisões da mulher nesse caso são mais subordinadas às necessidades da família.

De acordo com esse quadro identífico que as mulheres têm autonomias diferentes, pois as decisões em usar o dinheiro estão relacionadas a noção de reprodução e cuidado com a família, no entanto, na maioria dos casos ela exerce poder em relação a sua força de trabalho e a decisão quanto ao uso dos recursos gerados.

Analisando os ciclos de reprodução e arranjos familiares, comparando-os com os diferentes modos de gestão do trabalho e uso da renda gerada, identifiquei que o fator que principalmente influencia para a maior ou menor autonomia da mulher é a decisão individual de cada uma, sendo o ciclo de reprodução relevante, mas não determinante.

Nas famílias em que as mulheres praticam o extrativismo da mangaba em 66% dos casos elas o fazem com autonomia tanto no trabalho como no uso da renda e em 33% dos casos o trabalho da mulher é subordinado ao do homem.

6 CONCLUSÕES

Nos estudos sobre o trabalho da mulher na agricultura identificam-se, principalmente, a invisibilidade do trabalho e a pouca autonomia sobre sua força de trabalho e os recursos gerados. No extrativismo a mulher foi identificada em perspectivas diferentes, da invisibilidade de seu trabalho (seringueiras) à conquista do espaço público e midiático por conta de suas lutas (quebradeiras de coco babaçu).

No extrativismo da mangaba a experiência das mulheres está mais próxima da experiência das quebradeiras de coco babaçu, no sentido que a coleta da mangaba no passado não era uma atividade importante economicamente, apenas para o consumo e por isso considerada atividade destinada a mulheres. No entanto, a partir dos anos 80 os mercados para a fruta vêm aumentando, principalmente no Nordeste do Brasil (MOTA et al., 2007b).

A valorização da mangaba nos mercados e a permanência das mulheres no extrativismo têm possibilitado maior participação das mesmas na constituição do patrimônio e da renda familiar (MOTA, 2007b; SANTOS, 2005). A participação efetiva não apenas no processo produtivo, mas também na comercialização representa um rompimento dos padrões tradicionais, e uma possibilidade de autonomia para as mulheres extrativistas.

Para investigar o tema utilizei como metodologia o estudo de caso aplicado a um grupo de mulheres que se autodenominam apanhadoras de mangaba e também à suas famílias, moradores da comunidade Espírito Santo no município de Maracanã - PA.

Investiguei os conflitos do passado e do presente que envolveram e envolvem essas mulheres e suas famílias relacionados ao acesso dos recursos naturais, objetivando entender a importância destes recursos. Além disso, a constituição dos arranjos familiares, composição, ciclo de reprodução, número de membros, o trabalho e a divisão do mesmo na família, principalmente relacionado ao extrativismo da mangaba e por fim a autonomia da mulher sobre o trabalho e o uso da renda gerada com esta atividade.

A comunidade Espírito Santo está localizada em uma área denominada Campo da Mangaba, local de grande incidência de mangabeiras. Esta área situa-se no entorno da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã.

Em relação aos conflitos pelo acesso aos recursos naturais, principalmente ao fruto da mangabeira, no passado eles foram mais intensos. A instalação da empresa GELAR, provocou a reação dos moradores. Nesse período, os moradores das vilas e comunidades que circundam o Campo da Mangaba, incluindo os moradores da comunidade estudada, reagiram tanto de

forma violenta como pacífica afim de impedir a destruição da vegetação. Ou seja, atuaram em favor da manutenção da vegetação natural, contra os objetivos da empresa GELAR.

A reação dos moradores foi reflexo da importância que o recurso natural tem para a subsistência das famílias.

No período de realização da pesquisa os principais conflitos estavam relacionados às cercas que dividem o Campo da Mangaba, havendo uma organização ainda frágil dos moradores locais, fomentada principalmente pela CPT. Além disso, os moradores identificam que as queimadas no campo, que ocorrem anualmente durante o verão, a extração de areia e seixo, o desmatamento para produção de carvão e a destruição de nascentes são ameaças a seu modo de vida.

Concluo que os principais conflitos locais, ocorridos tanto no passado como no presente tiveram um objeto de disputa comum, o acesso e manutenção dos recursos naturais, mudando no entanto os atores e o contexto. A CPT é um dos novos atores presentes na disputa pela proteção dos recursos e dos modos de vida local.

Além disso, concluo que, no passado a ameaça externa provocou a maior união dos moradores locais para resistência. No presente, período da pesquisa, o conflito é entre os próprios moradores, que se dividem em opinião divergentes. Enquanto alguns querem a institucionalização da área, outros preferem delimitar seu pedaço de terra e utilizá-lo da maneira que o convier.

Sobre os arranjos familiares locais predominam famílias nucleares, casais com três a cinco filhos e pouca ocorrência de agregados. Além disso, existe uma diferença significativa entre o número de homens e mulheres, havendo maior número de homens.

Os dados permitem concluir que essa diferença está relacionada ao fato de que as mulheres, diferente dos homens, preferem sair da comunidade em busca de outras formas de trabalho, geralmente na sede do município, municípios vizinhos ou na capital do estado. Além do trabalho as mulheres e homens jovens também se deslocam para outras localidades com objetivo de continuar os estudos. No entanto, é mais comum as mulheres permanecerem e os homens retornarem às comunidades para continuar o trabalho na agricultura.

Concluo que a maioria dos jovens, homens e mulheres, não têm como objetivo prolongar o modo de vida dos pais, preferindo assim sair das áreas rurais em busca de estudo e trabalho. Apenas alguns poucos jovens pensam em permanecer nas atividades dos pais, no entanto, com melhor qualidade de vida e maior acesso a tecnologias que facilitem o trabalho.

A divisão do trabalho tem uma relação direta com o ciclo familiar, influenciando na maior ou menor autonomia das apanhadoras de mangaba no trabalho. Filhos na primeira

infância exigem maior dedicação, principalmente da mulher. Este é um fator limitante para o desenvolvimento das atividades produtivas.

Por ordem de importância as principais atividades desenvolvidas pelas famílias são a agricultura seguida do extrativismo vegetal, principalmente o da mangaba e do bacuri, depois o animal.

Concluo que dois aspectos são levados em consideração para que as pessoas identifiquem uma atividade como mais ou menos importante. O primeiro, relacionado à periodicidade da atividade e o segundo à produção de excedente para a venda. Estas noções estão diretamente relacionadas à sazonalidade das atividades do extrativismo e à continuidade das atividades de agricultura. Enquanto a agricultura proporciona trabalho e produto durante todo o ano, o extrativismo vegetal apenas durante as safras. Mesmo assim são atividades que se influenciam reciprocamente.

Além disso, a roça é considerada como atividade essencial porque ela está mais proximamente inserida nas questões de domínio e gestão territorial (PORRO, 2004). É o controle da terra, e não os documentos legais, que, na prática, determinam a “propriedade” da terra (WAGLEY, 1988).

O extrativismo da mangaba é feito em áreas de livre acesso ou de outros “donos” e seu produto⁴⁵ não é oriundo do trabalho anteriormente investido⁴⁶ (plantio, preparo de área, etc.) diferente da roça feita em áreas particulares e com necessidade de trabalho durante o ano (plantio, etc.). Concluí que essas características diferentes de cada atividade dão aos moradores locais a noção de maior pertencimento dos produtos oriundos da agricultura em relação aos produtos do extrativismo da mangaba e também do bacuri.

Outra distinção entre a roça e o extrativismo é o aspecto econômico. O extrativismo se apresenta mais vulnerável aos reveses do mercado que, via de regra, foge ao controle do grupo (FIGUEIREDO, 2005). Já a produção agrícola encontra *viés* mais favorável ao controle pela própria família enquanto unidade de produção e de consumo.

Apesar da maior importância dada à roça, concluo que todas as atividades produtivas se complementam na produção, consumo e venda de excedentes para assim garantir a reprodução social do grupo familiar.

Apesar da noção de maior e menor importância das atividades, as famílias no local se reproduzem graças à oferta diversificada de recursos naturais que oportuniza um leque de atividades produtivas que se intensificam ou apassivam no decorrer do ano se correlacionando

⁴⁵ Mangaba.

⁴⁶ Apesar de algumas experiências recentes de poucos indivíduos que plantaram a mangaba em 2008 e 2009.

mutuamente. Três principais fatores tornam essa correlação bem sucedida. Primeiro, a dinâmica de planejamento produtivo dessas famílias que é desenvolvida durante o ano. Segundo, dentro do planejamento cabe também a divisão de trabalho onde mulher e homem têm trabalhos específicos em alguns casos e trabalhos compartilhados em outros. O terceiro é a biodiversidade florestal que oferece uma gama de produtos florestais e animais com safras mais ou menos específicas durante o ano, colaborando para o planejamento e reprodução desses grupos familiares.

Homens, mulheres e crianças desenvolvem as atividades de extrativismo da mangaba, sendo as crianças mais presentes nas tarefas de beneficiamento do fruto e sempre direcionados por um adulto, fazendo parte da socialização da criança ao trabalho.

Concluo que para a atividade de apanhar a mangaba a principal variável de maior ou menor autonomia da mulher no trabalho é o ciclo de reprodução e os arranjos familiares. Em relação ao ciclo de reprodução, quanto maior em idade os filhos, maior a autonomia da mulher para planejar suas idas a campo. A presença de agregados ou filhos adultos, principalmente do sexo feminino também colabora para esta maior autonomia.

Na maioria das famílias cuja mulher pratica a atividade extrativista de mangaba, nos períodos de safra o trabalho doméstico é distribuído entre os membros, possibilitando a ela usufruir mais tempo para desenvolver a atividade produtiva. Concluo assim que na maioria dos casos em que a mulher pratica a atividade, ela a exerce com autonomia, dentro do quadro de possibilidades⁴⁷, e o seu trabalho é considerado importante por ela e pelos membros da família.

Concluo também que a renda advinda do extrativismo da mangaba representa para a família o excedente econômico durante o ano. A safra da mangaba é o momento do ano onde aumenta o poder aquisitivo das famílias da comunidade Espírito Santo.

Além de maior poder de compra, as mulheres que praticam a atividade costumam poupar parte do dinheiro para ser usado em possíveis eventualidades (viagem, questões de saúde da família, etc.) durante o decorrer do ano, fora da safra.

Outra forma de uso do recurso financeiro gerado com a atividade é a compra de um pequeno estoque de milho e farelo de milho para alimentar as criações principalmente de galinha caipira e pato.

Concluo nesses casos que o extrativismo da mangaba que é uma atividade sazonal oferece parte do suporte financeiro para a mulher e para a família durante o ano, mesmo nos

⁴⁷ Mulher extrativista, mãe, esposa.

períodos fora da safra e, além disso, entra no calendário produtivo sustentando uma atividade que é contínua, a criação de pequenos e médios animais, e também desenvolvida pela mulher.

Considero que na maior parte dos casos o trabalho da mulher no extrativismo é feito com autonomia, tanto a coleta e beneficiamento quanto a comercialização e uso da renda, no sentido que são elas as donas da iniciativa de seu trabalho. No entanto em 33% dos casos as mulheres não têm autonomia sobre seu trabalho e são subordinadas ao trabalho de seus maridos, como a literatura há muito identifica para o trabalho familiar na agricultura.

Para além do aumento da renda, o extrativismo da mangaba permite à mulher extrativista maior independência no uso dos recursos e autonomia, na medida em que a dependência financeira absoluta do marido se desfaz. Com isso abrem-se portas para a reordenação das relações de poder no interior da família, como bem enfatizam Brumer e Anjos (2008).

Concluo que a autonomia se apresenta de forma diferente dependendo dos diferentes modos de vida e autodeterminação de cada mulher.

No entanto, o trabalho no extrativismo se diferencia em relação ao da roça que pouca ou nenhuma autonomia proporciona à mulher, seja no trabalho ou no uso da renda gerada. A agricultura é principalmente de dominação masculina, e o trabalho da mulher entendido na maioria das vezes como ajuda. Além disso, as mulheres estão ausentes da comercialização dos produtos da agricultura.

Conforme a análise, concluo que a autonomia não é exercida pelas mulheres da mesma forma. Elas atuam de acordo com o contexto local e com a posição específica que elas ocupam na família, na comunidade ou nas relações mais amplas. Há famílias nas quais as mulheres conseguem estabelecer pactos conjugais com o companheiro e com os filhos e filhas. Já em outras, as mulheres encontram resistência ou mesmo elas não se veem como autônomas ou com perspectivas de construir novas posições na família e na sociedade.

De acordo com Scherer-Warren (1989) as formas de analisar os movimentos de mudança quanto ao papel das mulheres na sociedade e no trabalho são variados. Tais mudanças podem ser visualizadas de acordo com um projeto de transformação global da sociedade a partir de sujeitos históricos definidos ou nas pequenas transformações que vão ocorrendo no cotidiano.

É esta última concepção que mais se aproxima das expressões das mulheres neste estudo de caso. Elas não participam de organizações sociais políticas (partidos, associações, sindicatos) em busca de autonomia, mas no cotidiano do trabalho e da vida o fazem. Neste

sentido concordo com Perrot (1996) que “as representações do poder das mulheres” persistem como um “imenso tema de investigação histórica e antropológica”.

A busca por autonomia e igualdades de espaços nas tomadas de decisão da família e quanto a sua força de trabalho é algo que Barbosa (2007) identificou também nos grupos de mulheres quebradeiras de coco babaçu. Este elemento perpassou por todo o processo de afirmação deste grupo.

No caso das extrativistas de mangaba do Salgado Paraense a autonomia de sua força de trabalho não é ainda problematizada formalmente entre elas, mas no dia a dia a autonomia é sempre buscada e negociada com sua família e, principalmente, seu parceiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. **Terras tradicionalmente ocupadas: terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto.** 2 ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ÁLVARES M. L. **Análise sobre o autor Gilles Lipovetski.** Belém: [s.n], 2009. Contribuição em banca examinadora, abril de 2009.

ÁLVARES M. L.; D’INCAO M. A. **A mulher existe?** uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. GEPEN/ GOELD. 1995.

ANDRADE, A. C. C.; MENEZES, M. A. **O status de “assentado”: entre a autonomia e a subordinação.** In: BRUMER; PIÑEIRO (Org.). Agricultura latino-americana: Novos arranjos e velhas questões UFRGS, Porto Alegre, 2005.

BARBOSA, V. O.; Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (PÓS-AFRO), Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), Universidade Federal da Bahia (UFBA). 2007.

BATISTA, M. G., **Terra da Família – Terra de trabalho:** estudo de cinco famílias agricultoras no Nordeste Paraense, Universidade Federal do Pará. 2009. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) Universidade Federal do Pará, 2009.

BECKER, H. S. **Observação social e estudo de casos sociais.** São Paulo, HUCITEC. p, 101-115, 1994.

BECKER, H. **De que lado estamos?** Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro, Zahar, 1996, p. 122-136,

BEZERRA NETTO, M. R. C.. **Projeto para Elaboração do Plano de Manejo das RESEX Marinhas do Estado do Pará.** IBAMA. *no prelo.*

BORDIEU, P. **A dominação masculina.** Tradução Kuhner, M. H.ed. 4, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: A situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul. **Revistas Estudos Feministas.** Florianópolis, 2004

BRUMER, A. ; ANJOS, G. Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: LOPES; ZARZAR (Org.). **Mulher na Reforma Agrária: A experiência recente no Brasil**. Brasília, MDA, 2008.

CARDOSO, L. F. C., **A Constituição Local: direito e território quilombola na comunidade de Bairro Alto, na ilha de Marajó – Pará**. 2008. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, departamento de ciências sociais, Programa de pós-graduação em antropologia social. Florianópolis, 2008.

CORDEIRO, R. L. M. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT; CORDEIRO (Org.). **Agriculturas familiares e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: UFPE, 2006.

CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, Campinas, n°.16, 2001. DOSSIÊ: FEMINISMO EM QUESTÃO, QUESTÕES DO FEMINISMO. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010483332001000100002;script=sci_arttext;tlng=en. Acesso em 23 nov. 2010.

D'INCAO, M. A. ; COTTA JÚNIOR. H. Transformação e permanência no espaço feminino na agricultura familiar. In: D'INCAO, ALVARES, SANTOS (Org.). **Mulher e modernidade na Amazônia**. Belém GEPEM/CFCH/UFPA, 2001. p. 208.

EMPERAIRE, L.; PINTON, F. **A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia central**. São Paulo: UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ESTERCI, N. **Populações tradicionais**. Almanaque Brasil Socioambiental. São Paulo : Instituto Socioambiental, 2005. p. 178-172.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: DI SABATO, A.; MELO, I. P.; LOMBARD, M. R.; FARIA, N.; BRITO, A. (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

FERREIRA. **Direito de Família: o pátrio poder ou poder familiar: a relação entre os pais e os filhos do ponto de vista legal**. Disponível em <http://www.clubedobebe.com.br/Palavra%20dos%20Especialistas/df-12-04.htm>. Acesso 26 de abr. 2010.

FRAXE, T. **Homens anfíbios**: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará. 2000,

FERREIRA, J. C. V., **O Pará e seus municípios**. 1954, Belém : [s.n.], 2003, 686 p.

FIGUEIREDO, L. D. **Empates Nos Babaçuais**: do espaço doméstico ao espaço público - lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. 2005. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

FORTES, M. **O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico**. Brasília: UnB, 1974. p. 01-09.

FREITAS, M. T. **Ciências Humanas e Pesquisa**: Leitura de Mikhail Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2003. v. 107.

GARCIA JÚNIOR, A. R. **Trabalho familiar**: Autonomia a Submissão. Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HERÉDIA, B. M. A. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. V. 7.

HERRARA, A. J. **Dinâmica e desenvolvimento da agricultura familiar**: O caso de Vila Amélia Breves/Pará. 2003. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

HERNÁNDEZ, C. O. Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher para as mulheres agricultoras. In: SCOTT, P., CORDEIRO, R. ; MANEZES, M. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Cidades**: Maracanã, PA. 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm> ?1. Acesso em: 09 set. 2010.

LAGO, M. R. T. **Babaçu livre e roças orgânicas** – a luta das quebradeiras de coco babaçu do Maranhão em defesa dos babaçuais e em busca de formas alternativas de gestão dos recursos naturais. 2002. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Agriculturas

Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

LEPRI, M. C. **A Sociologia Rural e seus duplos sentidos.** In: BRUMER; PIÑERO (Org.). *Agriculturas latino-americanas: novos arranjos e velhas questões*, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

LIMA, O. A. A.; OLIVEIRA, R. S.; ALMEIDA C. R. M.; **Estudo sócio-econômico e laudo biológico das áreas de manguezal do município de Maracanã - PA.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos da Amazônia Legal – MMA; Belém: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais- CNPT, 2000.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem.** 2 ed. tradução Tânia Pellegrini. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

_____. **As estruturas elementares do parentesco.** Tradução de M. Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1982. Do original em Francês: *Les astructures élémentaires de La parente*, 1908.

_____. **Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca em sociedades arcaicas:** Sociologia e antropologia com uma introdução a obra de Marcel Mauss de Claude Lévi-Strauss. São Paulo: EP, 1974.

MANESCHY, M. C.; ALENCAR, E.; NASCIMENTO, I. H. Pescadoras em busca de cidadania. In: ÁLVARES; L.; D'INCAO, M (Org.). **A mulher existe?** Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEN/GOELD, UFPA, 1995.

MANN, P. **Método científico em sociologia.** Métodos de investigação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 21-39.

MARUANI, M.; HIRATA H. **As novas fronteiras da desigualdade:** homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: SENAC, 2003.

OLIVEIRA, R. C. de (Org.). **Marcel Mauss:** antropologia. São Paulo: Ática, 1979.

MELO, L. A. **Relações de gênero na agricultura familiar:** O caso do PRONAF em Afogados da Ingazera-PE. Recife: UFPE, 2003.

MOTA, D. **Os camponeses e a busca da “autonomia possível” (estratégias de sobrevivência e resistência na implantação de projetos de irrigação no Estado de Sergipe)**. Universidade Federal da Paraíba, 1990. p. 164.

MOTA, D.; SANTOS J. V. Uso e conservação dos remanescentes e mangabeira por populações extrativistas em Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe. **Acta Sci. Human Soc. Sci.** Maringá, v. 30, n. 2, p. 173-180, 2008.

MOTA, D. M., SCHMITZ, H., SILVA JUNIOR, J. F., **O extrativismo em tempos de globalização no nordeste brasileiro**. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Recife-PE, 2007a.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F.; RODRIGUES, R. F. Extrativismo da mangaba: Isso é trabalho de mulher? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL – AMAZÔNIA E FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO, 2008, Belém. **Anais ...** Belém, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. 2008a.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; FREITAS, M. N. Pesquisa e Agricultura Familiar: contribuição para o debate. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS. 2, 2007, Rio de Janeiro. **Anais ...** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2007b. p. 1-9.

MOTA, D. M., SILVA JÚNIOR, J. F. Populações Tradicionais e Formas Coletivas de Gestão das áreas de ocorrência natural de mangabeira. **Raízes**, v.22, p.225-233, 2003.

MOTA, D. M.; SILVA JUNIOR, J. F.; SCHMITZ, H.; RODRIGUES, R. F. A.; **A Mangaba, as catadoras, o extrativismo**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2010.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F.; FERNANDES, T.; Divisão social do trabalho no extrativismo de mangaba no Nordeste e Norte do Brasil. **Agricultura Familiar: pesquisa formação e desenvolvimento**. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. v. 1, n.1. Belém, 2008b.

MOTTA-MAUÉS, M. A. **“Trabalhadeiras” e “Camarados”**: Relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA, 1993.

NEVES, D. P.. Os Agricultores de Várzea no Médio Solimões: condições socioambientais de vida. LIMA, D. (org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e**

Solimões: Perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: Instituição Brasileira do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Pró-Várzea, 2005.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: _____. **O Trabalho do antropólogo. Paralelo 15**, Brasília; São Paulo: UNESP, 1998. p. 17-36.

OLIVEIRA, M. C. S., PEREIRA, N. G. P., PAES, J. V. A. S., **Parecer Técnico:** visita efetuada a área denominada Campo da Mangaba. Belém: Secretaria de Estado e Meio Ambiente, 2007.

OSSAMI, M. C.; MOURA A.C. **O Meio Ambiente e a Espiritualidade Entre os Povos Indígenas no Brasil.** Revista de Divulgação Científica, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, v. 1, UCG. Goiânia, 1996.

PAULILO, M. Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004.

PAULILO, Maria Ignez S.. **Movimentos de mulheres agricultoras:** terra e matrimônio. Algumas questões de gênero na agricultura familiar. Cadernos de Pesquisa, nº21, junho 2000.

PASSETTI, D. V. Colagem: Arte e Antropologia. **Ponto e vírgula:** revista eletrônica semestral do programa de estudos pós-graduados em ciências sociais da PUC-SP, São Paulo, n. 1, 2007. Disponível em. <http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n1/artigos/02-DodiPassetti.htm>. Acesso em: 8 mar. 2009.

PERROT, M. A juventude operária: da oficina a fábrica. In: LEVI, G.; CHIMITT. J. (Org). **História dos jovens 2:** a época contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PINTON, F.; EMPERAIRE, L. A farinha de mandioca, um elo dos sistemas extrativistas. In: _____. **A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia central.** São Paulo: UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

PINTO, Angélica Auxiliadora da C.; MADURO, Cice B. Produtos e subprodutos da medicina popular comercializados na cidade de Boa Vista, Roraima **Acta Amazônica.** Rio Branco, v. 33, n. 2, 2003. Disponível em. < <http://acta.inpa.gov.br/fasciculos/33-2/PDF/v33n2a09.pdf>>. Acesso em 30 set. 2009.

PORRO, N. M. **Povos e Pueblos Lidando com a globalização:** as lutas do povo extrativista pela vida nas florestas da Bolívia, Brasil e Peru. São Luís: Cartilha, 2004.

PORTUGAL, A. D. **O Desafio da Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.embrapa.gov.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>. Acesso em 22 set. 2010.

RIBEIRO, E. M. Inventando futuros. **Revista Agriculturas: experiência em agroecologia**, vol. 6, n.3, p. 4, 2009. Também disponível em: [http://agriculturas.leisa.info/index.php?url=magazine-details.tpl&p\[_id\]=237074](http://agriculturas.leisa.info/index.php?url=magazine-details.tpl&p[_id]=237074).

SANTOS, J. L. Reserva extrativista como alternativa para a sustentabilidade local: O caso da RESEX Maracanã- PA. Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará. 2008. p.43.

SANTOS, J. V. **O papel das mulheres na conservação das áreas de remanescentes de mangabeiras (*Hancornia speciosa* Gomes)**. 2007. 103 f. Dissertação. (Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Agroecossistemas, Núcleo de Pós-Graduação em Estudos e Recursos Naturais, Universidade Federal de Sergipe. São Cristovão, 2007.

SANTOS, J. V., MOTA, D. M. Uso e conservação dos remanescentes de mangabeira por populações tradicionais. In: CONGRESSO DA SOBER, 41., 2006, Fortaleza. **Anais ...** Fortaleza, 2006.

SARACENO, C. **Sociologia da família**. Tradução de M. Azevedo. Lisboa: Estampa, 1997.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1989.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; PRADO, E. S. A. C. Ação coletiva com fins econômicos: reflexões teóricas a partir de dois estudos de caso no espaço rural. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMA DE PRODUÇÃO - SBSP, 7, 2007, Fortaleza. **Anais ...** Fortaleza, 2007.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR., J. F. Gestão coletiva de bens comuns e conflito ambiental: o caso das catadoras de mangaba. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE - ANPPAS, 3, Brasília, 2006. **Anais ...** Brasília: UnB, 2006.

_____. Conflitos sociais cercam as catadoras de mangaba. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE - ANPPAS, 4, Brasília, 2008. **Anais ...** Brasília: UnB, 2008.

SHANLEY, P.; GAIA, G. A. 'Fruta do Pobre' se torna lucrativa: a *Endopleura uchi* Cuatrec, em área manejada próximo a Belém. In: ALEXIADES, B.; SHANLEY, P. **Productos forestales, médios de subsistência y conservación.** v. 3. Belém: CIFOR, 2004.

SIMONIAN, L. Mulheres seringueiras na Amazônia Brasileira: uma vida de trabalho silenciado. In: ÁLVARES, L; D'INCAO, M (Org.). **A mulher existe?** uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEN/GOELD, UFPA, 1995.

SIMONIAN, L. Mulheres, Cultura e Mudança nos Castanhais do Sul do Amapá. In: _____. **Mulheres da floresta Amazônica:** entre o Trabalho e a Cultura. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

SIQUEIRA, A. D. Mulheres, relação de gênero e tomadas de decisão em unidades domesticas caboclas do estuário amazônico. In: ADAMS, C; MURRIETA, R.; NEVES W. (Org.). **Sociedades Caboclas Amazônicas:** modernidade e invisibilidade. São Paulo: Anablume, 2006.

SILVA, C.; PORTELLA, A. P. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste brasileiro. In: SCOTT; CORDEIRO (Org.). **Agriculturas familiares e gênero:** práticas, movimentos e políticas públicas. UFPE, Recife, 2006.

SIMÕES, J. W. **Reflorestamento e Manejo de Florestas Implantadas.** Piracicaba, SP: Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Departamento de Ciências Florestais, Documentos Florestais, 1989. p. 1 – 29. Disponível em. <http://www.ipef.br/publicacoes/docflorestais/cap4.pdf>, acesso em 14 jan. 2010.

SOUSA, AMARANTE, PACHECO, SILVA, PALHETA, COSTA, ROCHA, COSTA JÚNIOR, COUTO, FREITAS. **Estatística Municipal Maracanã.** 2008. Disponível em. http://www.sepof.pa.gov.br/estatistica/ESTATISTICAS_MUNICIPAIS/Mesorr_Nordeste/Salgado/Maracana.pdf. Acesso em: 16 ago 2009. Faltam as iniciais dos nomes de todo estes autores

STRAPASSOLAS, V. L. **O mundo Rural no Horizonte jovem:** A educação como estratégia para "mudar" de vida. Florianópolis: UFSC, 2006.

VEIGA, I. ; ALBALADEJO, C. A formação do território a nível local e a emergência da ação coletiva: análise das trocas simbólicas em duas coletividades locais da região de Marabá, Amazônia Oriental. **Agricultura familiar, formação e desenvolvimento,** Belém, v. 1, 1, n. 2. 2000.

WOLF, E. R. **Sociedades Camponesas**. Tradução de: O. C. C. Silva. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1976.

WAGLEY, C., 1913, **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem dos trópicos. 3. ed. Tradução de: C. S. Costa. São Paulo: Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

WIKIPEDIA. **Maracanã (Pará)**. [2009a]. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro: Para_Municip_Maracana.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Para_Municip_Maracana.svg). Acessado em 20 set. 2009.

_____. **Pará**: Microrregião do Salgado. [2009b]. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Para_Micro_Salgado.svg. Acessado em 20 set. 2009.

_____. **Jogo do bicho**. [2010]. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Jogo_do_bicho. Acessado no dia 20 de fevereiro de 2010.